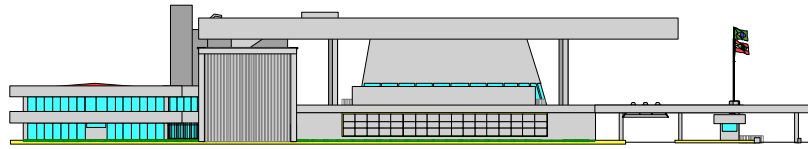


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 06 DE AGOSTO DE 1998

NÚMERO 4.559

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Norberto Stroisch Filho

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 953**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 008ª Sessão
Extraordinária realizada em
05/08/1998..... 2

Atos da Mesa Diretora

Resolução DP..... 3
Resoluções Administrativas.....
..... 3

Publicações Diversas

Atas da Procuradoria..... 4
Atas das Comissões
Permanentes 5
Decretos Legislativos..... 37
Lei..... 37
Mensagens Governamentais
..... 38
Portarias 41
Projetos de Lei..... 42
Projeto de Resolução..... 44

PLENÁRIO

ATA DA 008ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 05 DE AGOSTO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

As dezesseis horas e vinte minutos, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Hermeus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczaí - Romildo Luiz Titon - Sérgio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

A ata da sessão anterior será lida na próxima sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - Não há expediente a ser lido, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não havendo expediente a ser lido, passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 225/98, de autoria do Deputado Idelvino Furlanetto, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar o prazo de vencimento do crédito de emergência.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência reitera o convite aos Líderes das Bancadas e ao Líder do Governo para uma reunião com a Mesa Diretora, na sala da Presidência.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente, gostaria de convocar os membros da Comissão de Saúde e Meio Ambiente para uma reunião às 17h, sobre o grupo de trabalho relativo ao IPESC.

Essa reunião será para dar continuidade à questão do IPESC, analisando a situação da crise atual, do atraso dos pagamentos aos prestadores de serviços e também para analisar uma proposta de nova gestão para o IPESC.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença na Casa do Prefeito de União do Oeste, que é também conselheiro do Orçamento Regionalizado.

O Prefeito Felix Tadiotto tem implantado o programa de renda mínima. No mês passado fez a entrega dos primeiros cheques no seu Município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Esta Presidência deseja ao Prefeito uma boa estada nesta Casa.

Gostaria de lembrar aos senhores Deputados que amanhã teremos uma sessão pela manhã e outra à tarde, com diversas matérias para votação.

Assim, pedimos a V.Exas. que se façam presentes, como fizeram no decorrer

desta semana. A presença de todos os Deputados mostra que esta Casa está disposta a cumprir, mesmo no período eleitoral, a sua missão.

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência convoca outra,

ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO DP

RESOLUÇÃO DP Nº 020/98

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando de sua prerrogativa outorgada pela Constituição Estadual em seu artigo 40, inciso II, aprovou, e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, atendendo o disposto no artigo 235 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Determina a realização de plebiscito no Distrito de São Roque, Município de São Lourenço do Oeste.

Art. 1º De conformidade com a legislação vigente, fica determinado a realização de plebiscito junto à população do Distrito de São Roque, no Município de São Lourenço do Oeste, em toda a extensão de seu território, conforme limites estabelecidos em laudo técnico, com a finalidade de criação de novo Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 05 de agosto de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário
Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS

RESOLUÇÃO Nº 533/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DETERMINAR o turno único de trabalho, para os servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no horário vespertino, das 13:00h às 19:00h, para o período de 13 usque 31 de julho do fluyente ano.

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 534/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, usando da competência que lhe é outorgada pelo art. 40, inciso XIX, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores ROBERTO TAGLIARI LIMA, Matrícula nº 0976, ANÍBAL CANTALÍCIO ESTANISLAU, Matrícula nº 1907 e JOHNI LUCAS DA SILVA, Matrícula nº 2096, para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Inservíveis, consoante dispõe a Resolução DP nº 029, de 21/08/95.

Parágrafo Único - Designar o servidor JOÃO ROBERTO PIO, Matrícula nº 1175, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer a função de Secretário da referida Comissão.

Art. 2º - Aos servidores designados para compor a Comissão de que trata o art. 1º desta Resolução, fica instituída a Gratificação estabelecida pelo art. 85, II, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

Art. 3º - O valor da Gratificação de que trata o artigo anterior é fixado em 40% (quarenta por cento), não podendo ser percebida cumulativamente com valores pagos ou agregados sob o mesmo título.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos no período de 1º/07/98 a 31/08/99.

Art. 5º - Fica revogada a Resolução nº 260, de 02/04/98 e demais disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Gervásio Maciel - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 535/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, MAURO CESAR FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 1805, do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 03/08/98 (Deputado Pedro Bittencourt Neto).

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 536/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR ALEXANDRO DE SOUZA, matrícula nº 2782, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 03/08/98 (Deputado Pedro Bittencourt Neto).

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 537/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, ORION LUIZ RAMOS, matrícula nº 2647, do cargo de Secretário de Comissão, código PL/DCA-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 0979, de 23/06/97, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Especial, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 03/08/98 (Comissão de Educação, Cultura e Desporto).

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 538/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, AMARILIS LAURENTI, matrícula nº 3107, do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 03/08/98 (Deputado Sergio de Souza Silva).

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 539/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, ORION LUIZ RAMOS, matrícula nº 2647, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 03/08/98 (Deputado Sergio de Souza Silva).

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 540/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 040/92, AMARILIS LAURENTI, matrícula nº 3107, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário de Comissão, código PL/DCA-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 2º, da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Especial, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 03/08/98 (Comissão de Educação, Cultura e Desporto).
Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 541/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Resolução nº 0452, de 18/03/97, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Florianópolis, o funcionário MARCOS ANTONIO SILVEIRA, matrícula nº 1792, a partir de 03/08/98.
Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 542/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 2º da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97,

CONCEDER a PAULO RICARDO GWOSZDZ, matrícula nº 2192, Gratificação de Atividade Especial, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 03/08/98 (Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa).
Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 543/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DESIGNAR IVONE DE FATIMA B. DE LUNA, matrícula nº 1705, para exercer, em substituição, a função de Chefe e Assistência Técnica, código PL/CAT, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, DÉLIO MULLER, a partir de 03/08/98 (Departamento Administrativo).

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

RESOLUÇÃO Nº 544/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a CARLOS EUGENIO VIEIRA, matrícula nº 1937, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 04/06/98.

RESOLUÇÃO Nº 545/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a LUZIA MACHADO MARTINS, matrícula nº 1220, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, código PL/ATA-6-A, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 22/06/98.

RESOLUÇÃO Nº 546/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a ALFREDO ERNESTO FUHRMANN, matrícula nº 0241, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 22/07/98.
Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DA PROCURADORIA

PROCURADORIA

Michel Curi, Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária

ATA DA 1275ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove (29) dias do mês de julho de mil novecentos e noventa e oito (1998), às quatorze (14) horas, sob a Presidência do Procurador Chefe, Dr. Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da 1275ª sessão ordinária, com a presença dos Procuradores, Drs. Paulo Rocha Faria, Harry Egon Krieger, Sérgio Carriço de Oliveira, Anselmo Inácio Klein e Mª Margarida B. Ramos. Havendo número legal, o Senhor Presidente colocou em votação a ata da sessão anterior, distribuída antecipadamente aos Senhores Procuradores, a qual foi aprovada por unanimidade. Iniciando os trabalhos da pauta, o Procurador Paulo R. Faria, relatou os processos, que após discussão e votação foram deferidos por unanimidade, a saber: 858/98 de Vânia Mª Carriço de O. Cervi, 871/98 de Imer Caldas, 872/98 de Antenor dos Santos Filho, 879/98 de Laércio A. Correa, 904/98 de Hugo Gregghi, 907/98 de Rose Meri Benedet, 917/98 de Ademar Bertan, 922/98 de Carlos Castilho de Mattos, 942/98 de Edmundo N. de Bittencourt e 948/98 de Roberto Tagliari Lima; deu-se por impedido de votar o primeiro processo, o Procurador Sérgio Carriço de Oliveira, tendo em vista o grau de parentesco com a requerente. O Procurador Harry Krieger, deu conhecimento dos pareceres emitidos aos processos 195/98 de Flávia Ferreira, 599/98 de Guilherme de Lima Barreto e à Consulta formulada pelo Diretor da Divisão de Processamento e Sistema do Pessoal, sendo os mesmos aprovados por unanimidade, os dois primeiros pelo indeferimento. Foram retirados de pauta pelo Relator, Procurador Sérgio Carriço de Oliveira, os processos 977/98 de Zilá Falck Bortolini, 995/98 de Luiz Carlos Paiva Júnior e, relatados: proc. 724/98 de Erivaldo Lentz, 441/98 de Maura Valente Corrêa, que foram aprovados por unanimidade, pelo indeferimento dos pedidos; deu conhecimento ainda da petição encaminhada ao TRT, referente ao Precatório de Hermelino Largura e ao MEMO 472/98 do Chefe de Gabinete da Presidência, a respeito do Mandado de Segurança nº 97.009866-9. Da pauta do Procurador Anselmo Inácio Klein, aprovados por unanimidade os

processos 857/98 de Geraldo L. Frcº. Junior, 859/98 de Carlos José Mortari, 901/98 de Nadiesda Ghizzo Schmidt, cujos pareceres foram aprovados, deferindo os pedidos; do mesmo Relator, aprovados pareceres emitidos aos expedientes da Chefia de Gabinete da Presidência: MEMO 278/98, Consulta do município de Imbituba, MEMO 417/98, Divisão de Serviços Técnicos - " Aplicação de multa contratual", MEMO 467/98, Consulta sobre "Aditamento Contratual - Gêneros Alimentícios e Cesta Básica" e ao proc. S/N, da CREARE - Engenharia Elétrica Ltda. - Processo Licitatório. A Procuradora Mª Margarida B. Ramos, retirou de pauta para complementação de informações, o proc. 615/98 de Marlene Sacenti, e relatou os processos 2913/97 de Angelo Ferreira da Silva e 706/98 de Getúlio Dorta de Melo, que receberam pareceres pelo deferimento e foram aprovados por unanimidade, com restrições do Procurador Sérgio Carriço de Oliveira quanto ao proc. 706/98; continuando com a palavra, deu conhecimento das informações prestadas ao Mandado de Segurança 98.007841-5, em que é impetrante Cecília Martins Rosa. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária para o próximo dia cinco (5) de agosto, à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, em 29 de julho de 1998.

*** X X X ***

PROCURADORIA

Michel Curi, Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária

ATA DA 1276ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos cinco (5) dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e oito (1998), às quatorze (14) horas, sob a Presidência do Procurador Chefe, Dr. Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da 1276ª sessão ordinária, com a presença dos Procuradores, Drs. Paulo Rocha Faria, Harry Egon Krieger, Sérgio Carriço de Oliveira, Anselmo Inácio Klein e Maria Margarida Bittencourt Ramos. Havendo número legal, o Senhor Presidente colocou em votação a ata da sessão anterior, distribuída antecipadamente aos Senhores Procuradores, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, iniciaram-se os trabalhos da pauta, com a apresentação pelo Procurador Paulo Rocha Faria, dos pareceres emitidos aos processos 617/98 de Sérgio Frcº Ambrosi, 822/98 de José Eduardo da Costa, 861/98 de Mario

Eduardo Barzan, 923/98 de Juarez Souza da Silva, 986/98 de Rita Amália M. Giombelli, 1020/98 de Guilhermina Marisa S. Engel, sendo os mesmos aprovados por unanimidade pelo deferimento, com exceção do primeiro que o foi pelo arquivamento; do mesmo Relator, saiu de pauta com pedido de vista da Procuradora Maria Margarida B. Ramos, o proc. 1006/98 de Wilson Antonio Vieira. O Procurador Harry Krieger, relatou os processos 895/98 de Luiz Leônidas Lopes, 1029 e 1056/98 ambos de Tereza Paulina Back, cujos pareceres foram aprovados por unanimidade. Da pauta do Procurador Sérgio C. de Oliveira, foram apreciados os processos 995/98 de Luiz Carlos Paiva Junior, 1010/98 de Jacqueline S. T. de Carvalho e 1019/98 de Zulmar H. Saibro; após discussão e votação os pareceres mereceram aprovação unânime do Colegiado, pelo indeferimento de nº 995/98 e os seguintes deferimento dos pedidos. Coube ao Procurador Anselmo Inácio Klein, relatar os processos 2038/97 de José Monteiro de Souza, 731/98 de Astrid Parcias, 980/98 de Henrique José da Costa, 993/98 de Nelson Henrique Moreira e 1026/98 de Paulo Cesar Rodrigues, sendo os pareceres, todos pelo deferimento aprovados por unanimidade. Os últimos processos constantes da pauta, relatados pela Procuradora Maria Margarida B. Ramos, na votação receberam o seguinte resultado: 2532/97 de Dailton Vargas, aprovado parecer pelo arquivamento por maioria, com voto contra do Procurador Sérgio C. de Oliveira, 460/98 de Valda Neuza Albani e 967/98 de Hilton Osny Pereira, aprovados por unanimidade pelo indeferimento e deferimento, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária para o próximo dia doze (12), à mesma hora e local. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1998.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às dez horas do dia quatro do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado IVAN RANZOLIN e presentes mais os senhores Deputados Júlio Teixeira, Eni Voltolini, Olices Santini, Jorginho Mello, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes e Pedro Uczai, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente relatou o Projeto de Lei nº 001.5/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Abaixo-assinado nº 004.9/98, exarando parecer pela vistoria "in loco" no Distrito de Bateias de Baixo, e posterior a consulta plebiscitária, marcada pelo Tribunal Regional Eleitoral, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado João Henrique Blasi relatou o Abaixo-assinado nº 007.7/98, exarando parecer favorável a consulta plebiscitária, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos-de-Lei nºs 296.0/97 e 063.2/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Eni Voltolini relatou os Projetos-de-Lei nºs 130.8 e 135.1/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão, foram cedidos para vista aos senhores Deputados Romildo Titon e Pedro Uczai; declarou voto/vista ao Projeto de Lei Complementar nº 006.8/98, pela audiência pública com as entidades envolvidas com a profissão que contém o teor da matéria, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Olices Santini relatou voto/vista ao Projeto de Lei nº 210.5/98, solicitando diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o senhor Presidente iniciou a reunião de audiência pública marcada para este dia, referendando algumas autoridades convidadas, para discussão do Projeto de Lei nº 189.0/98, que "dispõe sobre a Estrutura e Organização do Sistema Financeiro do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências", assim, no decorrer da reunião houve várias manifestações de lideranças, sendo favoráveis a matéria. Após ouvir todas as manifestações, ficou determinado um calendário para apresentação de emendas, até o dia 05, às 18 horas, do parecer preliminar, no dia 11 deste mês, e, no dia 18, às 10 horas, à deliberação e votação da presente matéria. Logo após foram aprovadas a Redação Final dos Projetos-de-Lei e Complementar nºs 060.4/98 e 001.4/98. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 04 de agosto de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Olices Santini - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às nove horas e trinta minutos do dia cinco do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado IVAN RANZOLIN e presentes mais os senhores Deputados Olices Santini, Romildo Titon, Miguel Ximenes e Pedro Uczai, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Deputado Olices Santini que relatou os Projetos-de-Lei nºs 385.9/97 e 206.8/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O senhor Deputado Miguel Ximenes relatou o Projeto de Lei nº 225.2/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 05 de agosto de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Olices Santini - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE, REALIZADA NO DIA 1º DE ABRIL DE 1998, QUE TRATA SOBRE A DIMINUIÇÃO DA VERBA DA SAÚDE

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Vamos, então, para a segunda parte da nossa reunião, que seria sobre os encaminhamentos havidos na reunião especial de segunda-feira. Naquela sessão debatem-se a realidade da Saúde, principalmente no que diz respeito à questão das verbas. Eu acho que ficaria em aberto para ver quais os esclarecimentos que se fazem necessários e para levantarmos os principais pontos, resgatar as principais propostas que foram apresentadas.

Eu pergunto à Secretaria sobre o Relatório da...

(Falas fora do microfone)

A Taquigrafia está fazendo um esforço grande; e entre a sessão realizada, a Taquigrafia conseguir transcrevê-la e revisá-la e nós termos isso em mãos, é todo um trabalho. Nós temos estado em cima durante todo esse período para ter em mãos o relatório, mas daqui a pouco nós o teremos. Mesmo assim, nós vamos precisar relembra os principais pontos, e pelas minhas anotações, nós teríamos necessidade de dar encaminhamento sobre a elaboração desse documento. Talvez não seja possível elaborar aqui, mas temos que designar quem ficará responsável para a elaboração desse documento, um documento técnico-político sobre essa situação.

Temos também a questão sobre a PEC-169, que tem propostas no sentido de se defender junto ao Fórum Parlamentar, junto ao Congresso Nacional, junto ao Ministro da Saúde, a sua implementação. Essa PEC é uma proposta de emenda constitucional que propõe recursos para a Saúde: 30% dos recursos da seguridade social, 10% dos recursos da arrecadação dos impostos federais, dos Estados e dos Municípios para a Saúde.

Temos a questão relacionada com o orçamento da Saúde do Estado. Eu acredito que depois dessa reunião que tivemos, precisamos continuar com o fórum, quer dizer, a Comissão de Saúde, com diversas entidades, sejam da área hospitalar, da área médica, da área dos servidores, das Secretarias Municipais, para poder acompanhar a questão do orçamento da Saúde do Estado, entendê-lo, destrinchá-lo, acompanhar a sua execução, saber o que o Estado realmente implementa em saúde, o que não faz, quanto é, etc.

Eu acho que através da nossa Comissão e com essa participação ampliada de entidades, podemos dar esse acompanhamento, porque me parece que um dos pontos do debate era o questionamento sobre quanto o Estado participa em saúde, qual a contrapartida, quanto por cento do Orçamento do Estado está em saúde, se eventualmente não tem como ter mais recursos federais, se os Municípios ou o Estado vão arcar com isso e quanto vão ter que arcar.

Com a atual realidade sobre a saúde, nós precisamos ter um acompanhamento claro do orçamento da Saúde do Estado e ter essa mobilização permanente em saúde para, a partir daí, mantermos esses temas relacionados com a saúde. Precisamos estar interligados e ter uma integração do Fórum Parlamentar com o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, com o Conselho Estadual de Saúde, com as entidades, com a Comissão de Saúde desta Casa.

Eu acho que o espaço para juntar todas essas entidades é o espaço da Comissão de Saúde da Assembléia, porque ela é quem faz a interlocução. Assim, podemos continuar mantendo essa mobilidade, que é necessária na área da Saúde, como o assunto relacionado com dengue, relacionado com Fundação Nacional de Saúde e tantas outras questões.

Eu deixo a palavra livre para ver os encaminhamentos que vamos dar relacionados com essa reunião de segunda-feira: como vamos elaborar esse documento, o que vamos garantir nesse documento, que parâmetros vamos ter para a sua elaboração, quem ou quais entidades ficarão responsáveis pela elaboração, qual o prazo; e outros encaminhamentos, como a PEC-169.

A SRA. ADELIANA DAL PONT (Secretária da Saúde do Município de São José) - Eu tomei a liberdade de distribuir uma norma operacional básica, que tanto se fala, para todos os Deputados, porque nós estamos assim: os técnicos falando para os técnicos, e os Secretários todos sabem. Mas fica difícil tentarmos passar para todos vocês o que está acontecendo na Saúde se não falarmos dentro de uma mesma linha.

Então, na última página desse documento deve ter umas trinta siglas. Fica difícil para que os Deputados entendam, e isso é muito natural. Quando falamos de PAB, de FAE, para nós é normal, mas para eles é difícil.

Eu entendi que o Deputado Sergio Silva havia solicitado esta reunião para que pudéssemos esclarecer, deixando isso mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Eu tinha feito essa observação em uma reunião que participei na Comissão Intergestores Bipartite, porque do português e do "economês" surgiu, dentro do SUS, o SUES ou Suses. É um linguajar de siglas que, escutando os técnicos, escutando um Secretário conversar com o outro, nós não conseguimos entender, decifrar esse código. São siglas e mais siglas, como PSF, PCCS, etc.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Eu gostaria de comparar isso com as pessoas que vêm assistir à sessão da Assembléia e dizem: "Mas esses Deputados não prestam atenção em nada!" Na verdade, não é isso. As matérias que vão ser discutidas em Plenário já foram esmiuçadas nas Comissões e todos estão carecas de saber. Por isso, quando alguém discursa, o outro não fica prestando atenção e a opinião pública fica indignada.

Eu quero contribuir com isso dizendo que realmente é um festival de siglas. E só quem é do meio é que entende, quer dizer, a pessoa que é leiga não entende. Então, nós deveríamos ter um resumo.

Eu, pessoalmente, como empresário, sou muito prático. Eu não gosto muito de lero-lero. Acho que temos que mirar um alvo e ser práticos, ver o que está faltando para agir. Não adianta fazer muito floreio.

Acho, também, que quem deveria coordenar a elaboração desse documento é a nossa própria Comissão, com a ajuda das pessoas que entendem sobre o que é necessário ser feito.

Agora, o linguajar empregado pode ser técnico, sim, mas ao lado uma explicação sobre o que é, para que alguém que não seja do meio entenda o documento. Isso é muito importante não somente na área da educação como em qualquer área. Ninguém é obrigado a entender de tudo; cada um tem uma educação mais forte em determinados setores. Eu fico preocupado com essas siglas e acho procedente a sua preocupação.

Eu gostaria de fazer um encaminhamento, pois não agüento reuniões com muita delonga. Temos que ser mais objetivos nas coisas. Acho que uma das grandes reuniões realizadas foi a de segunda-feira, mas agora, o que temos que fazer? Vamos elaborar um documento, coordenado pela Comissão Técnica, e vamos a Brasília, vamos atrás das coisas. Este é o meu pensamento.

A SRA. ADELIANA DAL PONT (Secretária da Saúde de São José) - Então, são duas coisas: vamos pedir o que tínhamos de mínimo no ano passado ou vamos fazer o ideal para o Estado de Santa Catarina. É um ponto para se pensar.

Nós começamos com uma defasagem de R\$12.000.000,00 e no final já estava em R\$50.000.000,00. É importante saber se vamos pedir o que se tinha para fechar a conta do ano passado ou se vamos pedir melhorias para o nosso Estado.

O Estado de Minas Gerais, quando apresentou um pedido ao Ministério, apresentou-o com um acréscimo de R\$4.000.000,00. Acho que isso é importante resolvermos.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Eu acho que nós deveríamos pedir mais, porque, na pior das hipóteses, vamos lutar pelo mesmo que veio no ano passado. Se nós pedirmos igual, corremos o risco de receber menos. E se tivermos uma proposta de adequar à nova realidade o ideal ou o necessário, podemos rediscutir para vir o mesmo, para equilibrar. Nós não podemos pedir menos, temos que pedir mais para renegociar depois.

O SR. BRAZ VIEIRA (Federação dos Hospitais de Santa Catarina) - Eu gostaria de contribuir com algumas informações.

A implantação do PAB - Piso Assistencial Básico - está suprimindo alguns procedimentos médicos, que estão caindo diretamente no hospital. Isso é um agravante, e cada Município vai ter que fazer um convênio com os hospitais no sentido de atender a emergência do hospital.

Por quê? Porque até dezembro de 1997 o atendimento da emergência possibilitava a cobrança da medicação que era dada ao paciente. Hoje, não. Hoje, o hospital apenas recebe pela consulta médica R\$2,04. O paciente agora vai ter que pegar uma receita médica, vai ter que comprar na farmácia e solicitar a aplicação, porque nem isso contempla mais. Então, o SUS está cada vez pior para a própria rede hospitalar.

Eu gostaria de sugerir à Secretária desmembrar esse relatório que foi entregue na segunda-feira, para que pudéssemos ter maior clareza.

Eu estive em Brasília por esses dias com o Secretário Bajas Negri. Ele alega a seguinte informação: não está havendo redução nos repasses aos Estados. Então, recomendo que se busque profundamente o cálculo, com todas as informações possíveis, com detalhamento, para que essa

Comissão apresente em Brasília uma proposta que não seja, em hipótese alguma, contestada.

O Secretário Bajas Negri, que é o Diretor Executivo do Ministério da Saúde, garantiu, com toda a ênfase (naturalmente é uma pessoa competente), que o PAB era um dinheiro que estava sendo injetado no Sistema Único de Saúde.

Esta é a colocação.

A SRA. ADELIANA DAL PONT (Secretária de Saúde de São José) - Quando estivemos no Ministério, ele também disse que não houve redução e que foi uma questão matemática chegar nos R\$278.000.000,00 que estão destinados ao Estado.

A conta que tínhamos feito era a seguinte: se é para ficar igual ao ano passado, então precisamos do orçamento do ano passado mais o incremento que os Municípios irão receber de PAB. É isso que na nossa conta não é igual à do Ministério.

Como está muito difícil a discussão em Brasília sobre a questão de recursos, se conseguíssemos mostrar exatamente o incremento que não está vindo e fechar nos R\$12.000.000,00, talvez teríamos mais subsídios do que avançar com muito mais recursos. Isso para não sermos questionados.

O SR. BRAZ VIEIRA (Federação dos Hospitais de Santa Catarina) - Com relação às AIHs, os hospitais hoje se encontram extremamente defasados. Acabei de receber a informação que na região Sul existem 2.683 laudos de pacientes que não têm AIH correspondente.

Houve, em 1996, o redimensionamento dessas AIHs, houve um corte de 10%... é entregue proporcional à população de cada Município. Então, há uma sobrecarga desse atendimento contra os hospitais que precisam, que são obrigados a atender os pacientes, tendo ou não tendo a AIH. É uma situação dramática.

Eu alerto esta Comissão de Saúde mais uma vez, porque muitos hospitais estão fechando, não obstante muitos hospitais serem filantrópicos, mas, ainda assim, existe essa grave situação.

A SRA. ÂNGELA MARIA BLATT ORTIGA - A questão do dinheiro novo, que representou o PAB, é uma conta difícil de entender. Realmente os Municípios ganharam dinheiro novo se se fizer a conta individual de cada Município, mas no teto global o que muda é que os Municípios ganharam a parte fixa, que foi definida num padrão de R\$10,00/ano. Só que no total houve um deslocamento do dinheiro nessa parte fixa, e o que estamos discutindo é que o grande problema está na média e na alta complexidade.

Então, o Estado ficou com o mesmo teto que tinha. Nós não perdemos dinheiro, mas foi deslocado para a atenção básica. E nós acreditávamos que o dinheiro do PAB viria como investimento novo, que viria mais teto financeiro para o Estado, mas o que aconteceu foi um deslocamento desse dinheiro.

Ele foi para o PAB, os Municípios ganharam dinheiro novo, inclusive alguns Municípios tiveram 50, 100% de aumento do seu teto. Mas na parte de média e alta complexidade está tendo um quebra-cabeça, porque diminuiu esse recurso. E como vamos dividir esse bolo? Nós já vínhamos com uma deficiência na média e na alta complexidade; o pessoal falou muito em raios-X, em laboratório, etc., mas não é só isso, é ecocardiograma, é ultrassonografia. Inclusive, existem regiões que mandam fazer a ultrassonografia aqui em Florianópolis. As pessoas saem de Rio do Sul, de Lages para fazer aqui, porque não tem convênio com o SUS na região. Então, é muito complicada essa questão.

Na questão das AIHs, em 1995, quando houve o corte de 10 para 9%, nós perdemos a parte financeira da AIH. Outros Estados do Brasil ficaram com a parte financeira e só perderam aquele número de AIH. Então, o nosso teto em 1995 era de R\$18.000.000,00, quando teve o corte, nós fomos para R\$17.100.000,00. Daí fizemos toda uma movimentação política em nível de Ministério e conseguimos voltar, hoje o nosso teto é de R\$17.590.000,00. Então, não chegamos ao teto que tínhamos em 1995, temos, sim, uma perda de teto financeiro.

Uma outra questão relacionada às AIHs e que nós temos que discutir é que temos muitos hospitais que estão trabalhando no quadro que o senhor apresentou, mas em muitos outros o nível de suas resoluções é muito pequeno. E eles utilizam a AIH, encaminham para um outro hospital resolver. Então, o mesmo paciente está usando, às vezes, duas, três AIHs.

Eu acho que temos que ter uma postura em relação a hospitais, ou seja, ver quais são os hospitais que têm condições, que têm resoluções, porque temos superávit em Santa Catarina. Será que adianta deixarmos todos esses hospitais abertos e todos eles pendurados porque não há um nível de resolução?

Em alguns Municípios pequenos hospitais vão ter que ser fechados, porque temos, em algumas regiões, muito mais leitos do que se precisa. E para os hospitais se manterem vivos, eles têm que gastar AIH, porque senão eles morrem. E isso é uma decisão difícil. Quem vai tomar a decisão de fechar um hospital?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Apenas uma observação. Eu não concordo em gastar AIH. Não há AIH suficiente para atender à população. O hospital não interna, quem interna é o médico. Como é que o hospital vai recusar atendimento ao paciente se o médico encaminhou-o para ser internado? Essa é a matemática que tem que ser feita.

Há uma acusação de que os hospitais são fabricantes de AIHs. Inclusive, eu me indignei naquela reunião de segunda-feira, porque o Deputado Serafim Venzon teve a infelicidade de colocar que os hospitais fabricam AIHs. Isso não é verdade! E a senhora sabe muito bem que não é verdade.

A SRA. ÂNGELA MARIA BLATT ORTIGA - Não é que fabricam, mas um hospital que interna um paciente... E aí não é só culpado o administrador do hospital e principalmente o médico, na realidade ele sabe que para manter aquele hospital, tem que internar.

Mas se se interna, vamos dizer, um paciente com uma patologia que se sabe que não se vai conseguir resolver, gasta-se essa AIH. Ele ficou um dia naquele hospital, então gastou AIH. Daí, por exemplo, internam em São Carlos, fica um dia e no outro transferem para Chapecó. Gastou-se aí duas AIHs. Assim o sistema não tem como funcionar!

Nós temos que ter clareza - os nossos profissionais, principalmente - que se aquele hospital não tem condições de atender determinada patologia, deve encaminhar direto para os hospitais, e não ficarem com aquelas AIHs deficitárias, porque aquela AIH de um dia o hospital acaba não recebendo. Mas se ele internou, tem o direito de receber. É por isso que os nossos hospitais ficam com a AIH retida, porque não temos AIHs suficientes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Eu não entendi por que há hospitais que têm que internar para se manter. Por quê? Estão internando gente que não tem necessidade de ser internada?

A SRA. ÂNGELA MARIA BLATT ORTIGA - Por exemplo: se você interna uma pessoa com crise renal e o hospital não tem condições de cuidar, se você deixa a pessoa em observação na emergência por um dia, dando Buscopan ou alguma coisa assim, esse paciente gastou uma AIH. Mas se no dia seguinte, pelo quadro, tem que transferir o paciente, ele está gastando duas AIHs. E se ele for para um hospital de Chapecó, por exemplo, e aquele hospital diz que ela tem que fazer uma hemodiálise, essa pessoa vai gastar uma terceira AIH, porque vai vir para Florianópolis.

Mas nós sabemos que o hospital, para se manter, tem que gastar AIH, porque é como uma empresa, ou seja, se não tiver paciente, vai falir. Apesar de sabermos que são R\$2,00, R\$4,00, apesar desse custo baixíssimo, os hospitais precisam de uma média de internação para se manterem vivos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - É uma visão muito simplista da Secretaria da Saúde.

Desculpe-me, Presidente, não quero monopolizar o microfone, mas a situação é mais ou menos a seguinte: está-se com um paciente no Município de Jaborá, no Meio-Oeste, e ele precisa ser atendido lá porque não existe leito no hospital de Concórdia, não existe leito no hospital de Joaçaba, porque são hospitais mais ou menos regionalizados, que têm um limite de atendimento numa grande área dos Municípios. Então, o primeiro atendimento tem que ser feito no hospital da região, não tem como.

Eu pergunto o seguinte: a região de Jaraguá do Sul, por exemplo, atende a microrregião de Massaranduba, Xanxerê, Guaramirim, Corupá, São Bento do Sul, enfim, e não há leito suficiente para atender toda essa microrregião (o Deputado sabe muito bem disso). Então, cada região tem que atende o seu paciente.

O problema está na UTI, porque não há UTI suficiente, não há atendimento em alta resolatividade (?), mas ele tem que dar o atendimento, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Pois é, este é um ponto decorrente da sessão. Nós vamos elaborar um documento, mas é impossível elaborá-lo aqui. Agora, são pontos que estão sendo levantados que precisariam os responsáveis depois, na elaboração do documento, ver como poderiam completar essas questões na exposição desse mesmo documento, até atendendo ao apelo que o Deputado Udo Wagner fez.

O que vamos pedir? Vamos pedir ao Ministro apenas esses valores, que chegam a R\$12.375.000,00, para restabelecer aquilo que seriam os compromissos, aquilo que o Estado vinha recebendo? Ou vamos chegar a outros valores maiores? Houve, inclusive, uma manifestação do Deputado Sergio Silva naquele dia dizendo que poderíamos chegar a mais de R\$50.000.000,00.

O Deputado Udo Wagner fez um encaminhamento no sentido de que precisaríamos definir se vamos nos ater apenas a solicitar ao Ministro a reposição desses valores em torno de R\$12.375.000,00 - que seria essa defasagem -, para ficarmos no mesmo nível do Orçamento do ano passado, digamos, em equilíbrio com o Orçamento de 1997, ou se vamos aproveitar a oportunidade para pedir mais. E V.Exa. fez uma referência sobre R\$50.000.000,00.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente, está havendo depoimentos distorcidos. Em Brasília dizem que não está ocorrendo perda, aqui dizem que sim...

(Falas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Por isso eu acho importante o depoimento do senhor Braz Vieira, que esteve com o Secretário Geral do Ministério na semana passada, e eles afirmam que não houve redução de recursos.

Então, nós temos que elaborar muito bem esse documento, embasá-lo com muitos dados das Secretarias Municipais da Saúde, da Secretaria Estadual da Saúde, para que não sejam refutados pelo Ministério sob a alegação que não tem base, não tem razão.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Sem uma conta exata... ou alguém está enganando ou alguém não está sabendo fazer conta! Agora, acho que nós temos que ir a Brasília solicitar mais.

Em Blumenau, por exemplo, o Hospital Santa Isabel quer fazer um convênio para realizar cirurgias cardíacas e o SUS não libera. Temos que vir para São José, para Florianópolis, para Curitiba e São Paulo, porque ninguém atende hoje pelo SUS uma cirurgia cardíaca em Blumenau. E lá tem um centro grande de medicina. Isso é uma vergonha!

Eu até gostaria, senhor Presidente, de ter uma tabela, porque todo mundo reclama que sai dois e pouco uma consulta, mas o SUS alega que outras tabelas compensam os hospitais. E a maioria só fala nos 2,00 reais, 2,30, 3,00, 4,00, mas dizem que há outras tabelas em que eles compensam essa defasagem.

Segundo o Dr. Cândido me falou, o Hospital Santa Isabel quer fazer cirurgia cardíaca pelo SUS. Se é assim, é porque vai dar algum resultado, caso contrário não iria fazer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - É medicina de alto custo, Deputado. A medicina de alto custo é um bom negócio.

(Falas paralelas)

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - E alta complexidade, como chamam. Mas eu só escuto reclamação sobre os 2,00 reais.

A SRA. ÂNGELA MARIA BLATT ORTIGA - Eu fiz um levantamento do último mês e constatei que a média da AIH do Hospital Regional para uma cirurgia cardíaca é de R\$1.200,00 a R\$1.700,00. A AIH de uma maternidade, por exemplo, é R\$200,00. Mas os custos são muito mais elevados do que numa maternidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Essa conta que o senhor se refere não é o essencial nesta nossa discussão de agora, até porque isso é uma conta que se faz, useira e vezeirante, para justificar um lado e outro, Deputado. E essa é uma conta que V.Exa., como Parlamentar, dificilmente vai entender. Não que eu esteja duvidando da sua capacidade, mas estou duvidando da capacidade deles explicarem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - É só o Deputado fazer o seguinte cálculo: para atendimento num hospital, para a diária do paciente (não importa o grau de complexidade em que ele está), o SUS paga em média R\$4,50. O paciente ganha café da manhã, almoço, jantar, banho, atendimento de enfermagem, roupa lavada, etc. Essa é mais ou menos a situação hoje. É só fazer um cálculo matemático que se percebe.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Mas muitos, na minha região, cobram por fora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Se cobram por fora, têm que ser denunciados, porque vão ter que devolver.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Talvez seja por isso que eles estejam abertos ainda.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Com certeza!

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Senhor Presidente, eu acho que essa discussão é meritória, mas é tão antiga quanto a nossa idade.

Acho que há falha nos hospitais, em todo o sistema, nos médicos. Eu convivo no meio há muitos anos. Aqui estou há oito anos, sempre participando da Comissão de Saúde, e sempre discutimos os mesmos problemas.

Eu gostaria de, mais uma vez, apelar para a praticidade. Quando se encaminhar alguma coisa, sugiro que se peça mais para se conseguir o mínimo, pelo menos aquilo do ano anterior, para equilibrar as coisas. Nós todos temos que lutar pela melhoria do sistema, mas principalmente para que não piore ainda mais. Então, este é o apelo que eu faço, Deputado Sergio Silva, ou seja, vamos pedir um pouquinho mais.

Uma outra coisa que me preocupa é o que estamos discutindo. Quais são os reais valores? Se isso for levantado, é fundamental.

Nós podemos ir a Brasília e passar vergonha, porque se você já tem uma informação de que não houve perda e aqui diz que houve... Vamos, então, primeiro ter um consenso, porque vamos chegar lá e eles vão perguntar o que nós queremos fazer, e é capaz de eles comprovarem que estamos errados. Por isso temos que nos fundamentar, temos que nos subsidiar através da Secretaria Estadual, através dos organismos, coordenados pela nossa Comissão, porque eu não gostaria de ir a Brasília para passar vergonha.

(Falha na gravação devido à mudança de fita.)

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - ... de alguns encaminhamentos de como cheguei naqueles números que havia apresentado.

Nós não podemos esquecer que há uma coisa basililar em orçamento, que é o executado e o previsto. Nós estamos partindo do pressuposto, da análise dos números dos anos anteriores do orçamento realizado. Isso é para fazer uma base para a projeção de 1998.

E aí o que acontece, Deputado? Nós temos aqui o previsto pelo Ministério, com base nos levantamentos anteriores para este ano: **R\$270.000.000,00, enquanto que o necessário são R\$278.000.000,00.** Nós temos aqui, então, uma diferença significativa de **R\$12.000.000,00.** Mas os Municípios fizeram uma cooperação entre eles. Foram feitas várias regiões microrregionais e eles resolveram, cada Município, assumir um tipo de serviço, ou seja, um assume o raio-X, outro assume outra coisa, etc.

Foi feita uma nova conta das necessidades, que foi encaminhada à Secretaria Estadual da Saúde. Isso levantou um novo número, na ordem de 30 a 33 milhões. Há uma oscilação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Uma defasagem a maior.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - A maior, necessária para complementar, ampliar e realizar novos serviços que hoje não são executados, que estão centralizados. Seria uma descentralização de uma série de serviços, como o senhor colocou. Há uma série de serviços que têm que ser descentralizados de Florianópolis e de outras regiões.

O número da Secretaria Estadual da Saúde é da ordem de R\$320.000.000,00, que é a diferença mais os novos serviços descentralizados.

Esses dados foram passados para nós pelo próprio Secretário Carlos Schoeller. Somado a isso, foi distribuído naquele dia essa análise preliminar do Orçamento do Ministério da Saúde (1997 e 1998), feita pelo assessor do Conselho Nacional de Secretarias Municipais, que é essa daqui, realizada agora, em fevereiro de 1998, onde comprova as perdas, inclusive orçamentárias.

Então, Deputado, nós estamos nos pautando por uma análise de um documento que está em nossas mãos e que comprova que há uma perda significativa.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Então, temos que pedir mais recursos, mas não podemos chegar lá e dizer que estão diminuindo do nosso. Acho que não é verdade. Ai, acho que confere o levantamento que fizeram de que precisamos de mais recursos. Mas não se constatou, com certeza, que estão diminuindo os recursos da Saúde? É isso? Diminuíram?

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - O Braz pode...

O SR. BRAZ VIEIRA - Permita-me só uma observação. A minha colocação foi de que é necessário fundamentar esse cálculo, caracterizando os pontos ou as rubricas onde houve a perda desse valor para, a partir desse momento, não sofreremos a contestação do Ministério da Saúde dizendo que houve um incremento de verba para Santa Catarina. Essa é a minha colocação.

Que existe a necessidade de ampliar recursos para a Saúde, isso é inegável. Mas há a colocação, até arguindo aquilo que o Deputado Udo Wagner falou, de chegar esta Comissão em Brasília bem fundamentada e bem caracterizada sobre quais são os pontos em que houve a diminuição dos recursos para a Saúde, porque na opinião do Ministério da Saúde, do seu Diretor Executivo, não existe defasagem na Saúde, houve um incremento de verba.

Eu, sinceramente, não disponho das informações para poder contestar esses números, mas só sugiro que se faça um levantamento bem caracterizado, Secretária, para poder até justificar e obter com mais êxito esse pedido.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Eu quero apenas fazer mais um observação. Quando se discute o orçamento, existe o orçamento previsto e o orçamento realizado. Muitas vezes se prevê alguma coisa para ser exequível e na hora não acontece, isso é o mais comum.

Então, mais uma vez, para reforçar (e o Deputado Sergio Silva agora tem muito mais informações), penso que temos que fundamentar, nem que percamos mais um dia ou dois, para não passar vergonha, porque a pior coisa do mundo é você procurar uma autoridade e depois se contradizer.

Senhor Presidente, há muitos anos eu labuto no CDL e em associações comerciais. Numa oportunidade, fui visitar o Secretário da Fazenda para fazer uma reivindicação, com uma turma do Norte do Estado. Ele ficou perplexo e disse: "Vocês façam o seguinte: voltem para casa e primeiro se entendam, porque ontem teve uma delegação do Sul que pediu justamente o contrário!"

Então, é isso que eu quero evitar. Que saíamos, então, fundamentados, que chegue lá um documentado sintético - porque documento longo ninguém vai ler -, objetivo, com dados reais, para que não passemos vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o Dr. Ciro Soncini, do Sindicato dos Médicos.

O DR. CIRO SONCINI (Sindicato dos Médicos) - O documento talvez tenha que ser dividido realmente em duas fases: o que deixou de vir, o que veio a menos (se é que veio a menos), o que talvez seja um valor menor, e a expectativa do Estado para fazer cumprir todas as suas tarefas, que vai abri-lo um pouco mais.

Agora, a preocupação de que os números batam não precisamos ter, porque não baterão jamais, mas teremos que nos calçar ao máximo. Mas o Ministério eventualmente vai sempre ter outra maneira de encarar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Essa é uma maneira de se contemplar essas duas idéias. Uma, que fique clara essa defasagem se for para manter aquilo correspondente ao ano anterior, e outra, são as necessidades. Por outro lado, as Secretarias Municipais da Saúde, de tantas reuniões que aconteceram no Conselho nas últimas semanas junto à Secretaria Estadual, na Comissão, têm esses dados para que tudo isso possa ser fundamentado. Não tem como não demonstrar isso, porque isso é matemático, são números.

Quando se pensa em números absolutos, houve até um aumento, só que esse aumento em números absolutos não corresponde àquilo que o Estado vinha desenvolvendo de atividade e às novas atividades que ele passou a assumir. Está tendo, pois, uma defasagem.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Senhor Presidente, não só às novas atividades, houve uma perda também de poder aquisitivo, se falarmos do ano passado para cá, pode notar. Pode ter havido uma inflação galopante, mas em certos segmentos, em certas coisas, houve aumento de preço, já em outras, diminuiu.

Em nível de inflação, que é uma média ponderada da economia, é uma coisa, mas o número do ano passado para este deve ter uma atualização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - A Adeliã e a Ângela até poderiam explicar melhor essa questão do PAB. Com a implantação do PAB, com essa transferência de R\$10,00 per capita/ano para cada cidadão, houve um volume de recursos, mas em contrapartida, para executar esse Plano de Atenção Básica, quer dizer, como ficam as questões dos exames especializados, das consultas especializadas, internações hospitalares? No final, ao fechar a conta, está faltando dinheiro.

Ao fechar a conta, Município por Município, mais o Estado, vai somar e falta, sim. Quer dizer, está faltando quase R\$13.000.000,00 para fechar a conta. E foram reuniões exaustivas, uma atrás da outra - de algumas que pode participar -, com estresse dos Secretários Municipais. A situação é angustiante, porque está faltando e não fecha a conta. Na pior das hipóteses, estão faltando R\$12.375.000,00 para fechar a conta. Não tem.

Embora em números absolutos seja difícil, porque se trabalhou com parâmetros de outro ano e teve que se acrescentar mais tanto por cento, eu acho que tem que haver uma fórmula - além do linguajar que tem no SUS - para se chegar a esses cálculos, porque são cálculos difíceis.

Agora, quem está ali, no dia-a-dia, no pára-choque, no Município, enfrentando a população, as consultas básicas, os exames especializados - que são necessários -, as internações hospitalares, é que na somatória de toda essa realidade, Município por Município, mais uma parte que o Estado também executa, é que não fecha a conta.

Então, aquilo que o Secretário-Geral falou é uma visão que o Ministério está tendo. Do ponto de vista deles, não houve perda. Mas se não houve perda e houve até um aumento de alguma forma, na realidade tem essa defasagem, e nós vamos ter que conseguir provar isso, conseguir traduzir isso de uma forma sucinta - como o Deputado Udo Wagner coloca -, por números. Além de palavras, vamos ter que provar isso através de números, com tabelas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Só concluindo, senhor Presidente, nessa tarefa é fundamental que o Estado e os Municípios consigam subsidiar, de maneira técnica, para que realmente se chegue à conclusão.

O pedido político - que o Deputado bem lembra - de se pedir seis ou sete, se estamos precisando de cinco, acho que deve ficar para o final. Eles têm que trazer números concretos e, às vezes, a política mistura-se no argumento e faz com que não se consiga nem aqui bater, porque há Municípios - como disse a colega - que estão recebendo mais recursos com o PAB. Isso é significativo. São poucos? São muitos? Faz com que no geral o volume que vem seja maior ou seja menor? O Ministério diz que não faltou dinheiro, mas na conta falta um pouquinho.

Então, eles têm que subsidiar deixando a política de lado, tratando realmente do aspecto técnico. Deixar o lado político para o que se precisa, para fazer mais. Por isso, o documento desmembrado é mais fácil de encaminhar.

A SRA. ADELIANA DAL PONT - Eu acho que vai ter várias controvérsias quando tentarmos discutir com o Ministério, porque o Ministério usou como base de cálculo para calcular os R\$10,00/ano a produção de 1996.

Na produção de 1996 era final de mandato de Governo, iniciando outro. Era um ano em que muitos Municípios estavam desestruturados, não tinham incentivo em aumentar a produção de serviço. Então, o Conselho de Secretários Estaduais e Municipais em nível nacional já tenta argumentar com o Ministério a base de cálculo de 1997, que ele mesmo apresenta. Se pegarmos na Internet, a base de cálculo de 97 é bem maior do que a de 96, porque começou a gestão, começou a apresentar produção e muitos Municípios colocaram vários novos serviços em 97. E usando a base de cálculo de 96, já há uma diferença de conta.

Uma outra coisa que o Ministério incentivou e o Estado fez foi a questão da PPI, que é a Programação Pactuada Integrada. Isso seria pactuar entre os Secretários e ver o que cada Município realmente faz. E o que aparece em nível de Internet ou de relatórios oficiais é aquilo que o Ministério paga dentro dos sistemas, ou do SAI ou do SIH. Mas muitos Municípios pagavam por fora, o que chamamos de compra de serviço direto, pelo dinheiro do Fundo, do orçamento da Prefeitura.

Então, tentamos levantar o que as Prefeituras pagavam, o que paga por fora, o que compra direto, o que gastamos em saúde no Estado de Santa Catarina. E nisso trabalhamos em todas as microrregiões, com os Secretários que estavam saindo (porque muitas coisas ficam na memória dos Secretários, não tem nada escrito), registramos,

e quando os novos Secretários entraram, nós voltamos para essas mesmas microrregiões e levantamos com os Secretários atuais. E eles tiveram tempo de revisar o que chamamos hoje de PPI. Daí dá essa diferença. E eles colocaram, dentro dessa PPI, que falta dinheiro.

Agora, o Ministério, em alguns dados, trabalha com aquilo que paga dentro do sistema. Mas, por exemplo, laboratório, Raios X, não têm cadastrado dentro do sistema do SIH, mas paga via dinheiro do Fundo. E é saúde também.

O que gostaríamos de fazer nesse novo teto é conseguir o dinheiro do Ministério, cadastrar tudo o que é pago por fora e tentar fazer uma tabela correta, porque muita gente trabalhou com o teto que definimos em 95 e recebia a metade do que produzia. O resto a Prefeitura tinha que bancar, porque não estava cadastrado no sistema. Então, é uma conta bem difícil, e realmente os dados não vão bater.

Nós temos tudo isso registrado, foi feito um trabalho junto com os hospitais, o gestor trabalhou, e nós fizemos em dois momentos, para ter um dado correto do que cada Município gasta em saúde.

O SR. BRAZ VIEIRA - Surgem agora novos elementos para a ênfase necessária para esse documento: o Estado tem ou recebeu tantos milhões em 1997; os Municípios gastaram, complementarmente, determinados valores; buscar no Ministério da Saúde esse valor para que os Municípios não sejam penalizados. É interessante esse detalhe.

(Falas fora do microfone)

O SR. ROGER MISONNAVE (Representante das Associações de Clínicas) - A discussão é longa, mas na condição de representante das clínicas do Estado, especialmente da Grande Florianópolis, gostaria de dizer que no que tange o atendimento do SUS e todas essas discussões que tivemos aqui, as clínicas têm basicamente a mesma posição da Associação dos Hospitais, que foi defendida pelo senhor Braz, acrescentando a isso que esses exames de médio e alto custo requerem investimentos altíssimos. Talvez daí o fato de que a grande parte das despesas dos custos do SUS, hoje, estarem voltadas para os exames de médio e alto custo.

Gostaria de deixar frisada esta posição, porque é a posição que entende a Associação das Clínicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Precisamos, então, encaminhar sobre a elaboração do documento.

Eu entendo que o que fizemos até agora foi colher subsídios, para termos alguns pontos de referência para a elaboração desse documento. Nós já temos o relatório daquela reunião, que pudemos, depois, dá-lo como subsídio para a elaboração, mais os pontos aqui referenciados.

Assim vamos solicitar uma parte ou tudo do que se precisa. Podemos dividir em duas partes isso, ou seja, contemplar as duas propostas, e como contemplar a questão, por exemplo, que o Braz levanta, sobre as AIHs, sobre a defasagem e como isso pode estar contemplado no documento ou em um outro documento à parte?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - A questão da AIH, Deputado, é uma coisa mais complexa, porque eles tomam um percentual da população que sofre internação por ano. E os Estados do Sul são os que têm maior número de internação. Então, é difícil solicitarmos mais AIHs.

Por exemplo, o Estado de São Paulo interna 7% da sua população por ano, o outro Estado interna tanto e o nosso está lá, esticado em 9%. Então, para aumentarmos esse número, esse percentual, é complicado. Acho que é importante não mexermos nisso neste momento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Não é que internamos mais, é que nós registramos melhor.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - Não! É que temos mais serviço disponível, talvez. E há alguns hospitais pequenos com baixa resolutividade. Então, interna no hospital pequeno de sua cidade, não consegue resolver o problema, mas gastou uma AIH, e tem que transferir para um outro local. Exemplo: interna em Morro da Fumaça, transfere para Criciúma, ficando a dívida em Morro da Fumaça e Criciúma com um único paciente.

Nós já conversamos com o Ministério e eles dizem que foi uma questão matemática e que não houve perda. Mas a conta que foi feita é a seguinte: era o teto anterior, a do ano passado, descontando as ações de PAB, somava 25% - que era o preço de tabela - e depois ainda tinha que se acrescentar o incremento do PAB. Fazendo por essa fórmula a nossa conta não era igual a dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Mas no PAB não vai 25%, não é?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - Não! Os 25% não incluem no PAB.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - Como estava muito defasado, o Ministério começou a pagar abono de 25%. Então, tínhamos que fazer essa conta considerando 25% ainda.

Ontem, eu recebi um fax dizendo que os 25% referentes a dezembro tinham sido depositados. Mas se fomos desconsiderar esse abono que estavam dando, acaba tendo diferença.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Esse item, na minha opinião, tem que ser avaliado sob duas óticas: da fonte de financiamento, quer dizer, dos créditos e das despesas. Nós falamos muito aqui sobre as despesas, ou seja, de que precisamos levantar isso.

Mas nós temos também que argumentar um pouco com o Ministério sobre as fontes. Por exemplo, nós vemos aqui nessa tabelinha o

seguinte: quem é que financia a saúde para 1998 do Ministério? Então, nós sabemos que 12% é recurso ordinário do Tesouro (vou falar dos grandes grupos); Cofins, 25%; CPMF, 33%; FEF, 12%. Os demais são pequenos grupos que financiam a saúde.

Se levamos em conta a arrecadação do CPMF de Santa Catarina, que está projetada para R\$168.000.000,00 para este ano, nós vamos ver que o retorno é muito pequeno dentro dos 33% orçados. Percebem? Se pegarmos a fatia correspondente a 33% do CPMF de Santa Catarina e acrescentarmos às outras receitas ordinárias, nós vamos para um número muito superior àquele que nós temos.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Vai dar os R\$50.000.000,00 que precisa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - É uma conta muito fácil de ser feita.

Então, nós temos que trabalhar neste documento com duas vertentes. Uma, é comprovar os valores que temos que receber em razão das nossas despesas, outra, é o direito que nos assiste em função da arrecadação. Mas aí dizem que não vai ser possível trabalharmos em cima disso. Mas é claro, o Nordeste não vai fazer mesmo esse tipo de conta. Eles irão fazer a conta que lhes interessa. Então, temos que fazer as contas que nos interessam, como, por exemplo, o percentual do CPMF é dos catarinenses e esse dinheiro nós queremos, esse dinheiro é nosso. Ou não foi criado o CPMF para financiar complementarmente a saúde? Ou seja, manter as fontes de financiamentos tradicionais e acrescentar mais uma. Assim foi pensado, só que eles retiraram algumas fontes.

Então, na minha modesta visão, vamos ter que, neste documento, trabalhar em cima disso. É claro que vai depender dos senhores que trabalham na área e entendem, mas vamos ter que trabalhar um pouquinho na questão de mérito de financiamento. Quem financia a grande parcela desses custos é o Estado de Santa Catarina, pois o Estado catarinense deve também merecer um tratamento complementar daquilo que ele está solicitando e dizer que o Estado quer receber porque está contribuindo e não está só retirando.

O Presidente teve que se ausentar para uma entrevista e pediu que eu conduzisse esta parte, enquanto isso. Trata-se dos encaminhamentos.

Nós precisamos formar o grupo-tarefa (assim o Presidente encaminhou) que vai elaborar uma minuta desse documento para voltar, digamos, numa reunião colegiada, onde será aprovada primeiro aqui, na nossa instância, para, depois, encaminhar para Brasília.

Evidentemente que temos aqui representados os hospitais, as clínicas, os médicos, os Municípios, a Secretaria Estadual da Saúde, além da enfermagem, dos trabalhadores do setor da saúde. Quem está faltando aqui neste nosso colegiado? Qual o segmento da Saúde que estaria faltando?

(Falas fora do microfone)

Nós temos mais um representante ao qual eu peço que se apresente.

O SR. NICOLAU TEIXEIRA FILHO - Sou diretor de defesa de classe da Associação Catarinense de Medicina. Estou representando o Dr. Remaclo Fischer, que é o Presidente da Associação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Há algum segmento importante que os senhores julguem que não está aqui representado?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - Eu achei importante o comentário do Deputado quando fala dos usuários.

(Falas fora do microfone)

Pelo menos do Conselho Estadual de Saúde, não é? Pelos usuários.

(Falas fora do microfone)

Serão convidados para a próxima, mas acho que seria importante...

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Vamos marcar uma reunião ou vamos, pelo menos, encaminhar representantes que irão elaborar esse documento.

Eu até dou uma sugestão para discussão: que essa reunião técnica não fosse realizada aqui na Assembléia Legislativa, mas, sim, na Secretaria Estadual da Saúde, que é onde estão as informações, onde estão os mapas, onde vocês têm como buscar e pesquisar, onde tem melhor estrutura, etc. Concordam?

Quem se disporia a participar desse grupo-tarefa?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - Os Secretários Municipais participam.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - O Conselho dos Secretários Municipais participa, a Secretaria, e quem mais?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - O Sindicato dos Médicos também participaria para definir o nome da pessoa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - A definir posteriormente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - A Associação Catarinense também, da mesma maneira que o sindicato.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Também estaria colocando posteriormente o nome.

Os hospitais, igualmente?

O SR. BRAZ VIEIRA - Naturalmente a nossa contribuição será...

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - No seu nome mesmo ou o senhor indica alguém?

O SR. BRAZ VIEIRA - A princípio seria o meu nome, mas provavelmente o senhor Canisio irá participar, porque ele já faz parte, é membro do Conselho Estadual de Saúde e é o futuro Presidente da Associação. Ele deve participar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - O senhor também tem alguém para deslocar ou para...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Certamente terei uma participação na Associação das Clínicas, e o nome deve ser definido posteriormente, pois estou representando o Presidente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - Eu acho, Deputado, que devemos tentar manter as pessoas que vieram aqui, porque senão, numa próxima reunião, vamos ter que explicar tudo de novo. E isso é um grande complicador, por isso temos que ser práticos. É um trabalho de Comissão, então vamos tentar manter as pessoas que já trabalharam nessa discussão para não precisarmos rediscutir.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - É verdade, tem toda razão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Senhor Deputado, a princípio ela tem razão, mas veja o seguinte: no sindicato eu tenho outras tarefas que não necessariamente essas, e lá há alguém mais habilitado. Então, desde que seja possível manter as pessoas que já estão atuando, perfeito, mas não necessariamente. Podemos tentar pegar alguém que esteja mais por dentro disso, indicar e definir uma data.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Eu gostaria de lembrar que a sessão plenária reabre agora, na Ordem do Dia, e há votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Então, está sendo encaminhada a equipe de trabalho para a elaboração do documento, que ficaria na própria Secretaria Estadual.

Os nomes já estão definidos? Quem irá participar do Conselho?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Nós encaminharemos um nome a qual setor? O sindicato vai definir um nome depois, a ACM também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Pode encaminhar à Presidência da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, porque vamos estar...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - A reunião já vai estar marcada e as pessoas encaminhadas, Deputado, devem estar presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Nós precisamos definir uma data. Eu até proponho para amanhã à tarde, quinta-feira, às 13h30min, para trabalharmos em cima do...

O SR. DEPUTADO WINSON WAN-DALL - Senhor Presidente, proponho reunir todos os documentos disponíveis para, assim que a reunião tiver início, o pessoal se situar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Pode ser na sala do Conselho, no primeiro andar?

(Falas fora do microfone)

Às 13h30min, amanhã. E nós vamos manter contato...

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Está faltando um grupo, Presidente, que seria o representante dos usuários. A nossa secretaria da Comissão poderia manter contato com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Seria com a Josiane, que é a Secretária do Conselho Estadual de Saúde.

Vamos, de hoje para amanhã, manter contato com o Deputado Valdir Colatto, para saber como estão as gestões da audiência com o Ministro.

Agradecemos a presença de todos e vamos dar continuidade desse grupo de trabalho, aguardando essa audiência. E nós temos uma outra programação, como a questão do Ipsc para a próxima quarta-feira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Eu gostaria de dizer que infelizmente a Saúde não lida nunca com uma prioridade. São sempre duas, três ou quatro atropelando a gente. Então, Brasília é prioridade, o Ipsc também.

Nós fomos agradavelmente surpreendidos com a iniciativa da Comissão de Saúde na sua figura e na dos Parlamentares.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Eu estava aguardando uma oportunidade para falar sobre a questão do Ipsc.

O senhor colocou que seria convidado o Presidente do Ipsc, o senhor Ari Martendal, para a reunião do dia 8 de abril. E lembrando os fatos que ocorreram naquela reunião, neste plenarinho, em setembro do ano passado, o senhor Ari Martendal manifestou o desejo de pagamento, de solucionar o pagamento do Ipsc. Mas lembrando que não caberia a ele e, sim, ao Secretário da Fazenda, que na época foi convidado e não participou...

(Falha na gravação devido à mudança de fita.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - É oportuna a proposta e solicitamos ao Deputado Sergio Silva que nos ajude nessas gestões junto... Além de convidar o Presidente do Ipsc, vamos convidar o Secretário da Fazenda para debater com ele, que é o principal interlocutor.

Muito obrigado, Deputado Sergio Silva, muito obrigado a todos os que estiveram presentes, dando oportunidade de continuarmos os trabalhos desta nossa Comissão.

Está encerrada a reunião.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1998

Deputado VOLNEI MORASTONI - Presidente

Deputado SÉRGIO SILVA - Vice-Presidente

Deputado GILMAR KNAESEL - Membro

Deputado IVO KONEILL - Membro

Deputado LICIO MAURO DA SILVEIRA - Membro

Deputado UDO WAGNER - Membro

Deputado WILSON WAN-DALL - Membro

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE REALIZADA DIA 08/04/98

ASSUNTO: DENGUE

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Convido o Senhor Deputado Sérgio Silva, Vice-Presidente da Comissão da Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa para fazer parte da Mesa;

Convido o General de Brigada Edson de Oliveira Goulart, digníssimo Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Convido o excelentíssimo senhor Rogério Filomeno Machado, digníssimo Coordenador Regional da Fundação Nacional da Saúde;

Convido o senhor Antônio Zimmermann, Prefeito Municipal de Guaramirim e Presidente da FECAM;

Convido o excelentíssimo Coronel Valmir Lemos, digníssimo Comandante Geral da Polícia Militar de Santa Catarina;

Convido a excelentíssima senhora Maria Marlene Souza Pires, digníssima Coordenadora de Saúde Pública, representando o senhor Secretário de Estado de Saúde;

Convido a excelentíssima senhora Adeliara Dal Pont, digníssima Presidente do Conselho de Secretários Municipais e Secretária Municipal de Saúde de São José.

Gostaria inicialmente de ler a justificativa de ausência, recebida pela nossa Comissão, das seguintes autoridades:

Do excelentíssimo Senador Wilson Kleinübing: "Acuso recebimento para reunião situação sobre a dengue. Compromissos assumidos anteriormente impedem-me de comparecer. Agradeço a gentileza convite. Votos de pleno êxito";

Do excelentíssimo Secretário Estadual da Saúde, Dr. Carlos Schöeller: "Com nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos para seu conhecimento cópia da convocação recebida para comparecermos ao Ministério da Saúde, no próximo dia 8 do corrente, oportunidade em que serão tratados assuntos de interesse desta Pasta.

Assim sendo, pedimos desculpas por não podermos comparecer ao evento programado acerca da dengue em nosso Estado. Entretanto esta Secretária, através da sua Coordenadoria de Saúde Pública e demais áreas técnicas, se fará presente ao evento."

E dos Deputados Federais Milton Mendes e Vânio dos Santos.

São estas as justificativas, uma vez que também convidamos a nossa representação parlamentar em Brasília, os nossos Deputados Federais e Senadores que fazem parte do Fórum Parlamentar Catarinense.

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa propôs esta reunião. Inicialmente, houve um intercâmbio, uma conversação, inclusive com o Secretário da Saúde, e nós decidimos chamar esta reunião, até entendendo que a Comissão de Saúde da Assembléia é um espaço de interlocução da sociedade e onde podemos reunir todas as partes, desde as representações do Município, do Estado ou em nível federal até da sociedade civil, do Governo, para que possamos debater os assuntos que interessam à sociedade catarinense.

Sem dúvida, no momento, esta situação de como está a dengue em Santa Catarina é um assunto da maior importância e urgência, e o objetivo da reunião é avaliarmos essa situação em Santa Catarina e quais as providências imediatas que temos de adotar.

De antemão, queremos agradecer a presença de todos, das autoridades civis, militares, dos representantes de entidades não governamentais, porque o objetivo final, além do diagnóstico da situação, de como é que estamos, é que possamos encaminhar ações, medidas práticas para fazermos frente a esta situação e atender aos interesses da população catarinense.

A situação da dengue no Brasil atinge níveis alarmantes em vários Estados. Em Santa Catarina proliferam os focos dos mosquitos Aedes Aegypti e Aedes albopictus, que são transmissores do vírus da dengue. São dezenas de Municípios que já estão apresentando os focos dos mosquitos transmissores.

Como estão as ações, em nível de Municípios, do Estado, de combate aos focos do mosquito? Como está a situação? Qual o número de casos suspeitos da doença? Há algum caso confirmado ou não da doença? Como estão as condições de diagnóstico da doença?

O que precisamos é conjugar esforços, tanto em nível de Governos Federal, Estaduais e Municipais, e ter a capacidade de engajar a população nesse processo. Isso, sem dúvida nenhuma, é fundamental para o sucesso das nossas ações, do que realmente precisamos fazer.

Temos lido pela imprensa que por parte dos Municípios já há várias tentativas, como, por exemplo, em Joinville. Lá constituíram uma comissão municipal de prevenção e ações na forma de mutirão, utilizando também como forma de trabalho apelo visual, exposição de faixas, outdoors, distribuição de panfletos, palestras de como detectar a doença, de como combater os mosquitos.

A Associação de Municípios do Noroeste de Santa Catarina criou uma comissão regional para fazer campanha do tipo cidade limpa e incentivar mutirões, para se acabar com os focos onde os mosquitos potencialmente podem se desenvolver.

Bem, a inclusão da população neste processo, como já dissemos, sem dúvida é fundamental para auxiliar no controle dos vetores, responsáveis pela transmissão da doença.

Então, precisamos, no final - e provavelmente é neste sentido que vamos convergir -, criar uma força-tarefa, uma comissão executiva estadual que possa também coordenar essas ações nos vários níveis de Governo.

Existe um princípio que diz que é melhor prevenir do que remediar. Sem dúvida nenhuma, todas as ações que pudermos fazer no sentido da prevenção para evitarmos uma epidemia de dengue no Estado serão muito importantes, porque além do risco à vida humana, também os custos materiais serão inestimáveis.

Como está a situação no Estado hoje e o que fazer? Este é o objetivo desta nossa reunião.

Sobre a dinâmica da reunião, vou propor o seguinte encaminhamento: inicialmente, da parte dos órgãos aqui do Governo Federal, da Fundação Nacional de Saúde, da Secretaria da Saúde do Estado e também de representações aqui da Fecam, que representa os Municípios ou Secretários Municipais de Saúde, uma exposição de como está a situação no Estado, de acordo com as informações que pudemos receber.

Num segundo momento, poderemos ter a palavra livre para todos os participantes que queiram se manifestar sobre o assunto; ao final, os encaminhamentos das ações imediatas e as ações práticas que precisamos engendrar.

Eu gostaria também de anunciar aqui a presença dos Deputados Ivo Konell e Udo Wagner, que fazem parte da Comissão de Saúde e Meio Ambiente; da Deputada Ideli Salvatti; do Prefeito Dário Berger, de São José; do Prefeito Orlando Nogarolli, de Barra Velha. E no decorrer da reunião, iremos anunciando as demais autoridades que aqui estão presentes, porque a presença de todos aqui com certeza é muito valiosa, muito importante para o objetivo a que nos propomos, atendendo aos interesses da sociedade catarinense.

Eu passo inicialmente a palavra ao senhor Rogério Filomeno, Coordenador Regional da Fundação Nacional da Saúde em Santa Catarina.

Sobre o tempo, serão utilizados quinze minutos ou até mais, se for necessário, por parte da Fundação Nacional da Saúde, porque até agora o que nos consta é que a primeira responsabilidade sobre essas ações estão ao encargo da Fundação Nacional da Saúde em Santa Catarina.

Então, é muito importante esta manifestação do nosso Coordenador Regional sobre a realidade que estamos vivendo. Inclusive, poderá já, se puder, abordar sobre a proposta de convênio que há entre a Fundação Nacional da Saúde e a Secretaria de Estado. Não sei em que ponto está esse convênio, mas provavelmente deve abordar esse aspecto também.

O SR. ROGÉRIO FILOMENO - Primeiramente, bom-dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão, Deputado Volnei Morastoni, estendendo o cumprimento aos demais membros que compõem a mesa e parabenizando-os pela iniciativa, porque este fórum, esta Casa, esta Comissão realmente se investe de competência suficiente para discutir não só os problemas da dengue, mas os problemas de saúde e do meio ambiente no nosso Estado.

A Fundação Nacional da Saúde é um órgão do Ministério da Saúde que existe em todos os Estados do Brasil, inclusive no Distrito Federal. Compete à Fundação, neste primeiro momento, o combate aos vetores, além de outras atividades. Eu vou me prender exclusivamente ao tema do *Aedes Aegypti*, do *Aedes albopictus* e da dengue como doença.

A Fundação tem acompanhado atentamente o desenvolvimento da infestação dos mosquitos *Aedes albopictus* e *Aedes Aegypti* no Brasil. Quando nos perguntam sobre isso, a resposta é muito simples, mas as pessoas ainda não conseguiram identificar, ou até identificaram, mas não começaram a agir. É muito simples você evitar a proliferação do mosquito, basta que cada cidadão, que cada morador faça o seu papel, que é justamente limpar e evitar que acumule água no seu quintal, na sua empresa, enfim. É muito simples, mas não existe a atitude ainda na prática, estão achando que a coisa não vai acontecer.

Todos os Estados brasileiros que estão num estágio mais avançado passarão por essa situação que Santa Catarina está passando. Então, nós temos ainda tempo para ampliar a conscientização e a participação de toda a sociedade.

A Fundação faz a parte dela, que é a identificação e combate aos vetores, que são os mosquitos. Mas só isso não basta, porque existem ações agregadas de extrema importância, que são principalmente a educação da população, a divulgação do problema, a participação do Município e do Estado. Só na ampliação de ações como limpeza urbana e ação da vigilância sanitária é que não tem custo, porque já é rotina dentro das ações dos Municípios.

Então, nós temos que começar a colocar inicialmente o que se pode fazer primeiramente sem custo, e depois buscar o financiamento necessário para ampliar essas ações. Eu trouxe algumas transparências, porque é importante que conheçamos o nosso inimigo, para não confundirmos mosquito normal, pernillongo, com o mosquito *Aedes Aegypti* ou *Aedes albopictus*. Primeiramente, um só ataca à noite e o outro durante o dia. O *albopictus* e o *Aegypti* trabalham durante o dia. E o *Culex*, que é o mosquito mais comum no nosso cotidiano, só atua à noite, principalmente nos tirando o sono.

Então, nós temos que ter muita consciência do nosso inimigo para que possamos não confundir e não dispersar as ações, principalmente com relação aos sintomas da dengue, porque nós não temos a dengue em Santa Catarina. Existem suspeitas, mas nós não temos nenhum caso de dengue em Santa Catarina; nós temos, sim, a presença do mosquito. Sem o mosquito não vamos ter a dengue, assim como se não tivérmos alguém com o vírus, pode-se ter o mosquito que não vamos ter a dengue.

Então, temos que analisar o quadro. É uma época em que está se entrando no inverno, vai ter muita gripe, e as pessoas podem confundir gripe com sintomas da dengue. Este é o papel que têm as instituições de saúde, os postos de saúde, os médicos, os enfermeiros, as pessoas que têm na sua jurisdição a atribuição de trabalho na área da saúde ou, não necessariamente, também na área da educação. Ou seja, que possam difundir as informações para que não nos dispersemos nas ações.

Este é um papel importante que nós temos que analisar e colocar nas estratégias para que se possa responder as perguntas necessárias que, no decorrer das nossas ações, vão surgir em função da dúvida.

Eu vou pedir licença para apresentar as transparências. (Projeção de transparências.)

Nós temos aqui os fatores necessários para que se possa ter uma epidemia de dengue em qualquer Estado, em qualquer situação. Teriam que ter três fatores: o homem, o vírus e o mosquito, porque sem um destes três fatores não existe a cadeia formada. Então, a tendência de proliferação da doença não existe.

Portanto, nós temos que, em relação à pessoa contaminada, fazer com que ela, primeiro, seja adequadamente tratada; segundo, evitar que circule, porque vai dar oportunidade para que o mosquito a pique e passe a ser a portadora do vírus, passando a contaminar outras pessoas.

O vírus se incorpora automaticamente no ser humano, que passa a ser o veículo condutor dessa contaminação.

O mosquito da dengue é um mosquito caroneiro, ele não voa grandes distâncias. Ele tem que entrar em um carro, em um caminhão ou em um avião. E no lugar em que se faz qualquer parada, ele sai de dentro do veículo e se desloca para onde tem água parada, limpa de preferência, onde possa colocar os seus ovos. O sangue que suga é para se alimentar e fazer com que coloque os ovos. É uma característica da mosquiteira, o mosquito não pica. É a fêmea que tem esse papel na cadeia.

Dentro dessa característica do primeiro ponto, o homem independe de qualquer pessoa. A dengue é suscetível a qualquer pessoa, a qualquer ser humano, cidadão, homem, na forma geral. Então, ninguém está livre de sofrer uma epidemia ou ser contaminado pela dengue.

Não existe vacina para o *Aedes Aegypti* ou para a dengue no Brasil ou em qualquer lugar do mundo. Então, é uma doença que se combate com o trabalho preventivo, com a educação e com ações quando ela se instala, o que evita, normalmente, a proliferação do vetor.

O manejo ambiental. Nós podemos ver, mais adiante, o que acontece quando você não faz o manejo adequado do lixo e da água, quando você não acomoda regularmente esses recipientes.

A mudança ou adoção de comportamentos individuais e coletivos. Isso é o homem que pode mudar. Compete a nós todos a mudança radical dos nossos atos e costumes, principalmente quando nos traz prejuízos.

Então, nós temos que ter, primeiro, a conscientização de que nós somos responsáveis por isso. E é comum se ver, como no primeiro momento em que se viu a dengue no Rio de Janeiro, um procurando culpar o outro. É culpa do Estado, é culpa do Município, é culpa do Governo Federal.

O mosquito não tem carteira de identidade. Ele não é um cidadão municipal, não é um cidadão estadual nem federal; simplesmente ele está aí porque deram condições para que se crie e se prolifere. Então, a responsabilidade é de todos. Não existe o mais culpado ou o menos culpado. O cidadão também entra nessa linha de culpabilidade, porque ele produz as condições para que esse mosquito se prolifere, ou por desconhecimento, ou por negligência. Então, isso tem que ficar bem claro quanto às responsabilidades.

O envolvimento de órgãos públicos, de empresas privadas, de organizações não governamentais (ONGs) é de extrema importância para que se possa fazer um trabalho com resultados alcançáveis.

Nós temos que ter uma linha de ação. Independe de Município para Município. A criatividade vai, nesse momento, ser aproveitada em todos os sentidos. Não podemos eliminar a participação de "a", "b", "c" ou "d". Nós temos informações de Municípios como Joinville, que já criou uma comissão; como São José, cujo Prefeito me disse ontem que foi criada a comissão dos "José limpos", que seria um grupo de agentes de saúde para a limpeza; como Tubarão, onde a Associação das Donas de Casa fez um trabalho de conscientização doméstica.

Nós temos inúmeras ações já desenvolvidas, como a participação do Exército, em 1996, se não me engano, em Garuva, num mutirão de limpeza. Estamos vendo agora a participação do Exército no Rio de Janeiro, que tem um contingente de nove mil agentes de saúde, e estão se incorporando, conforme eu li, mais dois mil soldados nessa participação. Então, toda a sociedade participa da forma que pode, ela é chamada e pode dar a sua contribuição.

Existe quatro tipos do vírus da dengue: dengue I, dengue II, dengue III e dengue IV. Os vírus circulantes no Brasil são o da dengue I e o da dengue II. A dengue hemorrágica no Brasil e nas Américas só se proliferara em função da ação de dois vírus. O vírus da dengue I ou da dengue II vem na pessoa através do mosquito. Quando ele pica a pessoa, a mesma passa a ter os sintomas da epidemia, ou seja, febre alta, dores nos olhos, manchas avermelhadas, dores de cabeça, enfim, tem os sintomas de uma gripe, mas sem a coriza. O tratamento é repouso, tomar líquido e medicamentos antitérmicos, para que se controle a evolução do quadro da temperatura. Não se toma AAS ou qualquer comprimido com ácido acetilsalicílico. Por quê? Porque num quadro hemorrágico, ele aumenta a fluidez do sangue e a pessoa tem muito mais facilidade de evoluir o quadro hemorrágico.

No Brasil nós temos, então, o quadro da dengue I e da dengue II.

O que nós estamos vendo no Brasil, com relação ao Rio de Janeiro e a outros Estados (que vamos ver aqui), sobre a dengue hemorrágica, é justamente porque esses dois vírus começaram a atuar.

Por que o organismo reage à dengue hemorrágica na hemorragia? Porque quando se é infectado pela dengue I, cria-se, automaticamente, anticorpos para esse vírus no seu organismo. Quem é médico conhece muito bem qual é a reação. Quando se é infectado novamente pela dengue, mas a de número II, o organismo, que já criou anticorpos com relação ao mosquito da dengue I, passa a atuar internamente, nas reações orgânicas, para evitar que a dengue I se instale. Só que não é a dengue I, é a dengue II. E aí o organismo reage de forma hemorrágica, porque ele foi enganado nas suas reações de defesa.

Então, essa é a característica da dengue hemorrágica, didaticamente, muito sucintamente, para que a pessoa tenha o quadro da dengue hemorrágica.

Aqui nós temos a transmissão da dengue, o mosquito passando de pessoa para pessoa. Então, o mosquito é a cadeia para a evolução do quadro. O nosso inimigo já está identificado.

Nós temos aqui a circulação da dengue I. No Brasil, em 1986, onde está verde são os Estados onde começou o surgimento da dengue. Vindo de onde? Vindo da África. Esse mosquito veio da África e deslocou-se para o Brasil; foi da África que ele se deslocou para os demais países do Continente.

Em 1987 (nós já vimos aqui), houve um aumento muito mais na parte litorânea do Brasil, justamente de onde se deslocam os navios, os aviões. Enfim, esse mosquito vem realmente de carona.

Em 1988, nós mantivemos praticamente o quadro no Brasil um pouco menor. Em 1989 ainda continuamos a ter o quadro na mesma situação. Em 1990 já começou a surgir a circulação da dengue I e II, e este é o risco que nós temos que evitar, que é a circulação desse vírus. Em 1991, já continuou na mesma linha, com uma ampliação dos focos, mas dentro dos mesmos Estados. Em 1992, nós estamos vendo que já aumentou. Em 1993 o quadro continua na mesma linha. Em 1994, nós estamos vendo que continua aumentando. Então, a circulação da dengue I e II continuou na mesma linha. Em 1995 o quadro já começa a ficar mais colorido. Temos aqui o quadro no Brasil em 1996, e em 1997 está mais colorido ainda.

Agora, nós observamos que em todos os quadros e nos mapas Santa Catarina e Rio Grande do Sul não têm a dengue. Isso é um alívio? É, mas todos os Estados passaram por esse estágio que nós estamos passando. Então, nós temos que ter a consciência de que nenhum deles chegou neste estágio sem passar por esse.

Em 1998, vemos que no quadro do Brasil praticamente seis Estados não têm a dengue. O que nos interessa - e acho que nós temos que trabalhar a nossa visão em cima desse quadro - é o estágio de infestação. Para ter dengue, tem que ter mosquito, e tem que infestar um contingente, tem que ter a população de mosquito em nível alto, tem que ter em torno de 5% da população de mosquito na região para que chegue uma pessoa com a dengue e seja picada pelo mosquito e passe a desenvolver a doença.

Então, nós temos aqui Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná. Estes mais coloridos mostram a presença do mosquito *Aedes albopictus* e do *Aedes Aegypti*.

No Brasil, o que transmite a dengue é o *Aedes Aegypti*. Quanto ao *albopictus*, nós não temos até agora nenhuma comprovação de que ele transmite a dengue, mas pode vir a ser um transmissor em potencial. Então, ele também é tratado da mesma forma no combate como o *Aedes aegypti*, porque nós temos que combater os dois para evitarmos ser surpreendidos em função de que ele possa a qualquer momento ser o transmissor, o elo de ligação.

Nós estamos vendo que o Brasil inteiro hoje tem a presença do mosquito. Não é só o Brasil, o que nós estamos desenvolvendo...

(Falha na gravação)

... porque também tem a presença do mosquito. No Estados Unidos, por exemplo, o mosquito comum, que aqui no Brasil é o *Culex*, ou o pernilongo, lá é o *Aedes Aegypti*. Mas só que lá eles mantêm o controle da doença. Porque se você tiver o mosquito e não tiver o doente, a cadeia não fecha. Então, eles têm o controle da doença, e é isso que nós temos que atingir no Brasil.

Vamos passar para Santa Catarina. Eu fiz agora uma colocação em nível nacional para que tenhamos uma visão macro, sabermos o que tem em nível de Brasil, em nível de Santa Catarina. Nós temos aqui o quadro de 1997, onde temos o *Aedes Aegypti* nos vermelhos, que é o transmissor no nosso País da dengue, e o *albopictus* nos azuis, que pode vir a ser o transmissor da dengue. No amarelo é onde existe a participação dos dois mosquitos.

Se nós analisarmos, Paraná está aqui em cima, Rio Grande do Sul está em baixo, a pressão do mosquito está vindo de São Paulo para baixo, está vindo do Centro-Oeste para o Sul e está vindo da Argentina pela região Oeste com relação a Santa Catarina. Então, nós estamos tendo uma pressão da penetração do mosquito.

Observamos aqui que a BR-101 é o maior veículo, é o caminho que o mosquito vêm fazendo. No Oeste são pelas rodovias que estamos vendo que vêm vindo. E a tendência, se nós não fizermos esse trabalho em equipe, se não tivermos essa participação de todos, é que esse mosquito continue descendo e continue avançando nos Municípios, normalmente por onde passam as BRs, porque o volume de transporte rodoviário de carga no Estado é altíssimo. O nosso Estado é um Estado exportador e recebe também muitas cargas de fora; há caminhões do Rio, São Paulo, Nordeste, Norte constantemente trafegando no nosso Estado.

Como eu frisei no começo, o mosquito não faz viagens longas, ele têm que estar dentro de alguma estrutura móvel, tem que estar dentro de um carro, de um avião ou de um caminhão.

Este caminhão parou num posto de Joinville, por exemplo, na BR. Se o mosquito sair para colocar seus ovos num recipiente com água e se este recipiente não for limpo constantemente, ele coloca os ovos que, se não forem mexidos, duram um ano. Eles ficam um ano guardados, e se depois de um ano tiver água, começa a cadeia. Então, é um ovo resistente, não basta somente você eliminar a água do recipiente, tem que limpar o recipiente, tem que evitar que o ovo possa ter condições de eclodir, tem que evitar que ele evolua.

Em 1998, nós estamos vendo que aumentou, basicamente na região Norte do Estado, em função da proximidade com o Paraná. No Paraná já têm vários Municípios com infestação e vários casos de dengue. Se não me engano, neste ano já tinha mais de 65 casos de dengue. O nosso medo é que venha alguém a algum desses Municípios que estão em vermelho e possa ali a pessoa começar a cadeia de transmissão.

Hoje no Estado nós temos este quadro aumentando. A nossa preocupação é que, como a fronteira toda com o Paraná é extensa, possam existir focos - e devem existir, - que nós não temos conhecimento ainda.

Aqui nós temos a distribuição de focos no Estado desde 1989. Então, nós podemos observar ano a ano a evolução, chegando aqui em 98, nos três primeiros meses, com o triplo de focos do ano de 97.

Aqui temos o quadro de Municípios que nós consideramos infestados, ou seja, onde tem a presença do mosquito, e este quadro de infestados segue uma linha do programa nacional. Você tem um padrão nacional de focos e de infestados.

Quando você tem a presença do mosquito simplesmente em armadilhas ou esporadicamente no posto, você é considerado, em nível nacional, como foco. Se você tem em residência esse mosquito, essa larva de mosquito, ele passa a ser considerado infestado, porque quando existe em residência, é porque existe já um volume muito maior de mosquitos. Ele partiu normalmente de um ponto inicial ou de uma borracharia, de um ferro-velho, de uma residência ou de uma transportadora, enfim.

Isso aqui é a atuação da Fundação Nacional de Saúde no Estado. Nós temos hoje dois distritos, um com sede em Joinville, que tem abrangência de cobrir o Estado até o Oeste, e outro em Blumenau, para cobrir essa região toda de verde para baixo.

Não fomos nós que criamos esses distritos, eles foram criados em 91, em função das doenças que prevaleciam na época.

Nós tínhamos em São Francisco do Sul a esquistossomose e tínhamos malária na região Norte. Então, foi em função desse quadro que se adotou esse critério de distribuição de distritos. Hoje, se você fosse avaliar, teríamos necessidade de ter um distrito no Sul, no Meio-Oeste e no Oeste, para que tivéssemos um campo de ação muito mais rápido e mais eficiente.

Então, hoje o agente de saúde se desloca desses distritos para cobrir praticamente o Estado todo, e na sede da Fundação, em Florianópolis, funciona um distrito informal.

Aqui nós vamos ilustrar com algumas fotografias um quadro que é muito comum nós olharmos. Depois que eu comecei a atuar na Fundação Nacional de Saúde, em 95, e que a gente conhece, isso faz parte do ser humano... Quando nós desenvolvemos funções que até então nós conhecíamos superficialmente e que passamos a conhecer profundamente, começamos a olhar para as coisas e objetos e a olhar para um potencial muito grande de desenvolvimento de qualquer doença.

Nós cansamos de passar em locais e olhar esse quadro: pneus a céu aberto, porque quando o dono da borracharia é atuado ou é chamado a atenção pela vigilância sanitária do Município para que acomode os pneus corretamente, ele, à noite (eu não quero generalizar, eu estou dando um quadro), tira o pneu da empresa dele e joga num terreno baldio. A responsabilidade não é mais dele, passa a ser da Prefeitura.

Então, o pneu está lá, ninguém é dono, o dono do terreno baldio às vezes nem sabe que esse terreno está lá, ou pode ser um terreno da Prefeitura, e ninguém toma providência.

Portanto, esse é um quadro comum de nós olharmos no Brasil inteiro. Em Santa Catarina, se nós andarmos na BR e olharmos o que tem de ferro-velho, o que tem de borracharia não com um volume de pneus assim, mas com pneus, é uma coisa que quem entende, quem conhece, se preocupa.

Agora, a partir de hoje nós estamos dividindo a responsabilidade e a preocupação com todos vocês, com todas as entidades aqui presentes que podem de alguma forma influenciar nessa educação, justamente para evitar esse quadro.

Nós temos aqui um cemitério. Uma vez eu coloquei isso e as pessoas riram e perguntaram: cemitério? O que tem a ver defunto com mosquito? Mas o que se deixa de vasos de água com flor em cemitérios é uma coisa fantástica! E eu não sei qual foi o Município, não me recordo agora, que a Prefeitura baixou uma lei proibindo que se leve flores com água. Você pode levar dentro de vaso com areia, por exemplo, e molhar a areia.

Então, essa é uma área em que o mosquito vai e se procria que é uma beleza! E esse é um trabalho que nós, agentes de saúde, fazemos, colhendo a larva no cemitério para fazer a análise nas lâminas, para ver se realmente é o mosquito transmissor da dengue.

Aqui nós temos uma residência. Eu gostaria de salientar que esse quadro não quer dizer que seja a casa das pessoas pobres; você tem pessoas de classe média e de classe alta que têm nas suas residências, de veraneio ou não, um quadro parecido.

Então, você não pode discriminar dizendo que a dengue é doença de classe baixa. Não! Ela é uma doença que evolui de um quadro de falta de saneamento básico também, mas do saneamento domiciliar. O lixo produzido na residência é responsável por esse quadro. Aqui nós estamos vendo painéis perto de um tanque, onde normalmente a água fica acumulada. E as pessoas vão deixando, a chuva também cai ali e o quadro fica propício para que ele evolua.

Eu estava morando em Brasília e retornei há sete meses. Fui para Brasília para o programa do Ministro e agora retornei a Santa Catarina. Voltei sentado em cima do mosquito, com um problema muito sério, e nós temos que somar esforços para que possamos superar.

Aqui mostra um lixão comum de se encontrar nas cidades. O caminhão de lixo passa na frente da casa da gente, recolhe o lixo, e normalmente não se faz a separação do que é recipiente, do que é lixo orgânico ou não. Isso aí também é um trabalho que pode ser feito, pois você joga num lixão todos esses recipientes que são grandes potenciais de desenvolvimento e proliferação do mosquito.

Então, isso é um quadro dos lixões que nós comumente encontramos. O ideal seria enterrar o lixo ou adotar outra forma em que o Município possa evitar que isso fique a céu aberto.

Eu não sei se eu me alonguei, mas eu procurei ser rápido, dar uma visão do quadro no Brasil, uma visão do quadro em Santa Catarina, automaticamente colocando a realidade dentro das responsabilidades.

Agora me coloco à disposição das perguntas. Não adiantei nenhum assunto com relação à estratégia que pode ser feita, porque isso vai surgir normalmente aqui, na condução dos trabalhos pelo Presidente da Comissão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos ao Dr. Rogério Filomeno Machado. O tempo foi um pouco além do previsto, mas as informações foram muito importantes para o objetivo da nossa reunião.

Antes de passar a palavra à representante do Secretário Estadual da Saúde, senhora Maria Marlene Souza Pires, eu gostaria de anunciar a presença aqui dos Deputados Eni Voltolini, Reno Caramori, Manoel Mota, Lício Silveira, Gilmar Knaesel e Wilson Wan-Dall.

Também gostaria de anunciar a presença das seguintes pessoas:

Senhora Maria Bonatti, representante do Secretário de Estado da Educação; Francisco Ailton Garcia, Prefeito de Araquari; Dário Berger, Prefeito de São José, que já anunciamos; Humberto Luiz Teixeira, Prefeito Municipal de Pícaras; Orlando Mogarolli, Prefeito Municipal de Barra Velha, que já havíamos anunciado; senhora Lia Carmem Klein, Vereadora, representando a Câmara Municipal de Florianópolis; Valdoir Basini, Vereador de Frei Rogério; Rodnei Carvalho de Oliveira, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina; Estevão Cláudio dos Santos, Chefe dos Serviços de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, representando aqui o Gerente Estadual do Ministério da Saúde; Aroldo Neitske, Presidente a Fampesc; Suzana Zeccer, Chefe de Operações da Fundação Nacional de Saúde; Eliane Bittencourt, Gerente de Engenharia, representante do Deter; Rolando Córdova, engenheiro sanitário, representando a Anfri; Ari Rocha, Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina; Rita Alves, representante da Faesc e da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina; Nelson Roberto Novelli, representando o Sesc; Nelson Isidoro da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Santo Amaro.

Passo a palavra à senhora Maria Marlene Souza Pires, Coordenadora de Saúde Pública, representando o excelentíssimo senhor Secretário Estadual de Saúde.

A SRA. MARIA MARLENE SOUZA PIRES - Bom-dia a todos! Após essa brilhante exposição, o que eu tenho a colocar a respeito da dengue é que a preocupação da Secretaria é bastante intensa. Já constituímos uma comissão, cujos representantes estão aqui presentes (alguns deles), no sentido de que possamos trabalhar em parceria, porque sabemos que em termos de saúde o mais importante é a prevenção.

Dentro da exposição, os senhores viram que também na dengue é na prevenção que temos que atuar, e estamos iniciando os trabalhos.

Quanto a Santa Catarina, realmente não temos nenhum caso confirmado. Temos 25 casos suspeitos, sendo que dois desses são adolescentes, um de 12 anos e o outro de 15 anos.

Eu gostaria que a responsável diretamente pelo programa, a senhora Ilza, colocasse o que já temos de trabalhos feitos e de confirmações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, então, a senhora Ilza.

A SRA. ILZA - Bom-dia a todos. Eu represento a Secretaria de Estado da Saúde e trabalho na Diretoria de Vigilância Epidemiológica.

Como já foi colocado, até o momento (eu costumo colocar "até o momento") estamos com 25 casos suspeitos da doença. Nenhum deles até o momento foi confirmado, porque o soro que é encaminhado para o nosso Lacen (Laboratório Central), por sua vez é encaminhado para o Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, onde são feitas as provas e diagnósticos para se chegar ao diagnóstico conclusivo da dengue.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Qual o prazo para se saber a confirmação dos casos?

A SRA. ILZA - Nós não temos um prazo delimitado. O resultado desses exames demoram em torno de um a dois meses.

A senhora Igare, que é representante do Laboratório, pode contribuir.

A SRA. IGARE WITA NOCETTI VIEIRA - Sou Diretora do Laboratório Central de Saúde Pública e vou dar os motivos por que não se faz o diagnóstico da dengue no Estado de Santa Catarina. O principal motivo é a demanda; para se fazer o diagnóstico é preciso ter uma demanda de, no mínimo, 90 casos suspeitos. Por que 90 casos suspeitos? Porque não existe o kit comercial para ser comprado para se fazer o diagnóstico. Esse kit é fabricado pelo Instituto Evandro Chagas, em Belém. São reagentes importados dos Estados Unidos, e o kit é feito artesanalmente por não haver o kit comercial.

Então, se um Prefeito ou um Secretário de Saúde disser que vai comprar o kit e que vai fazer, não tem como, porque isso é preconizado pelo Ministério da Saúde e nós seguimos diretrizes do Ministério da Saúde.

Então, temos que ter uma demanda de no mínimo 90 suspeitos/semana. Por que demora tanto? Porque enviamos para o Instituto Adolfo Lutz, e o Instituto dá prioridade para as regiões onde têm epidemias. E nós não temos epidemias, nós temos casos suspeitos. Dois casos confirmados foram importados no mês passado, foram pessoas que estiveram em São Luiz no Maranhão e que vieram para cá com a doença. O perigo está aí, ou seja, do mosquito picar essa pessoa e começar a infectar todo mundo.

Quanto à demora, ontem estive me informando no Instituto Adolfo Lutz. Existem três coletas de sangue: uma até o terceiro dia após o sintoma da doença, quando é feito o isolamento do vírus, e o vírus leva, no mínimo, quinze dias para ser isolado; outra no quarto dia após o aparecimento

do sintoma, quando é feito o isolamento do vírus e também o que se chama de método Elisa, para ver se existe ainda o anticorpo, a sorologia; e a partir do quinto dia do aparecimento do sintoma, quando só se faz a sorologia, porque não é mais possível fazer o isolamento.

Como todos esses exames levam algum tempo para ser feitos, o Instituto Adolfo Lutz dá prioridade para as zonas em que há epidemias, e a demora está sendo, no mínimo, de trinta dias.

Agora, a partir do momento em que tivermos uma demanda de 90 suspeitos por semana - porque esse kit é para, no mínimo, 90 testes, não se pode fazer menos que 90 testes -, é viável fazermos em Santa Catarina. Já temos técnicos treinados para isso, e isso seria implantado.

A SRA. MARIA MARLENE SOUZA PIRES - Espero que não tenhamos os 90 suspeitos!

O panorama, então, seria esse. Inicialmente vamos partir para a educação e saúde; vamos começar com um treinamento em vários espaços, tipo ônibus, com panfletos, com cartazes, para que as pessoas saibam como iniciar o saneamento, a limpeza, com coisas simples, e também através das escolas, através das rádios e televisão.

Além disso, vamos começar a fazer um treinamento dos médicos que ficam na frente, no pronto-atendimento, porque com a vinda do inverno associado à nossa pouca experiência - porque nunca tivemos dengue -, podemos não diagnosticar corretamente. Então, vamos iniciar um treinamento para os médicos em geral.

A princípio seria isto. É claro que se tivermos um número maior de casos vamos ter um kit aqui, o que esperamos que não aconteça.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Quero agradecer a senhora Marlene Maria Pires, da Secretaria Estadual da Saúde.

(Alguém pede, fora do microfone, para fazer uma retificação e o Presidente concede)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - Gostaria de fazer uma retificação ao que a Colega colocou.

Os nossos casos em 1997, que foram confirmados, foram seis no total e todos foram importados, ou seja, a pessoa adquiriu o vírus do Dengue fora do nosso Estado. E este ano nós não temos nenhum caso confirmado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Depois deste panorama dado pela Secretaria Estadual da Saúde, poderíamos passar para os Municípios. Aqui temos o Presidente da Fecam e também a Presidente do Conselho Municipal da Saúde, aos quais concederemos cinco minutos para que possam relatar a sua realidade. Em seguida abriremos a palavra aos Prefeitos Municipais aqui presentes e logo depois a todos os participantes.

Com a palavra o Prefeito de Guaramirim, senhor Antônio Zimmermann, Presidente da Confederação Catarinense dos Municípios.

O SR. ANTÔNIO ZIMMERMANN (Presidente da Confederação Catarinense dos Municípios) - Primeiramente, gostaria de saudar as autoridades que compõem a Mesa, as demais autoridades militares, representantes da imprensa, senhoras e senhores.

Neste momento, em nome dos Municípios de Santa Catarina, gostaria de louvar a iniciativa da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa de realizar este encontro hoje, aqui, que nós julgamos ser sumamente importante para o fato sobre o qual estamos discutindo.

A preocupação dos Municípios de Santa Catarina é vista em vários aspectos, primeiro pela timidez ou pela forma tímida com que os gestores da saúde pública, a nível federal e estadual, estão dando à evolução deste problema.

Nós estamos vendo, através dos quadros que nos foram apresentados, dos demonstrativos, que a proliferação do mosquito em nosso Estado está ocorrendo numa velocidade bastante grande e a forma tímida de articulação dos gestores, a nível federal e estadual, com os Municípios deixa a desejar.

É uma crítica que queremos fazer de forma construtiva, pois estamos vendo hoje que as ações desenvolvidas estão sendo feitas de forma desarticulada.

Temos visto que alguns Municípios no Estado de Santa Catarina estão fazendo qualquer ação de combate com relação ao mosquito, sendo que os Municípios limítrofes nada estão fazendo.

Então, acho que é uma ação inócua e que não vai produzir efeito algum. Deveria haver por parte da Fundação Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde e da Secretária Estadual da Saúde de Santa Catarina uma articulação no sentido de organizar no Estado o combate ao mosquito junto com os Municípios.

A nossa maior preocupação é com relação a algumas informações que nos chegaram de que a Fundação Nacional de Saúde é um órgão em extinção, pelo quadro reduzido de funcionários a atuar no Estado de Santa Catarina, não sei nos outros Estados, pela dificuldade que os veículos da fundação têm para se deslocar aos locais onde está

sendo detectada a presença do mosquito. E a nossa preocupação maior é que se for realmente extinguida a Fundação Nacional da Saúde, mais obrigações e mais responsabilidades serão repassadas aos Municípios.

Nós já não podemos mais suportar esta transferência de encargos e de responsabilidades. A Federação Catarinense de Municípios deverá enviar às autoridades, aos gestores a nível federal e estadual esta nossa preocupação, procurando fazer com que esses órgãos se articulem e procurem fazer um trabalho em conjunto em todo o Estado de Santa Catarina, com todos os Municípios. Evidentemente que os Municípios estão também prontos a prestar colaboração neste sentido.

Nós vemos isto com muita preocupação pela forma tímida com que o assunto está sendo tratado (esta preocupação de mais uma vez um órgão federal ou estadual ser extinto) e por ver essas responsabilidades serem transferidas para o Município. Nós não temos recursos financeiros para bancar o mínimo necessário para atender o cidadão.

Estou fazendo esta colocação em nome dos Municípios de Santa Catarina de uma forma construtiva, para que esse órgão federal ou estadual procure fazer com maior agilidade, para que o assunto também possa ser sanado dentro do menor prazo possível e com a maior eficiência possível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, Prefeito Antônio Zimmermann.

Posteriormente o Dr. Rogério vai abordar, em bloco, vários questionamentos que estão sendo colocados.

Continuaremos ouvindo outras manifestações.

Passo a palavra à Senhora Adelina Dal Pont, Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde.

A SRA. ADELINA DAL PONT (Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde) - Bom-dia a todos.

Gostaria de parabenizar a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa e agradecer esse espaço que ela tem dado aos Secretários Municipais, pois tem sido uma grande aliada nessa nossa luta diária.

Com relação à preocupação dos Secretários Municipais, vou falar somente de forma complementar ao que o Prefeito falou, porque não tem como ser diferente. Nós estamos na ponta e temos algumas preocupações bastante práticas.

Os Municípios de Santa Catarina estão muito preocupados no processo de descentralização dessas ações. O SUS preconiza a descentralização das ações, é importante que seja descentralizado, mas é importante que seja de uma forma planejada, não como tudo que acontece. Quando ninguém mais faz, acaba sendo o Município que tem que fazer, está ali, está batendo na porta e nós não vamos suportar.

Mas neste momento os Municípios não têm treinamento; essas ações de controle de doenças sempre foram a cargo da Fundação Nacional de Saúde; os processos precisam continuar; é preciso ou a Fundação ser fortalecida ou ser totalmente descentralizada, mas os recursos financeiros deverão vir com ela. Nós não nos incomodamos de suportar, não é Prefeito, mais um pouco de responsabilidades e encargos, desde que os recursos financeiros venham juntos. Desta forma, eu acho que fica bem mais tranqüilo.

Mas a preocupação já tem sido manifestada pelos Secretários Municipais. Nas regiões onde a Fundação neste momento está presente - e, dessa forma, eu não posso falar pelo Município de São José porque a Fundação está presente -, nós temos foco, mas a ação ficou conjunta e ficou fácil. Mas como fica nos Municípios onde não tem Fundação Nacional de Saúde, nos Municípios onde não tem fiscal? Para nós fazermos campanhas isoladas, como tem um fazendo aqui e outro fazendo lá... E se nessas campanhas nós exterminarmos o foco de mosquitos sem sabermos que exterminamos?

Então, existem algumas coisas importantes que precisam ser vistas e é importante mesmo que isso seja unificado de uma forma estadual.

Nós precisamos ter uma ação planejada por parte do Ministério ou por parte da Secretaria de Estado da Saúde, mas de uma forma planejada para um Estado como um todo. Não dá mais para ficar um fazendo e o vizinho não se preocupar com isso ou não saber o que fazer, ou fazer de uma forma errada.

Então, a preocupação dos Secretários é neste sentido. Nós temos recebido denúncias onde em algumas regiões não se tem combustível para o carro caminhar por parte da Fundação porque o Ministério não repassou o que devia ter repassado.

Nós temos tido a Comissão de Saúde da Assembléia como um aliado, inclusive em um outro assunto a respeito de recursos para a área de Saúde em nosso Estado, nós temos tido os Deputados como aliados numa solicitação de audiência com o Ministro José Serra.

Então, é importante que se preocupe com isso também grande parte dos Municípios brasileiros que não são de Santa Catarina, que têm convênio direto com o Ministério da Saúde para a Dengue. Também não sei se é essa a melhor forma de ter um convênio direto

em cada Município, talvez seja necessária uma ação conjunta para o Estado, porque se não só vai ter convênio onde já tem foco. E também acho que não é assim, o limite entre Biguaçu e São José é muito junto, o limite entre Florianópolis e São José é muito próximo.

Então, a preocupação nossa vai de uma ação que precisa ser conjunta para todo o Estado, do treinamento de recursos humanos, porque não é possível descentralizar de hoje para amanhã ou nem descentralizar, a gente tem que assumir os problemas e os recursos financeiros sem nenhuma formalidade, para que se possa assumir mais um encargo.

No decorrer do debate talvez a gente tenha mais outras colocações, mas neste momento nós vamos nos reduzir a essa fala.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado à senhora Adeliara Dal Pont, que preside o Conselho de Secretários Municipais de Saúde.

Antes de passarmos a palavra ou deixarmos a palavra aberta a todos os participantes aqui que queiram se manifestar, eu ainda vou passar a palavra aos membros da Mesa que ainda não se manifestaram.

Com a palavra o senhor Deputado Sérgio Silva, que é o Vice-Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Senhor Presidente, sendo muito breve, cumprimento a todos os membros da Mesa, as autoridades, as senhoras e senhores que comparecem nesta manhã de quarta-feira no plenarinho da Assembléia Legislativa, para que a gente possa discutir o problema da Saúde Pública do nosso Estado.

Como aqui também foi falado, a nossa Comissão tem se reunido rotineiramente no último mês para tratar de diversos problemas que estão afligindo a comunidade catarinense.

Nós temos um corte no Orçamento do Estado da ordem de doze milhões e quinhentos mil reais, aproximadamente. Eu prefiro um número de cinquenta milhões, que eu acho que é o mais correto. Mas, enfim, nós temos um corte do Orçamento do ano passado para esse significativo que irá gerar inúmeros problemas, senhor Presidente. E este da Dengue está inserido nisso. Eu não tenho a menor dúvida. É uma questão de Saúde Pública, responsabilidade da União com a parceria dos Estados e dos Municípios.

Mas o próprio Prefeito Zimmermann falou muito bem quando disse que não adianta municipalizar a ação sem dar os recursos necessários. É claro que a Dengue se instala no Município, assim como o CPMF também é retirado do Município.

Portanto, financiamento para o combate à Dengue está no Município, mas, infelizmente, não fica esse recurso no próprio Município para retornar em forma de combate. O general que está aqui ao meu lado, sabe que não se faz guerra sem dinheiro. É ilusão pensar nisso, muito menos combater sem recursos.

Então, o que nós estamos querendo também nesse rol, Dr. Rogério Filomeno, é que o senhor nos apresente um orçamento senão hoje, mas oportunamente, de combate à Dengue no Estado de Santa Catarina. Eu imagino que isso é essencial para que nós possamos, enquanto Parlamentares responsáveis nesta Casa, somadas todas as pessoas que aqui estão presentes, ir ao Ministro José Serra que é um economista, não é médico, apresentar os números da conta que a Dengue está em Santa Catarina a cobrar. Porque se nós formos lá com uma exposição muito bonita mas sem a essência, que são os recursos financeiros, nós vamos voltar com uma resposta muito bonita mas sem a essência do combate, Presidente.

Então eu imagino que se nós não apresentarmos um orçamento em que se coloca aí um número de agentes necessários ao combate da Dengue, até porque o Exército está entrando num esforço comunitário para tentar realizar algo com o envolvimento de toda a sociedade, mas o Exército não tem como missão o combate à Dengue... Mas os agentes de saúde têm, eles poderão ser contratados especificamente com essa missão. Como o senhor mesmo falou, no Rio de Janeiro nós temos hoje nove mil agentes contratados.

Se no Rio de Janeiro nós temos nove mil, quanto somos em Santa Catarina? Qual é a viatura que desloca esses agentes. Como é que fica a estrutura para combater também o mosquito não apenas na fase de larvas mas na fase adulta de procriação? Quais são os mecanismos que nós temos à disposição? É o fumacê, como era no Rio de Janeiro? Nós temos em Santa Catarina um fumacê? Pelo que eu saiba, não.

Então, na verdade, além de nós termos que falar para a sociedade explicando, etc. e tal, nós temos que contar com uma estrutura, ao meu ver, profissional e para isso é preciso que se tenha recursos e orçamentos. Inicialmente o orçamento para depois o recurso ser aportado.

Então, Presidente, eu sugiro que a nossa Comissão elabore um documento em conjunto com o Governo do Estado, com a Fundação Nacional de Saúde, com as Prefeituras, com os Secretários Municipais de Saúde, para que nós possamos naquela famosa audiência que estamos para ter com o Ministro José Serra, quando formos reivindicar os recursos orçamentários do Estado que foram cortados, acrescentar um novo valor, que é o custo de combate à Dengue aqui em Santa Catarina. E eu volto a insistir, não é minha expressão mas do Prefeito Zimmermann, que não podem ser debitados às contas das Prefeituras Municipais já extremamente combatidas. E o Governo do Estado também tem dificuldades e a União hoje tem isso como prioridade.

Se o Ministro diz que é prioridade, que ele vai dedicar-se a esse combate, falou para o Brasil inteiro, vamos cobrar a nossa parte. Também somos brasileiros, também estamos inseridos nesse conjunto e, portanto, exigimos que aqui nós tenhamos um tratamento senão diferenciado mas igualitário ao do Rio de Janeiro e de outros Estados, até porque não é preciso que nós tenhamos uma grande infestação de casos aqui, Presidente, de inúmeras pessoas doentes, inúmeros óbitos para que possamos conseguir o recurso.

A Saúde Pública serve exatamente para evitar o óbito, para fazer com que a pessoa conviva em saúde. Então, vamos ter que ser operosos, a meu ver, Presidente, em realizar esse documento que eu acho ser essencial, para que possamos dar prosseguimento a esse nosso trabalho aqui na Assembléia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, Deputado Sérgio Silva. Eu até aproveito, depois da proposta do Deputado, que seria elaborarmos um orçamento dos recursos financeiros necessários para essas ações, para perguntar à Fundação Nacional de Saúde e à Secretaria do Estado de Saúde se já existe alguma avaliação, alguma quantificação desses recursos financeiros mínimos necessários para as ações que se fazem presentes.

Mais adiante o Dr. Rogério e também a dona Maria Marlene, da Secretaria Estadual de Saúde, poderão responder esses questionamentos que estão sendo feitos aqui.

Concedo a palavra ao excelentíssimo Senhor General de Brigada Edson de Oliveira Goulart, que é o Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada.

O SR. EDSON DE OLIVEIRA GOULART (Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada) - Excelentíssimo senhor Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Comissão de Saúde; Deputado Sérgio Silva, Membro da Mesa, e demais componentes que participam hoje desta reunião, minhas senhoras e meus senhores, meu bom dia para todos, sou o General Goulart, Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, com sede aqui na nossa Capital.

Embora não sendo diretamente o nosso combate, aquiesci ao convite que me foi formulado, porque como todos sabem o Exército Brasileiro está sempre onde a sociedade necessita. Tanto é que ele desenvolve, mais do que nunca hoje, o slogan "O braço forte e a mão amiga" e por isso que eu me encontro aqui inicialmente para conhecer e saio satisfeito com as informações que foram prestadas pelo nosso coordenador da Fundação Nacional de Saúde.

Portanto, a primeira parte para se resolver qualquer problema é conhecermos a dificuldade e no caso aqui vamos usar uma linguagem militar: "conhecemos o inimigo". O inimigo já está bem identificado e já sabemos como ele opera, do que ele se utiliza e isso é um passo fundamental para o prosseguimento das nossas discussões e o estabelecimento de um planejamento apropriado.

O segundo aspecto que eu queria colocar é que a 14ª Brigada possui organizações distribuídas mais particularmente à Leste da BR-116. Nós temos organização militar em Blumenau, em Joinville, aqui na nossa Capital, em Criciúma e em Tubarão e ainda com uma ligação direta com o Comando da 14ª Brigada, nós temos o Batalhão Ferroviário de Lages.

Embora não pertencendo à estrutura da 14ª Brigada, ainda no Estado de Santa Catarina nós temos um 14º Regimento de Cavalaria em São Miguel d'Oeste, temos o 5º Batalhão de Engenharia de Combate de Porto União, um contingente no Campo de Instrução de Marechal Hermes em Três Barras e Três Tiros de Guerra - o de Caçador, o de Brusque e o de Joaçaba.

São instrutoras militares capazes de dar um suporte de mão-de-obra e também algum material para o atendimento das necessidades que porventura os representantes no combate da dengue possam necessitar.

Então, é com esse intuito que eu vim aqui participar desta reunião, para oferecer a todas as autoridades diretamente envolvidas ao combate da Dengue toda a nossa estrutura, na medida em que possamos deslocá-las para o atendimento desta operação de guerra.

Estamos no momento não muito apropriado, mas sempre digo ao meu pessoal que a missão não pergunta a hora. Nós estamos no momento incorporando um novo contingente que exige de todos nós, profissionais, uma dedicação total para o preparo desses jovens, mas assim mesmo ainda dispomos de uma reserva técnica, vamos chamar assim, de boa vontade de capacidade de mão-de-obra para suportar o atendimento de pedidos que porventura nos sejam feitos para o combate da dengue.

Com essas minhas palavras, deixo por aqui a minha mensagem dizendo que o caminho está bem percorrido e tenho certeza que se todos nós nos unirmos, não será o mosquito *Aedes Aegypti* que vai nos derrotar no presente momento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado ao General Goulart, da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, que muito bem disse: "identificado o inimigo, vamos ao combate, que é o objetivo principal da nossa reunião."

Concedo a palavra ao excelentíssimo senhor Coronel da Polícia Militar Valmir Lemos, digníssimo Comandante Geral da Polícia Militar em Santa Catarina.

O SR. VALMIR LEMOS (Comandante Geral da Polícia Militar) - Bom dia a todos, saúdo o senhor Deputado Volnei Morastoni, os demais membros da Mesa e as autoridades aqui presentes nesta reunião.

A Polícia Militar tem efetivos distribuídos em todos os Municípios de Santa Catarina, nós temos a nossa Polícia de Proteção Ambiental com instalações distribuídas pelo Estado, nos Municípios de Joinville, de Blumenau, de Laguna, de Chapecó e de Lages, além de um setor de saúde dentro da Polícia Militar.

As campanhas quando são realizadas a nível estadual, a Polícia Militar tem participado e tem condição de fazer com que essas ações se estendam aos rincões mais longínquos de Florianópolis e do nosso Estado, a fim de que possamos irradiar daqui as ações para que elas possam chegar em todos os cantos de Santa Catarina.

Por isso que estamos aqui presentes com muita satisfação e dispostos a contribuir para que esta campanha que nós reputamos de uma importância muito grande para a população do Estado possa ser encetada a partir dos órgãos de saúde, e nós, dentro das nossas condições, estamos dispostos a colaborar para que ela se revista de sucesso.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço o Coronel Valmir Lemos por essa disposição do Comando da Polícia Militar, como do General Goulart, por parte do Exército Brasileiro, somados aos órgãos federais de Governo a nível federal, estadual, municipal, e a população, formando essa grande cadeia para podermos fazer frente a essa situação.

Abrimos a palavra a todos os presentes que queiram se manifestar. Só pedimos que sejam breves e objetivos, inclusive achamos que três minutos serão suficientes, a fim de que possamos contemplar todas as manifestações e ainda temos por parte do Dr. Rogério respostas de vários questionamentos.

Com a palavra o senhor Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Bom dia, senhoras e senhores.

Dupla vênua nas breves posições aqui, apesar de termos tido um panorama do quadro a nível de Brasil e de Santa Catarina pela Fundação Nacional de Saúde, dá para ver que nós estamos desarticulados e o Presidente da Fecam tem toda a razão, tem Município que está trabalhando de forma isolada, a fundação está cumprindo o seu papel, mas também dentro das suas condições. A Secretaria da Saúde tem as suas ações sendo executadas justamente de forma isolada.

Nós precisamos juntar tudo isso aí, não basta só o que o Deputado Sérgio Silva colocou, ou seja, a preocupação dele é com o orçamento, é correr lá em cima e buscar o dinheiro. Não é por aí, lógico que os recursos financeiros são importantes, mas nós temos que ter um plano de ação, que no meu entender tem que ser comandado pela Fundação Nacional de Saúde, juntamente com todas as entidades ligadas, que deverão ser formalizadas a partir de uma nova discussão.

Acredito que saia desta reunião um encaminhamento neste sentido, para que então dentro deste plano de ação possamos fazer de uma forma integrada - Governo Federal, no caso Fundação Nacional, Governo do Estado, no caso Secretaria da Saúde, todas as entidades, Exército, Polícia Militar e os Municípios. Enfim, todos integrados dentro deste plano de ação, para que possamos realmente fazer um trabalho com um resultado efetivo.

Estava há pouco conversando com o Senador Esperidião Amin que, neste momento, pede para justificar a sua ausência, pois está num outro compromisso, mas pede ao Presidente que logo lhe remeta as conclusões para que ele, em conjunto com os outros Senadores do Fórum catarinense, possa fazer a complementação daquele último resultado da nossa penúltima reunião da Comissão de Saúde, no sentido de agilizar a reunião com o Ministro.

Bom, em síntese, plano de ação de forma integrada, onde nós aqui não podemos parar, tem que ser de forma continuada, não podemos aguardar, em hipótese alguma, que o Governo Federal venha prometer alguns recursos, pois se os recursos forem liberados, nós sabemos que demorarão a chegar, nós já temos experiência sobre isso com as enchentes e em muita coisa da nossa vida aqui em Santa Catarina.

Eu só gostaria que esse plano contemplasse uma ação desde já integrada com este plano, e, logicamente, também com o orçamento posterior vamos ao Ministro, juntamente com o Fórum Catarinense, para solicitar os recursos que achamos necessários para combater esta doença que poderá se propagar aqui em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, Deputado Lício Silveira. Passo a palavra ao Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Queria cumprimentar as autoridades e personalidades ao mesmo tempo em que saúdo o novo Presidente da Fecam, e lamento que já esteje assumindo há poucos dias com esta tarefa, mas que certamente vai possibilitar até a aglutinação dos esforços da Fecam.

Temo que seja repetitivo, por isso vou ser breve. Concordo que devamos fazer uma ação integrada, e embora o responsável pela Fundação Nacional de Saúde tenha tentado nos dizer os ambientes geograficamente, nós todos sabemos que não há limitação geográfica, até barreiras de ordem climática ou topográfica poderiam tentar delimitar áreas, mas não é o caso que nós temos aqui. E por conta disso, de não haver barreiras dessa propagação do vetor, nós temos que tratar do assunto de forma integrada como Estado. E não só como Estado, temos que tratar como região e como País.

Então, qualquer medida que venha a ser tomada, em caráter isolado, parece ser errada. Devemos então juntarmo-nos para que tomemos medidas em caráter integrado. Essa é uma recomendação que acredito prudente.

Saúdo a inclusão do aparato militar nesse processo, sou das pessoas que gosta de disciplina, de hierarquia e entendo que a força que possa estar aí contida, tanto do Exército quanto da polícia, deve ser utilizada, sim, porque não são apenas números de pessoas, são pessoas treinadas, pessoas que têm um comando e que podem, sob um comando de pessoas que detêm o comando técnico, produzir muito benefício para o Estado de Santa Catarina e para nós podermos nos ver livre desse episódio que se abate sobre o nosso Estado.

Portanto, saúdo a presença e a inclusão desse conjunto de forças a se aproximar de nós.

Por fim, peço que façamos também aquilo que nós, quando chamamos pessoas que estavam correlacionadas ao episódio El Niño, naquele momento pedíamos a aquele grupo de pessoas, ou seja, a informação, pois a desinformação é extremamente perigosa, porque além de não ajudar a resolver, ela cria uma versão que nem sempre é a correta ao fato.

Então eu peço à representante da Secretaria do Estado que invista o que puder nesse princípio e nessa direção, que é a informação adequada à população de Santa Catarina. Eu acredito que assim nós integramos os esforços. E ao mesmo tempo que tentamos buscar recursos, utilizemos os recursos que já temos, os recursos humanos, os recursos de estrutura funcional e até um pouco de recurso financeiro, que certamente haverá se mobilizarmos a própria sociedade empresarial para criarmos o processo de informação.

Eram essas as contribuições.

Obrigado pela presença de todos vocês aqui que estão a ajudar Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, Deputado Eni Voltolini. Passo agora a palavra ao Dr. Ari Rocha, Presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina.

Gostaríamos de informar que estão abertas as inscrições entre os senhores Prefeitos ou representantes das entidades da sociedade civil também aqui presentes que queiram se manifestar; estejam à vontade.

O SR. ARI ROCHA (Presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina) - Eu queria me colocar aqui em duas situações, como médico e também como Presidente do sindicato. Como médico eu queria só realçar um pouquinho mais as palavras do Dr. Rogério, de que a Dengue é uma doença que não tem cura e que a Dengue hemorrágica pode ser mortal, principalmente com os desnutridos, naturalmente que as pessoas pobres sempre sofrem mais com a doença.

Eu acho válida a iniciativa da Comissão de Saúde da Assembléia, eu acho que nós temos que tirar daqui realmente medidas emergenciais para essa situação que aí está posta. E acho que além deste fato o momento também é propício para fazermos uma pergunta: Por que recrudesceram as doenças? Antes que a Comissão de Saúde chame uma nova reunião para discutir sarampo, epidemia de sarampo, antes que a Comissão de Saúde chame uma nova reunião para discutir aumento na incidência da tuberculose, doenças venéreas, etc., nós temos que fazer esta pergunta.

O Dr. Rogério coloca a questão da culpabilidade. E nós realmente temos que admitir que aquela pessoa que deixa um vasinho de flores tem culpa no processo, mas nós temos também que estabelecer o grau de culpabilidade.

Quando houve uma crise na situação financeira, nós tivemos do Proer quarenta bilhões de investimentos. Antes que exista Proer 1, 2, 3 e 4, nós temos que estabelecer que a Dengue é uma doença que atinge o País como um todo. A coordenação do processo é federal. A questão das verbas começa pelo princípio da coordenação.

Nós, politicamente, somos defensores - o Presidente da Fecam, inclusive, está aqui - da PEC 169 que estabelece critérios de distribuição e de aplicação de verbas.

Nós estivemos, na semana passada, na reunião do Conselho Estadual de Saúde; estamos num processo junto com a Comissão de Saúde da Assembléia sobre a redução de verbas do Estado, e em todas as ocasiões nós dividimos a culpabilidade ou a responsabilidade.

O Dr. Rogério com os cidadãos, com o mosquito: a Secretaria Estadual de Saúde com o teto que foi diminuído, alega destinar 7% do seu orçamento para verba, apesar desses 7%, 90% serão para pagar funcionários. E os Municípios também alegam falta de verba, mas nós não temos ouvido falar que os Municípios estão fazendo menos praças, que estão diminuindo os cargos em confiança, que estão fazendo asfalto.

Eu acho que para mudar um País, nós precisamos investir em saúde, educação e segurança. É priorizar! Quer dizer, nós não podemos dizer: "olha, não sobrou verba para a saúde!" Mas existe verba! Então é questão de priorizar!

Com relação à carteira de identidade para os mosquitos, é até bom que eles não tenham porque senão eles poderão tirar título de eleitor e o Fernando Henrique será o Presidente para o resto da existência dele; é bom que não tenham!

Eu acho que nós tínhamos que aproveitar a oportunidade para estabelecer esta responsabilidade nos três níveis, na gestão federal, estadual e municipal.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, Dr. Ari

Rocha.

A palavra está livre. Não tem ninguém inscrito no momento.

Antes, porém, gostaria de registrar a presença do senhor Francisco Andrade, que representa aqui o Deputado Federal Paulo Gouvêa.

Em seguida já passaremos a palavra de volta ao Dr. Rogério Filomeno, à Secretaria Estadual de Saúde, para considerações que já possam ter para serem feitas em função dos questionamentos e das manifestações que já houveram até agora.

A SRA. ELIANA BITTENCOURT - Eu sou do Departamento de Transportes Terminais - Deter.

Eu já estou preocupada com a operacionalização. Já estão falando em planos, mas acho que nós não podemos perder tempo. E aquilo que nós podemos fazer agora, independente do plano, eu acho que já pode ser feito, não é?

Então, no Deter nós transportamos não só o portador e o mosquito, mas também temos na mão um veículo...

(Falha na gravação)

...o uso de socialização das informações. Então eu gostaria de saber se já existe material que possamos utilizar nos ônibus, para fixar nos ônibus para orientar a população.

E outra questão é se já está se pensando em algum grupo de trabalho interinstitucional, porque nós gostaríamos até de fazer parte desse grupo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Então, fica aí o questionamento da Eliana Bittencourt a respeito dos materiais.

Então, tanto a Fundação Nacional de Saúde quanto a Secretaria Estadual de Saúde querem saber quais são os materiais que já estão disponíveis para essas tarefas de informação à população. E, naturalmente, no final aqui vai se encaminhar no sentido de um grupo de trabalho, de uma comissão, de uma força/tarefa, quer dizer, vamos ver qual a denominação, e neste sentido o Dr. Rogério Filomeno tem informações também, porque da parte do Ministério em relação ao Estado e ao Município há determinadas orientações, até para se estabelecer esses convênios: qual é o nível de organização, o que é necessário que esteja constituído a nível de cada Município no Estado para que eles possam se habilitar a receber recursos para esta finalidade.

Se mais alguém quiser se manifestar, estão abertas as inscrições.

Eu passo, por enquanto, para irmos ganhando tempo, a palavra ao Dr. Rogério Filomeno, que falará sobre o que até agora surgiram de questionamentos, de informação aqui havidas.

O SR. ROGÉRIO FILOMENO - São várias questões levantadas. Agora, em momento algum, na minha primeira apresentação não entrei no aspecto estrutura da Fundação em Santa Catarina. Eu procurei dar uma visão da situação com relação ao Estado de Santa Catarina frente ao problema que poderá surgir se não tomarmos medidas.

O mosquito não tem fronteiras, é bem lembrado, mas nós estamos tratando da situação no nosso Estado, procurando seguir uma orientação nacional.

Como foi levantado aqui, e nós temos que ter muito cuidado (eu vou respondendo pois anotei algumas questões), o Presidente da Fecam, o Prefeito Antônio Zimmermann fez um questionamento com relação à extinção da Fundação.

O Ministro Serra assumiu há poucos dias e a primeira medida dele foi deslocar-se para o Rio de Janeiro para botar a mão em cima de um problema nacional. A partir do momento que ele colocou a mão em cima do mosquito da Dengue, passou a ser pautado no Brasil inteiro, e a imprensa divulgou toda esta situação no Brasil. Então, é uma questão nacional que o Ministro já colocou prioridade em cima.

Com relação à descentralização da Fundação e da não-extinção, o próprio Sistema Único de Saúde preconiza que as ações de saúde sejam descentralizadas do Governo Federal para os níveis estadual e municipal.

Esse processo de descentralização da Fundação é um processo que tem que ser responsável, porque hoje você tem uma cultura em cima de uma instituição que tem desde a época da Sucam, quarenta anos de existência, com um grande trabalho prestado e com trabalhos importantes ainda em andamento, isso é importante que se levante.

Então, qualquer atitude responsável num processo de descentralização tem que passar pela capacitação das pessoas que vão receber esta memória. Nós não podemos dizer imediatamente que vamos extinguir um órgão federal em Santa Catarina, porque é um Estado organizado, um Estado articulado, não tem a Dengue, em detrimento de deixar refém toda uma população sem o conhecimento técnico para operacionalizar qualquer ação de prevenção neste tema que nós estamos discutindo.

Então, a preocupação que tenho no momento não é com relação à extinção de um órgão federal em Santa Catarina, porque para isso nós temos uma Bancada Federal, nós temos um Governo Estadual que vai saber ocupar o seu espaço no momento adequado para reivindicar para o nosso Estado. Mas a preocupação que eu tenho é na estrutura que a Fundação tem no Estado, o suporte que ela pode vir a dar, a contribuição que ela pode dar numa ação conjunta, não isolada em função do quadro que nós estamos vendo.

Quando se fala em descentralização, quando se fala em ação do Município, fica um pouco antagônico colocarmos a Fundação Nacional de Saúde como no centro das ações no Estado.

Na saúde existe o gestor nacional, que a ele compete as políticas nacionais de saúde e o suporte às ações dessas políticas nos Estados e nos Municípios. Este é o papel que a Fundação tem que ter nesta estrutura nacional. Ao Estado compete a ação como gestor estadual de saúde nas ações implementadas no âmbito do Estado. E ao Município, através das ações implementadas pelas Secretarias Municipais de Saúde, como gestor municipal de saúde.

Isto é preconizado no Sistema Único de Saúde. Eu não estou dizendo nenhuma novidade aqui.

Então, a preocupação que tenho é que num momento como esse, como nós não tivemos aqui no Estado nenhuma epidemia grave ainda, nós não temos uma experiência com relação a casos que outros Estados já vivenciaram. Nós tivemos aqui enchentes, quando houve uma mobilização não só de Santa Catarina, mas o Brasil inteiro mobilizou-se para ajudar o Estado. Tivemos também alguns Municípios com casos de sarampo, quando houve uma mobilização com a participação do Ministério da Saúde, do Estado e do Município. Nós temos um exemplo que é um exemplo para o mundo inteiro, que é a campanha nacional de vacinação.

Então, nós estamos acostumados, na nossa cultura de brasileiro e de Brasil, a atuarmos sempre na exceção. O que nós estamos vendo nesta Assembléia é uma composição de forças, e esta Casa é o fórum adequado para discutir essas ações, e daqui sair um documento respaldado pelo poder que esta Casa tem de pressão, inclusive pela representação que tem em função dos votos recebidos pelos Parlamentares na sua representatividade.

Nós temos o Exército, a Polícia Militar e várias entidades que não têm incorporado à sua rotina uma ação como essa e que têm uma ação a desenvolver em sua rotina, que não podem ser deixadas de lado. Assim, nós temos que ter muito cuidado em não transformarmos uma ação contínua quando não é rotina. Nós temos que ter estratégias, sim; envolvimento de ações de vários órgãos, sim, mas não podemos achar que isso vai ser eterno, porque o eterno é levarmos para a cultura da nossa população a responsabilidade que cada um tem nesse processo.

Presidente, o que eu vejo num momento como esse é justamente, como não temos uma experiência efetiva numa ação como essa em nosso Estado, que nós possamos achar que vamos fazer isso eternamente! A Fundação, sim, porque tem dentro de sua atribuição o combate e a identificação desses focos e a atuação em cima desses focos.

Isso eu estou colocando para que tenhamos uma noção de qual o papel que cada um terá numa ação como essa, e tem que ser uma ação que possa dar continuidade - a nível de Município - dessa cultura, desse conhecimento que vamos passar.

O Presidente da Fecam quando colocou, com relação à extinção, a preocupação dele, é que temos conhecimento que o Município hoje tem uma sobrecarga muito grande de ações e que o financiamento é o ponto crucial para que ele possa desenvolver plenamente as ações.

Este ano foi lançado o PIS de Atenção Básica, e eu acompanhei todo esse processo no Ministério da Saúde, até porque eu estava lá, como foi implementado, a repercussão e como é que estão sendo feitas as ações desse PIS de Atenção Básica. É um financiamento per capita/habitante/ano, onde você tem R\$10,00 por habitante para fazer o atendimento básico, e tem a parte flexível do PAB que você pode incorporar na ação do meio ambiente recursos destinados, per capita, para que o Município possa ter recursos definitivos para a aplicação nessas ações.

O Ministro Serra, com a experiência que ele tem na área de Orçamento e o prestígio que tem junto ao Presidente da República, é a pessoa mais credenciada, no momento, para viabilizar mais recursos para a Saúde. Então, o modo e a forma já estão sendo colocados, o que falta agora é a vontade para que a coisa aconteça e possa chegar ao questionamento que o Prefeito nos colocou, com toda a razão.

A Secretária de Saúde de São José e a Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Dr. Rogério, da parte do Estado e dos Municípios qual é a orientação do Ministério para que se habilitem para receber recursos ou estabelecer convênios com o Ministério da Saúde nessa área?

O SR. ROGERIO FILOMENO MACHADO - Eu já tinha feito uma linha de raciocínio e vou chegar a este ponto.

A Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde de Santa Catarina, Dra. Adelianna, colocou alguns pontos, e um deles foi essa descentralização que o Prefeito colocou e que é realmente uma preocupação, a cultura de termos que ter a responsabilidade de passar para a frente. Nós temos uma memória muito curta com relação àquilo que se faz de bom e aquilo que se passou; e nós temos que perpetuar principalmente essa capacitação porque isso depende das futuras gerações, depende da evolução da prevenção da saúde. Nós temos que ter essa responsabilidade, enquanto gestores responsáveis pela administração de um órgão público, independente de ser estadual ou federal.

A estrutura da Fundação. Nós contamos hoje com 125 agentes de saúde. Vocês perguntarão se é pouco. É pouco. Aí existe um outro ponto: o Rio de Janeiro tem 9 mil agentes de saúde, efetivos no quadro, e tem a Dengue instalada, tem o mosquito. Então, não adianta termos um grande contingente sem que tenhamos um trabalho de conscientização e uma integração dessas ações, porque senão você dispersa e corre o risco da ação não dar resultado, muito pelo contrário: reverte contra essa estrutura que foi montada.

Uma coisa que me preocupa - e eu acompanhei de perto esse caso - o Rio de Janeiro tem hoje 6 mil agentes contratados através (e isso aconteceu logo que começou a surgir no Rio de Janeiro o problema do mosquito da Dengue) de renovação semestral, hoje passou a ser anual, por problema de pressão. O que acontece? Eu não vou generalizar, que isso acontece no Brasil inteiro, isso eu vi acontecer no Rio de Janeiro. Você tem 6 mil pessoas trabalhando no combate a um mosquito e você sabe que daqui a seis meses, se você matar o mosquito, perde o emprego, porque você cumpriu o seu papel! No momento em que o País passa por falta de emprego, você perpetua a ação - não digo que você implemente a indústria do mosquito para perpetuar o seu emprego, mas é um risco que se corre. Quando você contrata pessoas especificamente para um combate, essas pessoas sabem que acabando o trabalho delas, elas perderão o emprego e voltarão para casa.

Então, temos que ter consciência de que a participação de pessoas nessa ação, nesse trabalho tem que ininterrupta, porque uma pessoa que é contratada por 6 meses, quando faltam 3 meses para acabar o contrato procura os pontos de pressão para renovar o contrato, pára de trabalhar - isso eu presencié, não estou inventando, isso é fato consumado -, não quer dizer que seja um problema do Brasil, eu estou levantando um quadro. Você faz convênio contratando especificamente mão-de-obra para isso, se não existir um controle efetivo você corre esse risco. Por isso, é bom que se levante esse questionamento.

Com relação à falta de combustível, nós realmente passamos e estamos passando por dificuldade, e não é somente Santa Catarina. O problema do recrudescimento que foi levantado pelo sindicato dessas endemias, dessas doenças que já haviam sido erradicadas, foi justamente por uma interrupção de ação de prevenção.

Não vou aqui discutir quem é o culpado. Nós estamos pagando o preço pela interrupção dessas ações. A Fundação passa, no Brasil inteiro, uma reorganização financeira orçamentária.

Então, desde janeiro tivemos a diminuição desses recursos, que são recursos de rotina para essas ações que realizamos. Afetou? Afetou. Nós estamos usando criatividade, buscando parcerias, porque não podemos ficar parados. Tenho a expectativa de que isso se regularize a curto prazo, Presidente, porque o Ministro Serra assumiu há pouco tempo e não teve tempo ainda de tomar pé de todas as ações que o Ministério executa e onde estão as deficiências. Eu acredito que a curto prazo nós tenhamos essa solução.

Com relação a convênio, existe o Plano Nacional de Erradicação do Aedes Aegypti, que é chamado PA, é o plano criado e vinculado ao Ministério da Saúde, desenvolvido dentro da Fundação Nacional de Saúde.

Quando se lê no jornal os Estados que estão recebendo recursos do Governo Federal, do Ministério, para o combate e para a erradicação, para o combate ao mosquito e o tratamento da epidemia, têm critérios nacionais que nós temos que seguir. Eu não posso chegar em Brasília, ou o Estado chegar em Brasília, e dizer: olha, eu tenho lá o mosquito; então, eu quero recursos para fazer isso. Não, você tem critérios, e esses critérios o Plano Nacional de Erradicação coloca para que o Estado atinja esses níveis.

Então, Santa Catarina - e é isso que me preocupa, a tradição no nosso Estado de ser um Estado rico - sempre foi discriminado não só na área da saúde como, também, em outras áreas, com falta de recursos.

A falta de pessoal não é uma questão só da Fundação Nacional de Saúde. Se nós formos na Universidade Federal, também tem, em função das aposentadorias, uma deficiência no quadro. Isso acontece generalizado em todas as áreas de órgãos federais e até em nível de Estado também, essa deficiência, em função dessas aposentadorias.

O convênio, então, e esse Plano Nacional de Erradicação tem essa Secretaria Nacional. Eu estava explicando ainda há pouco para o Deputado que o Estado, como gestor estadual, tem que estar à frente desse processo, porque a ele compete toda a autoridade para reunir essas ações, a Fundação passa a ser um membro também dessa ação integrada, como passa a Polícia Militar, como passa o Exército, como vai passar o DP (?), como passam várias instituições governamentais e não-governamentais.

Esse fórum já foi assinado em 96, quando já fazíamos essa discussão, e foi criada a Secretaria Executiva no Estado, que é o primeiro ponto para receber recursos federais. O Governo Federal só vai passar recursos, se tiver a Secretaria Executiva criada e nominando as pessoas que a compõe. Aí pode ir um membro da Comissão de Saúde ou da sociedade, enfim, você teria o fórum adequado para se criar.

Nós só temos condições de fazer pedidos de recursos para o Estado, se tivermos um plano estadual. Esse plano estadual terá que ser elaborado por todo esse grupo de trabalho que vai discutir quais as ações prioritárias. E isso não é difícil de montar, porque a partir do momento em que você identifica e quantifica, você vai pleitear esses recursos. E aí o papel do Fórum Parlamentar em Brasília é muito importante, porque ele vai dar suporte ao encaminhamento feito por essa Secretaria Executiva e pelas entidades representadas nessa Secretaria Executiva. Isso em nível estadual.

O quadro que mostrei anterior era com relação ao que é considerado foco e ao que é considerado infestado. Para Brasília, o foco para repasse de recursos é o Aedes Aegypti, porque o albopictus para Brasília, para o Plano Nacional, ele não representa riscos de proliferação da doença. Pode vir a ser.

No nosso Estado, como foi mostrado, só existem setenta e sete focos de mosquito Aedes Aegypti e o restante dos quase dois mil de albopictus, que para o Plano Nacional não é emergencial.

Então, nós temos que ter a conscientização que vamos ter que travar uma batalha de prevenção muito forte - e isso é que eu tenho dito em Brasília, nas reuniões que participei várias vezes desde 95, e nesse período de interrupção no Gabinete do Ministro eu continuei fazendo a defesa. Por que vamos esperar o Estado de Santa Catarina, ou o Rio Grande do Sul, chegar ao ponto que chegou o Rio de Janeiro, para fazermos jus ao recurso? Eu acho que onde nós estamos é que todos gostaríamos de chegar e de estar.

Então, nessa hora é que nós temos que somar os esforços, apresentar ou fazermos uma justificativa consistente. E eu tenho certeza de que com o prestígio dos nossos Parlamentares em Brasília o Ministro, com a sua experiência e com a sua sensibilidade pública, vai atender. Então, esse é o papel que eu desenho: a formação dessa Secretaria Executiva que tem, nos Estados que já a têm, à frente o gestor estadual.

Então, a preocupação que eu volto a insistir é que a Fundação seja membro dessa Comissão Executiva, dessa Secretaria Executiva, para que possa dar o suporte técnico dentro da área que ela conhece, para que se possa ter sucesso nesse processo.

Com relação à falta de combustível, isso tudo eu já respondi, nós vamos tentar viabilizar, estamos fazendo isso. O Deputado Sérgio Silva colocou da necessidade de encaminhar... E eu tenho os valores necessários para a nossa rotina... Se você traçar um plano estadual, isso realmente altera. Então, nós temos que ter a consciência de que o plano estadual é importante para que possamos dimensionar as ações, as estratégias e as formas de recursos.

O Município terá acesso direto ao convênio, apresentando - como, no caso, Blumenau já fez - um plano solicitando convênio. Joinville também já fez e já foi encaminhado para Brasília. Nós podemos tranquilamente dar suporte a essa montagem de convênios para os Municípios que tenham a incidência. Por exemplo, em vinte e sete Municípios nós temos condições - isso é uma prioridade nossa já traçada na Fundação - de dar orientação técnica para montarmos essa solicitação de convênio.

Se nós vamos ter sucesso, é uma outra etapa, mas nós não podemos deixar de cumprir a nossa função. Se eles não nos mandarem os recursos e não tiverem os recursos necessários, a nossa função nós cumprimos e vamos brigar para que ela possa realmente ser atendida. Esse é o nosso papel e temos que exercê-lo. Convencimento, todos nós temos o poder de fazer. Agora, vamos fazer os esforços, os mais variados possíveis, somando-se a esses esforços todas as ações necessárias.

Então, o Deputado Sérgio Silva colocou essa questão, e eu vou providenciar, da nossa área de atuação. Isso é praxe, é rotina. Eu coloquei aqui a dependência do plano estadual, para que possamos fazer um plano de captação de recursos em níveis estaduais.

Com relação a carro-fumacê, existem critérios de infestação. Não é necessário ainda o uso dessas viaturas em Santa Catarina. Hoje têm Estados com muito mais intensidade, mais necessidade. Então, nós temos condições de uma ação conjunta, como vão sair daqui propostas, e eliminarmos esse estágio, que é um estágio mais avançado. Quando você tem infestação do mosquito e da doença, aí você tem a necessidade de usar os carros-fumacê, que se vê sempre, através da televisão, nos Estados, como uma contaminação.

Então, nós temos também as ações que o Município tem de rotina, que não têm custo. Eu coloquei ainda há pouco, aqui, na minha explanação, que é justamente a vigilância sanitária municipal, a limpeza urbana, o trabalho nas escolas municipais, nas escolas de aula, postos de saúde, que isso tudo é rotina, isso o Município pode fazer sem custo, basta ter criatividade.

Nós temos as igrejas, os templos evangélicos, os cultos, nós temos espaços onde têm pessoas que participam diariamente de ações e que podem ser engajadas num processo como esse de divulgação. Então, idéias existem, nós temos é que operacionalizar isso. E isso tem que ser operacionalizado através da Secretaria Executiva no Estado.

Acredito que tem gente que tenha respondido, inclusive, ao Deputado Lício Silveira, que fez o questionamento e colocou a sua preocupação nessa mesma linha. O Deputado Eni Voltolini também colocou a situação no Plano Nacional de Erradicação, o custo disso.

Eu disse, numa conversa que tive na Federação das Indústrias de Santa Catarina, que eu acho também, Deputado, que é importante que as indústrias participem de um estratégia maior, porque até agora ninguém pensou, só se pensa no custo para o combate da doença, ninguém está fazendo o cálculo do custo que esse doente tem para a empresa, para o Governo.

O operário hoje que for acometido pela dengue fica até quinze dias de cama. Temos o exemplo em Belo Horizonte de uma escola pública que precisou ser fechada, porque dos setecentos alunos mais de quatrocentos estavam com dengue.

Então, o prejuízo financeiro, que ninguém parou para calcular, é fácil, é só dividir o salário de um operário da indústria por trinta, ver quanto ele ganha por dia e ver quanto é que gastaria; o que a empresa teria de prejuízo em quinze dias é o custo da doença. Se você multiplicar uma média disso pelos cento e dezenove mil casos, você terá o custo da doença no Brasil.

É muito importante que a iniciativa privada participe não só pelo custo financeiro, mas também pelo custo social, porque baixa a produção. Num Município que tenha turismo, por exemplo, você tem o decréscimo do turismo, tem toda uma desconfiança na ida a qualquer localidade em função da repercussão de uma epidemia como essa.

Cada um pode fazer do seu salário o custo de quinze dias de cama, isso, de uma pessoa, porque normalmente teria uma outra pessoa para cuidar. Além do custo hospitalar, tem uma cadeia de custos altos, que não compete a nós da Fundação levantarmos, compete a nós, sim, colocar para discussão por que é mais barata a prevenção, em função desse custo depois da instalação.

O Presidente do sindicato que estava aqui falou sobre o financiamento, e eu respondi que acho que o Município tem que ter recursos para o financiamento, tem que ter incorporada na sua rotina essas ações.

Estamos vendo exemplos de Municípios que estão criando comissões e tomando iniciativas. Isso é muito importante, porque a Fundação não tem contingente hoje para atender o Estado inteiro; temos hoje sete mil pontos estratégicos no Estado, que são visitados quinzenalmente por esses cento e vinte e cinco agentes de saúde, são pontos estratégicos naquela região que achamos que é a porta de entrada para onde o mosquito tem possibilidade de se instalar.

Temos seiscentas armadilhas, pneus de moto cortados pela metade e pendurados num arame, em pontos que o agente de saúde colha naquelas ampolas as larvas para analisar se é o mosquito da dengue.

Temos necessidade de ampliar, precisamos de mais recursos. Além disso, antes de chegar nessa etapa principal, que é o financiamento, como disse o Deputado Lício Silveira, temos que esgotar as ações que não têm custo e que são fáceis de fazer. Só depende de nós.

Então, esse primeiro passo nós temos que dar, e paralelo a isso precisamos montar o plano estadual, as ações que temos que fazer, inclusive fazer caminhar junto com isso a ação de financiamento para as ações - aí é aquisição de material, inseticida. A rotina, temos condições de implementar e ampliar a partir do momento que tivermos o dimensionamento dos nossos parceiros.

Senhor Presidente, até para não deixar de atender a Eliana Bittencourt, do Deter, onde ela se coloca... Acho que esse é o papel das instituições, das entidades nesta ação, ou seja, é justamente dizer o que pode ser feito e de que forma pode se incorporar nessa ação. Há um custo que não existe, o custo seria na elaboração de material de divulgação.

O papel colocado aqui pelo Exército e pela Polícia Militar é de extrema importância num plano estadual, mas não nos esqueçamos que não é rotina dessas instituições essas ações, portanto, temos que saber que vai começar essa interligação e vai terminar. E o mosquito, por mais que achemos que diminuindo os criadouros ele desaparece, se não tivermos o cuidado permanente, ele volta. Isso responde ao questionamento do Presidente do Sindicato dos Médicos: o mosquito voltou, porque acharam que estava eliminado, o que foi um descuido. Então, é uma ação constante, principalmente de educação.

Tenho certeza de que a maioria dos senhores e das senhoras aqui presentes vão olhar agora para o mosquito com muito mais raiva do que olhavam antes, pois conhecem muito mais o inimigo, como disse o General, vão passar a ser multiplicadores daquilo que aprenderam hoje aqui.

A minha formação não é médica, sou advogado, mas para exercer a função - sou da área jurídica da carreira da Fundação em nível nacional - tive que aprender tudo isso, como acredito que o Ministro Serra, como economista, vai aprender bastante também sobre saúde. Temos que ter essa assessoria técnica necessária para poder implementar as ações.

Eu agradeço ao Presidente da Comissão. Parabéns essa ação, porque o fórum mais importante para se discutir é aqui. E estamos respaldados pelo documento que vai sair, consciente, prudente, sem demagogia, porque num momento como este não faltam idéias mirabolantes, pessoas querendo se aproveitar do espaço para poder se divulgar. Acho que esse momento é um momento consciente da responsabilidade de cada um.

Agradeço, pedindo desculpas se me alonguei. Acredito que tenha respondido todas as questões que me foram colocadas.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço, Dr. Rogério.

Pergunto à Secretária da Saúde se tem alguma consideração a fazer.

Em seguida, passo a palavra ao Prefeito de Guaramirim, Antônio Zimmermann, Presidente da Fecam, para, depois, fazermos os encaminhamentos finais.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - Eu acho que o Dr. Rogério colocou muito bem. Acho importante frisar que esse primeiro passo não deve estar vinculado exatamente a esse dinheiro, a esse orçamento que vai vir.

O primeiro passo que temos que dar é a limpeza, o saneamento e as parcerias com as empresas privadas inclusive, pois todos nós somos responsáveis nesse momento pela prevenção dessa doença.

Quanto à parte de recursos para o Município, o que a Secretaria já iniciou foi no sentido de instruir os Municípios de como se habilitar ao PAB. Já fizemos treinamento para um bom número de regionais, para eles se habilitarem ao PAB, aos Programas de Ações Básicas, para terem um recurso a mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado!

Gostaria de registrar a presença da senhora Célia Fernandes, Prefeita Municipal de Gravatal; do Coronel Nilo Fontoura Nunes, Assessor Parlamentar da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada; do Major José Carlos Xavier, Assessor do Comando Geral da Polícia Militar; do Capitão Adelar Pereira Duarte, representante do Comando da Polícia Ambiental de Santa Catarina; e do Major Edgar Fransozi, também da Polícia Militar de Santa Catarina.

Com a palavra o senhor Presidente da Fecam, Prefeito de Guaramirim, Antônio Zimmermann.

O SR. PRESIDENTE DA FECAM (Prefeito Antônio Zimmermann) - Gostaria inicialmente de louvar a primeira ação concreta deste encontro de hoje, através da representante do Deter, a questão de levar ao cidadão informação. Acho louvável essa iniciativa, algum resultado positivo deste nosso encontro aqui já aconteceu.

Quanto às colocações do Dr. Rogério Filomeno, aumentaram agora as minhas preocupações, que não são só minhas, mas, sim, de todos os Prefeitos do Estado de Santa Catarina. Sempre que se fala em descentralização, em municipalização de ações administrativas do serviço público, evidentemente que num primeiro momento essa seria a mais importante, a mais eficaz e que na verdade atenderia o cidadão nas suas necessidades, pois o cidadão mora no Município.

Nessa modernidade que vem acontecendo, desde 1989 - já estou no segundo mandato -, de municipalização, de descentralização, é sumamente importante desde que essa descentralização, essa municipalização, junto com os encargos que cabem aos Municípios desenvolver, evidentemente que deveriam ver, também, os aportes financeiros. E isso, de forma alguma, não vem acontecendo.

Nós, os Prefeitos, estamos preocupados e devemos, agora, dias 18, 19 e 20 de maio, não só de Santa Catarina como, também, dos Municípios de todo o Brasil, fazer uma marcha a Brasília para sensibilizar os senhores Deputados, os senhores Senadores, o Presidente da República, no sentido da forma como os Municípios estão sendo tratados.

Ações de descentralização, de municipalização, estão sendo colocadas de cima para baixo, sem consultar o Município. Nós estamos notando... Eu gostaria de dizer que a Fundação Nacional de Saúde é uma instituição que deve estar funcionando há muitos anos no Brasil, portanto, deve ter uma estrutura, porque já teve a capacidade de erradicar uma série de epidemias no nosso País. E, simplesmente, por querermos criar um Estado moderno, nós extinguímos órgãos, instituições que são relevantes ao serviço público, na área de abrangência do órgão que sempre foi extinto.

O DNOS e tantas outras instituições que foram extintas causaram um prejuízo muito maior à Nação do que se estivessem ainda funcionando, foi pelo patrimônio público que se depredou no decorrer de todo esse tempo, foi pelos funcionários capacitados, habilitados, alguns com cursos até em países estrangeiros, que hoje estão simplesmente jogados em alguns órgãos do Governo do Estado, ou até em alguns órgãos do Governo Federal, prestando serviço como se fossem pessoas que não tivessem nenhuma utilidade para o nosso País.

Então, essa descentralização me preocupou, agora, porque, primeiro, eu achei que seria uma informação que até poderia não acontecer, mas me parece que já há uma evidência de que será algo concreto.

Então, não nos opomos a levar o serviço para o Município, mas, também, que tenhamos uma contrapartida de recursos financeiros, porque não é mais possível suportarmos todos esses encargos. O Município não tem recursos para isso, e o cidadão vai na Prefeitura.

Então, é com essa visão, com essa ótica, não é nem de confronto, mas de construir uma sociedade cada vez melhor, com qualidade de vida, é que os Municípios, não só de Santa Catarina mas de todo o Brasil, estão preocupados.

Também gostaria de dizer ao representante do Sindicato, ao Presidente do Sindicato da Classe Médica de Santa Catarina, que em parte procedem as suas informações e que, às vezes, no Município - não é só no Município, é na União, é no Estado e nos Municípios - não se diminui o quadro de cargos de confiança, não se diminui a folha de pagamento, mas nós não podemos generalizar, porque estamos sentindo que na maioria a boa vontade dos Prefeitos é nesse sentido.

Eu gostaria só de colocar que no meu Município, eu não sei dos outros, mas no meu Município eu me sinto um Prefeito feliz, ainda, porque eu dou conta pelo menos de manter aquilo que é essencial: Educação, Saúde, Área Social e alguma outra prioridade que eu ainda possa fazer no meu Município. Eu tenho condições de fazer um bom trabalho nessas áreas.

Hoje, na área da Saúde, na minha cidade, eu invisto, por mês, 20% do meu Orçamento. São cento e vinte mil reais/mês, e recebo do Governo do Estado e do Governo Federal apenas 3% deste montante.

Então, é insuportável, e isso não é só na área da Saúde, são em muitas áreas do serviço público, e nós não temos mais como suportar isso.

Então, nós estamos colocando essa nossa insatisfação, e a nossa função não será nem de promover, de se promover ou de promover pessoas, mas é no sentido de resgatar pelo menos aquilo que a Constituição de 88 concedeu quanto à autonomia administrativa e financeira dos Municípios.

Essa questão nós vemos com muita preocupação. Os Municípios estão dispostos a participar, isso é um problema da sociedade, não é só do Ministério da Saúde. Nós queremos estar engajados nesse processo, mas isso tem que ter uma condução, tem que ter uma articulação e também recursos, porque nós, no Município, hoje, a maioria não tem nem para pagar a folha de pagamento.

Tem Prefeito que nem Secretários Municipais tem mais, ou seja, está respondendo pela Prefeitura sozinho.

Então, é uma situação bastante crítica, caótica, com que nós estamos vivendo neste momento, mas estamos, quero dizer ao doutor Rogério, sempre dispostos a colaborar. Primeiro, é uma obrigação nossa como Prefeitos e é um direito do cidadão ter atendimento na área da Saúde.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos ao nosso Prefeito Antônio Zimmermann, que, como Presidente da Fecam, desabafa e fala de um sentimento que, com certeza, é de todos os Prefeitos de nosso Estado.

A Secretária Adelianna, Presidente do Conselho de Secretários Municipais, também solicitou a palavra.

A SRA. ADELIANA DAL PONT (Presidente do Conselho de Secretários Municipais) - Acho que é importante que se faça algumas considerações. E vou discordar do doutor Rogério quando ele fala numa situação bastante sob controle.

Eu acho que a situação é sob controle naqueles Municípios onde a Fundação tem atuado. Mas com cento e vinte cinco fiscais, ela não está atuando no Estado todo. Isso quer dizer que nós temos regiões descobertas, e ao invés de ser vinte sete Municípios com foco, nós podemos ter muito mais.

Quanto às ações isoladas, então, não estamos fazendo monitoramento da doença, do mosquito, em todas as regiões do Estado. Então, isso não é uma situação muito tranquila.

Dizer que fazer educação não tem custo? Fazer educação tem custo e tem custo alto! Ontem nós fizemos, em São José, um evento em comemoração ao Dia Mundial da Saúde, e nós ligamos, inclusive, do Ministério da Saúde para conseguir um panfleto para distribuir para a população e não tinha! Disseram-me: você pode pegar dez.

Dez não dá! O Município de São José tem duzentos mil habitantes.

Então, fica muito difícil achar, só achar que não tem custo algumas coisas. Qualquer serviço em Posto de Saúde precisa aumentar o número de profissionais.

A folha de pagamento, principalmente a da Saúde, está sendo multiplicada a cada dia. O Prefeito de São José que o diga - todo dia reclama da forma como a gente aumenta, porque mais ações precisam ser feitas, e a ação só se faz com profissional capacitado.

Quem hoje tem profissional capacitado, os poucos que tem, estão dentro da Fundação Nacional de Saúde. Nós, os Municípios, não recebemos nem a informação de como se trata esse tipo de ação. E é por isso, Rogério, que nós estamos tentando brigar neste momento.

Não é preciso nem fazer descentralização assim: "Mas São José está protegido, a segunda ação está perto, a gente tem conversado."

Daqui a pouco eu cuido dos mosquitos dali, mas vem o mosquito do vizinho e fica... Então, não é assim que se trata. Eu acho que a situação não está tão sob controle quanto está parecendo nas colocações. Acho que é importante ver isso.

Eu gostaria de lembrar também que a Secretaria da Saúde do Estado tem orientado os Municípios para se habilitar ao PAB, mas PAB não é para isso. PAB - Piso de Atenção Básica - segundo a Norma Operacional N° 01/96 do Ministério da Saúde, é para fazer: consulta médica de clínica básica, consulta médica de pediatria, consulta médica de ginecologia obstétrica, curativo, vacina e atendimentos de enfermagem a R\$0,83 por habitante/mês. Então, por mês nós temos que fazer tudo isso.

PAB não é para atender dengue. PAB não é para atender desnutrição, e para a desnutrição nós tínhamos um convênio que acabou. As crianças estão lá, precisando de leite, e o Município vai ter que bancar. Eu tinha um convênio que atendia até ontem novecentas e vinte e três crianças desnutridas; o convênio acabou, porque o PAB viria, era um dinheiro a mais. Ora, as crianças não querem saber, vou ter que comprar com outro dinheiro.

Então, não é tão tranquilo dizer que dez reais por habitante/ano no PAB vai dar certo para alguma coisa. Foi decidido que com o PAB iríamos trabalhar com uma linha de ação. Agora, daqui a pouco, nós vamos ter que fazer tudo. Daqui a pouco nós vamos ter que comprar a vacina com o PAB. E isso não pode ser resolvido desse jeito, não!

Acho que é importante esclarecer isso.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigada, Secretária Adelianna, que por sua vez, também, com certeza, está manifestando o pensamento e a angústia de todos os Secretários Municipais de Saúde.

Apenas para esclarecimentos, o Dr. Rogério solicitou a palavra, e em seguida iremos fazer os encaminhamentos finais.

O SR. ROGÉRIO FILOMENO MACHADO (Coordenador Regional da Fundação Nacional da Saúde) - Senhor Presidente, a reação que está acontecendo já era esperada.

Quando eu coloco as questões aqui, eu coloco com muita sinceridade e honestidade.

Quando se diz que nós temos ações irrealizadas pela nossa estrutura, e ela é uma estrutura que atende plenamente as ações que nós estamos executando. Está ampliando? Está. Precisa de mais gente? Precisa. Eu não disse isso diferente aqui.

Quando o Prefeito fala em preocupação pela descentralização... Vamos usar um outro termo para não gerar pânico. Eu acho que a parceria, justamente que foi levantada pela Secretária Adelianna, é que, como a Fundação hoje tem um conhecimento técnico, eu não posso evitar que as pessoas se aposentem, que trabalhem trinta ou trinta e cinco anos e vão para casa com todo o direito. Eu não tenho como segurar essas pessoas para repassar essa cultura.

Então, mesmo que a Fundação...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA - Mas tem que fazer antes, Dr. Rogério!

O SR. ROGÉRIO FILOMENO MACHADO - É o que nós estamos fazendo aqui.

Nós não vivemos antes uma epidemia em Santa Catarina. Nós não tivemos um quadro parecido com esse em Santa Catarina. Então, eu não posso, com cento e vinte e cinco agentes de saúde, prever que daqui ao ano 2000 e uns quebradinhos todo mundo vai estar aposentado na Fundação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - 2002!

O SR. ROGÉRIO FILOMENO MACHADO - E aí fechou a Casa, o último que se aposenta leva a chave.

Agora, a preocupação que eu tenho é justamente que nesse período - estou à frente da Fundação há dois anos -, desde 95, venho alertando para o problema da proliferação do mosquito. Só que agora, que o quadro passou a ser um quadro nacional, é que as pessoas estão começando a prestar atenção. Até então as pessoas só se preocupam quando o fato está acontecendo. E nós já alertamos isso muitas vezes.

Eu não estou eximindo a nossa responsabilidade, não! Nós temos deficiência de pessoal? Temos! Nós temos que buscar parcerias com Municípios, com as Secretarias Municipais de Saúde? Temos! É problema com dinheiro? É! Mas não adianta eu aqui na mesa estar jogando isso tudo para fora, cruzar os braços e dizer que eu não tenho condições de fazer.

Eu acho que nós que ter criatividade, sim! Tem custo? Tem! Nós vamos sair daqui já com algumas ações traçadas. Não vamos descentralizar a Fundação, Prefeito, porque não compete ao Rogério, Coordenador de Santa Catarina, essa ação. Isso é uma política de governo. Tem políticos com os quais eu não concordo. Eu acho que a responsabilidade do Município é muito grande para receber de repente uma ação como essa para ser realizada.

Com relação ao PAB, pela primeira vez no Brasil está se pagando pela saúde e não pela doença. Quem é Secretário Municipal de Saúde sabe que para ter dinheiro no Município ele tem que ter doente para atender. Hoje se paga pela saúde, pela prevenção. Se não é o modelo ideal, pelo menos está se começando a desenhar alguma coisa. Se no PAB você tem condições de colocar na parte flexível ações para o programa de saúde da família, agentes comunitários de saúde, desnutrição, você tem condições de colocar também per capita.

Eu acho que nós temos que ter uma linha. Modelo ideal nós não vamos ter nunca, porque o Brasil, com as dimensões que ele tem, com a população que ele tem, é um país de Terceiro Mundo. E se nos Estados Unidos o problema de saúde é sério e eles investem mil e poucos dólares per capita/ano, não vai ser no Brasil, que se investe duzentos e quarenta dólares, juntando a iniciativa privada, o Município e o Estado, que nós vamos resolver o problema.

Então, nós temos que ter consciência do que podemos fazer. Da responsabilidade nós não podemos fugir. Eu não estou discordando da preocupação do Prefeito, da Secretária e que a Fundação não cobre o Estado inteiro. Não é vontade nossa, aqui, na Fundação, que não cobrimos o Estado. Nós temos que trabalhar por exclusão. Se nós temos cento e vinte e cinco homens para trabalhar, nós temos que escolher onde são os locais mais vulneráveis para que essas pessoas possam desempenhar um trabalho bem feito. E com esse contingente, nós estamos em 1998, não temos a dengue ainda.

Então, felizmente, bem ou mal, está se trabalhando. O que eu não posso aqui é, de repente, escutar as pessoas achando que é por vontade da Fundação, ou do Coordenador, que as coisas não melhoram.

Temos, sim, que aproveitar essa oportunidade que o Deputado e a Comissão estão nos colocando para que possamos refletir a preocupação do Prefeito, da Secretária, da Fundação, da sociedade e buscar alternativas.

E isso, pessoal, é porque ainda não tem epidemia, porque se tivesse, a essa hora, já tinham jogado pedra, sapato e tijolo em cima da Fundação. E eu não quero me eximir de responsabilidades, até porque eu as tenho. E não quero transferir a responsabilidade que tenho, mas eu quero compartilhar essa responsabilidade, porque estamos alertando não é de hoje. Não me eximo da responsabilidade. Mas, felizmente, no estágio em que estamos, que não é igual ao do Rio de Janeiro, ao de Belo Horizonte, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco, Bahia, ainda estamos conseguindo sentar para colocar as nossas angústias e buscar uma alternativa.

É muito fácil você atribuir culpa a alguém na ativa, é muito fácil você atribuir culpa a alguém, sem fazer nada, a crítica é fácil. Mas vamos num momento como esse ter clareza e bom senso, para buscar - pelo menos, na experiência que a Fundação tem, que foi criada em 1991, e a Sucam já é antiga -, o que nos resta ainda de experiência e aproveitá-la o máximo possível.

Eu me disponho a fazer isso, é isso que estou fazendo aqui, hoje. Não estou discordando das opiniões, das posições. Mas o que nos propusemos aqui é colocar o quadro no Estado, mesmo que seja ainda com dificuldade.

Vamos dividir um pouco essa responsabilidade, vamos nos ajudar, porque sozinhos não vamos resolver esse problema. Nem o Brasil sozinho resolve, se os Estados não se ajudarem, se os Municípios não se ajudarem. Então, eu não gostaria nunca de me eximir da responsabilidade, e a Fundação não sair do processo. Falta de material tem, falta de combustível tem, tem problema de estrutura, tem.

No Sul é muito mais grave, porque nós não temos... No Brasil só se premia recursos para quem tem o problema; como nós não temos, nós temos que fazer um esforço muito maior, para que nós possamos fazer a prevenção. E estou brigando todos os dias por isso. Eu sou daquelas pessoas que passam fax. Eu reassumi a Fundação na semana passada e não sabia da dimensão do quadro, sabia, sim, do quadro nacional, porque acompanhava o Ministro, mas não sabia a relação com Santa Catarina.

Eu tenho mandado fax todos os dias pedindo, eu acho que é o mínimo. Eu tenho um filme, que passou, em que o preso todos os dias pedia livros, livros, livros, e um dia ele os recebeu, isso, depois de dez anos. Eu espero que não demore esse tempo todo, que seja pelo menos muito mais rápido, para que a gente possa ter o recurso, pelo menos para essa parte de educação, que é muito importante.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado!

Quero registrar a presença do Deputado Carlito Merss.

Vamos, então, para os encaminhamentos finais. Sem dúvida, essa reunião foi um passo no sentido de aglutinarmos, reunirmos as forças, também, a partir da participação de diferentes órgãos e entidades, no sentido de analisarmos essa situação e podermos, então, buscar as providências necessárias, as providências imediatas, a curto, a médio e a longo prazo.

Foram muitas informações, muitas propostas apresentadas, e todas elas também serão sistematizadas num relatório que depois servirá como um documento base para orientar as nossas ações no sentido de ações práticas. Precisamos que após uma reunião como essa, além das manifestações, além da teoria, possamos partir para a prática, para enfrentar efetivamente o problema e podermos, então, atender as necessidades da nossa população.

Uma realidade, é lógico, que se constata aqui é que, infelizmente, uma situação como essa, da dengue, que se desenha em nosso Estado, como em vários Estados brasileiros, isso é uma fotografia, é um retrato da realidade da saúde em nosso País. Quer dizer, se por um lado estamos convivendo com as doenças da modernidade, com as doenças da civilização hodierna, as doenças cardiovasculares, cerebrovasculares, com câncer, com diabetes, as doenças nessa linha, ontem ainda lembrávamos o Dia Mundial da Saúde, aliás, todos os dias deveriam ser O Dia da Saúde.

Nesse momento todos nós, com certeza, refletimos sobre essa realidade da saúde em nível de mundo, no nosso País, no nosso Estado, em cada um dos nossos Municípios. E ao mesmo tempo em que estamos convivendo com essas doenças da modernidade, estamos também assistindo um recrudescimento e um aumento dessas doenças infecciosas, infecto-contagiosas, dessas doenças muitas até já controladas ou até erradicadas.

Com certeza isso é resultado de não se investir na prevenção, na promoção em saúde, que são estágios aí preliminares. Nós temos convivido muito com uma indústria da doença. A doença é que tem servido como parâmetro para o pagamento dos serviços, quer dizer, quanto mais doença, mais doentes, mais se paga. Ou seja, o pagamento dos serviços baseado em parâmetros de doenças e não de saúde.

Agora, a implantação do PAB é uma iniciativa já importante, porque se leva em consideração o contingente populacional, a população, embora o valor de dez reais per capita/ano seja muito pouco, seja um valor ainda irrisório, porque se pleiteava, no mínimo, doze reais per capita/ano, que seria um real por mês, por habitante. Mas já é um primeiro passo.

As variáveis do PAB, no sentido dos programas de saúde da família, do programa de agentes comunitários de saúde, do incentivo também à vigilância sanitária, à vigilância epidemiológica, de combate à desnutrição, também são importante, até porque precisamos introduzir esse componente da medicina domiciliar, além da nossa tradicional medicina hospitalar, ambulatorial, indo diretamente nas ruas, nos bairros, nas casas das pessoas, no meio ambiente, para podermos ter as ações principalmente de prevenção e educação de saúde. E com certeza isso vai, a médio e longo prazo, dar em resultados importantes para a saúde do nosso País.

Então, em parte nós estamos convivendo com essa realidade, e até tenho participado de várias reuniões, a partir dos Conselho de Secretários Municipais de Saúde, discutindo. Inclusive fizemos uma sessão especial aqui, no dia 30 de março, com a participação do Fórum Parlamentar Catarinense, que esteve aqui, em peso, participando.

Quanto às verbas federais do teto financeiro federal do Ministério da Saúde para Santa Catarina, estão sendo reduzidas em parte, e parte dessa redução também seria repassada para os Municípios, que já não têm mais como arcar com isso; os Municípios já estão em seus limites, não têm mais gordura para cortar, em nível de Municípios, tem que cortar músculo, como se diz, já estão no osso.

Então, a sessão que debateu a questão do teto financeiro federal para Santa Catarina, eis que não podemos admitir uma redução de verbas, está na mesa do Ministro. Inclusive, ainda ontem conversei com o Deputado Valdir Colatto, Presidente do Fórum Parlamentar, sobre a solicitação de uma audiência para uma delegação de Santa Catarina, com essa representatividade do Fórum, da Assembléia Legislativa, da Secretaria Estadual da Saúde, também da Fecam, da Secretaria do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde e de outras entidades, para tratarmos das verbas federais para o nosso Estado.

Já há a decisão, também, desse conjunto de entidades, de que vamos incluir nessa audiência com o senhor Ministro a questão da dengue em nosso Estado, a situação e as solicitações que precisamos dirigir ao Ministério da Saúde. Então, várias das manifestações aqui havidas neste sentido já estão contempladas, ou seja, essas solicitações serão incluídas nessa audiência, a qual deverá sair, acreditamos, talvez, na próxima semana, ainda no decorrer deste mês de abril.

Olhando o relatório, os dados de diversos itens do Orçamento Federal em Saúde, observamos que, infelizmente, por exemplo, em 1997, entre os recursos orçados e os recursos executados, praticamente houve uma redução de quase 50% no que seria destinado ao combate do *Aedes Aegypti*, da dengue, de um modo geral. Então, os recursos, os poucos que estavam alocados, também não foram executados, e essa é outra grande batalha.

Outra grande batalha é, lógico, também engrossarmos fileiras nessa luta pela PEC 169, ou seja, buscarmos os financiamentos estáveis para a Saúde, a partir de 30% do Orçamento da seguridade social - 10% da arrecadação dos impostos federais, dos Estados e dos Municípios -, para que a Saúde não continue assim de chapéu na mão, sempre mendigando, pedindo por favor, quando na verdade, como me disse o Dr. Ari, do Sindicato dos Médicos, ela deve ser tratada com prioridade, como uma prioridade, mas para tanto ela tem que ter recursos.

Ao mesmo tempo em que aprovamos, incentivamos as ações de descentralização, porque isso faz parte do processo do SUS, que é o grande caminho para a nossa Saúde, sem dúvida, é necessário que nesse processo de descentralização, de municipalização, a chave do cofre também não fique só em Brasília.

Vamos descentralizar ações na área da Saúde, mas também vamos descentralizar recursos correspondentes para os Municípios que estão aqui, na base, no pára-choque da situação - como bem disse o Prefeito de Guarimir, o nosso Presidente da Fecam -, pois é aqui no Município que mora o cidadão. Então, as ações são muito importantes em nível de Município, mas precisamos dos recursos necessários.

Vou rapidamente tentar resumir as propostas que foram apresentadas, mas todas elas caminharam no sentido da necessidade de se articular as ações dos órgãos federais, estaduais e municipais para uma ação conjunta. Até o Prefeito de Guarimir, o senhor Antônio Zimmermann, Presidente da Fecam, fazia um apelo no sentido da agilidade, porque as ações estão um tanto tímidas.

Aqui ficou um questionamento, por parte da nossa Presidente do Conselho de Secretarias Municipais, sobre os convênios diretos com os Municípios e o Estado, ou seja, se nós vamos apenas fazer convênio direto entre Ministério/Municípios ou se vamos, digamos assim, favorecer, priorizar convênio em nível de Estado, que possa ter uma coordenação, um comando global da ação. Quer dizer, na medida em que se faz apenas convênios com Município diretamente, essas ações podem ficar muito localizadas. Quer dizer, são importantes, mas ficou um questionamento para ser discutido neste sentido.

A SRA. ADELIANA DAL PONT - Mas pode ser direta aos Municípios, e deve ser direta ao Município. O problema...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - É ter uma coordenação dessas ações.

A SRA. ADELIANA DAL PONT - É, as ações não podem ser pipocadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Entendi. Certo.

Na municipalização das ações, naturalmente com os recursos necessários, conjugando as ações de nível federal, estadual e municipal, há necessidade de se definir um orçamento estadual dos recursos necessários para o combate à dengue em Santa Catarina. E aí precisamos especialmente da parte da Fundação Nacional de Saúde, da Secretaria Estadual da Saúde, dessa participação, da elaboração de um documento em conjunto com todas as entidades e também da elaboração do orçamento dos recursos necessários. Foi uma proposta.

Houve aqui a disposição tanto do Exército brasileiro quanto da Polícia Militar do Estado, do Comando do Exército, do Comando da Polícia Militar, no sentido desse trabalho de cooperação, de participação. Estão à disposição do nosso Estado e dos Municípios, o que é muito importante.

Elaborar um Plano de Ação Integrada - já estou repetindo algumas idéias, não consegui sistematizar todas em uma seqüência, mas, digamos, estou até repetindo em parte, mas são formas diferentes de manifestação.

Foi feito um apelo aqui no sentido da necessidade de se dispor de informações para a população, porque muitas vezes a falta de informação gera toda uma situação de angústia, de dificuldades e até de agravamento da situação.

Então, nós precisamos - e aí eu me reporto ao apelo da Eliana Bittencourt, aqui representando o Deter, que é importante nesta parte dos transportes em nosso Estado, que coordena todas essas atividades dos terminais, dos transportes rodoviários de ônibus interestaduais em nosso Estado - também das ações imediatas. Por exemplo, já, hoje, o que se pode fazer em termos de, no mínimo, material de divulgação e de informação à população, como esta que é transportada pelos nossos ônibus e demais sistemas de transportes? É importante que se tenha essas informações em mãos, esses esclarecimentos necessários.

Então, há necessidade de ter um plano de ação, de orçamento e de operacionalizar essas ações imediatas.

O doutor Rogério colocou que da parte do PEA - Plano de Erradicação do Aedes Aegypti -, que não é a população economicamente ativa, ele dispõe a necessidade de que haja em nível de cada Estado, como no nosso Estado, uma Comissão Executiva Estadual, a ser coordenada pela Secretaria Estadual da Saúde, como gestor do Sistema Estadual de Saúde, para que possa, digamos, implementar ou gerenciar todo esse processo.

Eu ainda complemento aqui da seguinte forma: a proposta seria de que nós pudéssemos até encaminhar aqui um grupo de trabalho, porque esta reunião, digamos, foi o primeiro passo neste sentido. Nós precisamos sistematizar todas essas informações, tudo isto que nós estamos resumindo e, desfeita esta reunião, este Plenário deve dar continuidade, através de um grupo de trabalho, então, a partir dos próximos dias, da próxima semana.

Eu proponho que aguardemos, já que o Secretário Estadual de Saúde está em Brasília e que estamos também na Semana Santa (é praticamente impossível dar continuidade aos trabalhos aqui), mas que

na próxima semana - e previamente eu assumo o compromisso de contatar com o Secretário Estadual da Saúde - agendemos uma reunião desse grupo de trabalho, para que possamos dar um encaminhamento prático para todas essas propostas aqui: a elaboração do plano global, das ações imediatas, do orçamento, enfim, um documento, o qual levaremos ao Ministro da Saúde, de como articular essa cooperação mútua nos vários níveis federal, estadual e municipal.

Para compor um grupo de trabalho nós precisamos da disponibilidade, da disposição das partes que participaram desta reunião, desde a Fundação Nacional de Saúde, a Secretaria Estadual da Saúde, a Fecam, o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (a Adeliana vai dizer: mais uma comissão de trabalho, porque já são inúmeras que nós estamos participando), a própria Comissão de Saúde desta Casa, até os Comandos da Polícia Militar e do Exército, que aqui estiveram, e outras entidades que aqui participaram.

Também há necessidade de chamar outras entidades, como a da Fiesc, que aliás foi convidada para esta reunião, mas parece-me que não compareceu ninguém. Nós já temos o entendimento de que precisamos engajar essas entidades também do setor empresarial, dos trabalhadores, para participarem desse processo.

Então, em conclusão, seria isso, para que a partir dessa Secretaria Executiva - e aí então implementar a Secretaria Executiva, que já está constituída, precisa-se apenas nominar as pessoas -, a Secretária Estadual da Saúde, como gestora do processo da saúde, assumo o comando desse processo, de toda essa articulação.

Eu faço este apelo no sentido de que as entidades aqui nominadas e outras que se dispõem possam participar desse grupo de trabalho. Eu me disponho até para que na próxima semana, na segunda ou, no máximo, na terça-feira, possamos ter essa reunião. Inclusive, já formulo o convite e mantere os contatos com a Secretaria, com o Secretário Estadual da Saúde, além, naturalmente, do que os representantes da Secretaria, que aqui estão, também irão conversar com o Secretário a esse respeito.

O mais rápido possível, na próxima semana, estaríamos reunindo esse grupo de trabalho para formalizarmos o documento e todas estas providências aqui necessárias, para podermos logo, de imediato, com a audiência que estamos aguardando com o senhor Ministro, também levar os pleitos ao Ministério da Saúde.

Assim sendo, nós agradecemos pela presença, pela participação de todos nesta reunião. Agradeço especialmente pela presença do doutor Rogério Filomeno Machado, que é o Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde; do Coronel da Polícia Militar, Valdir Lemos; do Comandante da Polícia Militar de Santa Catarina; do Prefeito Antônio Zimmermann, Presidente da Fecam; da Secretária Adeliana Dal Pont, Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde; da Senhora Maria Marlene de Souza Pires, Coordenadora de Saúde Pública, representando o Secretário Estadual da Saúde; dos demais técnicos da Secretaria Estadual da Saúde, aqui presentes; do General de Brigada, Edson de Oliveira Goulart, que justificou a necessidade de ter que se retirar desta reunião, mas colocando-se à disposição para continuar participando dos encaminhamentos aqui havidos. Enfim, agradecemos pela presença de todos.

Eu quero lembrar que no dia 15 de abril, quarta-feira, teremos uma reunião, ordinária, da nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que vai discutir a questão do Ipsc em Santa Catarina. Todos sabem que há um indicativo de greve no dia 17/04 por parte dos prestadores de serviços em função de atrasos de pagamento.

A nossa Comissão está articulando, negociando com a Presidência do Ipsc. Há uma possibilidade de regularizar esses pagamentos até o dia 15, e possivelmente evitarmos uma greve do Ipsc, porque são quatrocentos e cinquenta mil dependentes/ usuários do Ipsc no Estado. E isso agravaria ainda mais o nosso sistema de saúde, independente do SUS.

Também queremos debater um plano futuro do Ipsc, para não ficarmos apenas apagando esses incêndios de tempo em tempo.

Deixo aqui este convite, pois seria muito importante que pudessem participar.

Muito obrigado pela presença de todos.

Está encerrada a reunião.

Sala das Comissões, em 08/04/98

Deputado VOLNEI MORASTONI - Presidente

Deputado SÉRGIO SILVA - Vice-Presidente

Deputado GILMAR KNAESEL - Membro

Deputado IVO KONELL - Membro

Deputado LICIO M. SILVEIRA - Membro

Deputado UDO WAGNER - Membro

Deputado WILSON WAN-DALL - Membro

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Reunião especial da Comissão de Saúde e Meio Ambiente para tratar sobre os problemas do Ipsc, realizada no dia 15/04/98.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Declaro aberta esta reunião especial da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, que realizará uma audiência pública para tratarmos sobre o Ipsc - o ponto de vista da situação atual e futura.

Eu convido para compor a mesa o Deputado Lício Silveira, da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. E os outros, à medida que forem chegando, estão convidados. Convido também o senhor Ari Martendal, Presidente do Ipsc, para compor a mesa.

A Secretária da Fazenda foi convidada, mas em seguida apresentaremos aqui uma justificativa da ausência, lamentavelmente.

Convido também para compor a mesa as entidades presentes aqui. Temos o Presidente da Associação Catarinense de Medicina, Dr. Ari Rocha, o Dr. Remaço Fischer, Presidente do Sindicato dos Médicos, o Dr. Roberto D'Ávila, Presidente do Conselho Regional de Medicina, o Presidente da Associação das Clínicas, o da Federação dos Hospitais. E para representar o Sindicato dos Servidores Públicos, nós convidamos o senhor Battisti, que pertence ao Sintesp. E temos o Canisio, representando a Associação dos Hospitais de Santa Catarina.

Vamos anunciando presenças importantes como a do Vereador da Câmara de Araranguá, Francisco Garcia, do João Batista Berto, que é Secretário-Geral do Sindicato dos Médicos, a do Braz Vieira, que é da Federação dos Hospitais, a do Zulmar Saibro, Presidente do Sindalesc - Sindicato dos Funcionários da Assembléia Legislativa de Santa Catarina -, a do Valmor José Darcio, Vereador de São Ludgero, a do Joel Weniker, Presidente da Câmara de São Ludgero.

Anunciamos a presença nesta nossa reunião de outros sindicatos dos servidores públicos, como Maria Filomena da Silva Arruda, que representa o Sinte - Sindicato dos Professores do Estado, João Batista da Silva, representando a Federação Catarinense de Policiais Cíveis, Rosângela Soldatelli, representando o Sindicato dos Servidores Municipais de Florianópolis, Leonardo Salvini, representando o Sindalesc, Pedro Linhares, Coordenador da Política Sindical dos Sintraseb.

Para essa audiência Pública foram convidados os representantes do Governo, dos prestadores de serviços, dos servidores públicos estaduais de todos os órgãos do Estado, como Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores, que mantêm convênios com o Ipsc, que apresentam alguma situação de inadimplência, de irregularidade com o Ipsc. Assim como foram convidados, naturalmente, os senhores Deputados Estaduais da Comissão e também a Secretária da Fazenda.

Recebemos uma justificativa do Secretário da Fazenda, Marco Aurélio Andrade Dutra, nos seguintes termos:

(Passa a ler)

"Em atenção ao seu ofício circular, do 8/4, temos a informar que, face a compromissos anteriormente assumidos, não podemos nos fazer presente na Audiência Pública sobre o Ipsc, coordenada por essa Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Entretanto, gostaríamos de informar que, desde a nossa posse, estamos desenvolvendo esforços para regularizar o fluxo de caixa do Estado de Santa Catarina. Destacamos os esforços voltados à regularização dos repasses aos Poderes, ao pagamento do 13º salário dos servidores, que recebem mais de R\$500,00 líquidos, ao pagamento em dia dos salários e à busca de uma solução definitiva para o pagamento dos valores devidos ao Ipsc.

Agradecemos a compreensão desta Casa Legislativa pela nossa ausência e nos colocamos à disposição para futuros convites e ou esclarecimentos que se façam necessários sobre o tema".

Esta é uma justificativa do Secretário Estadual da Fazenda.

Também temos aqui uma justificativa do Prefeito Rogério Zattar Júnior, de São Francisco do Sul, agradecendo o convite, mas, por coincidência, no dia de hoje acontecem as solenidades cívicas de comemoração aos 493 anos de descobrimento do Município de São Francisco do Sul. A quem aproveitamos para parabenizá-lo.

Então, lamentamos a ausência do titular da Secretária da Fazenda, mas a nossa reunião vai acontecer com a presença do Presidente do Ipsc, que, então, responderá aqui pelo Governo, com a participação dos prestadores das várias entidades médicas, do sindicato dos médicos, da Associação Catarinense de Medicina, do Conselho Regional de Medicina, da Associação das Clínicas, da Federação dos Hospitais, que representam, no conjunto, os prestadores de serviços ao Ipsc.

Também contamos com os sindicatos dos servidores públicos estaduais, desde o Sintesc, aqui representado pelo Antônio Battisti, até o Sinte, bem como com representantes dos servidores da saúde, dos

servidores do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, da Assembléia Legislativa. Também convidamos aqui todas as Prefeituras e órgãos que têm alguma situação de inadimplência junto ao Ipsc.

Os órgãos inadimplentes são: Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público, Departamento de Estradas de Rodagem, Polícia Militar, Fundação Catarinense de Educação Especial, Universidade do Estado de Santa Catarina, Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente, Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, Fundação Catarinense de Cultura, Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina, Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão Tecnológica, Fundação Catarinense de Desporto, administração do porto de São Francisco, Departamento de Transportes e Terminais, Fundação de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de Santa Catarina, Secretária da Saúde.

As Prefeituras inadimplentes são: Abdon Batista, Águas Mornas, Anchieta, Anitápolis, Antônio Carlos, Arroio Trinta, Aurora, Biguaçu, Blumenau, Bocaiúva do Sul, Bom Jardim da Serra, Botuverá, Capão Alto, Catanduvas, Caxambu do Sul, Cerro Negro, Cunha Porá, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Gravatal, Ibirama, Içara, Ilhota, Imaruí, Ipuacu, Laguna, Leoberto Leal, Major Gercino, Major Vieira, Mirim Doce, Morro da Fumaça, Orleans, Palhoça, Paraíso, Paulo Lopes, Picarras, Pomerode, Ponte Alta, Pouso Redondo, Presidente Castelo Branco, Presidente Nereu, Rio Fortuna, Salete, Saltinho, Salto Veloso, Santa Rosa de Lima, São Francisco do Sul, São José, São Ludgero, São Martinho, Siderópolis, Sul Brasil, Taió, Tangará, Trombudo Central, Urubici e Urupema.

Câmaras inadimplentes: Águas de Chapecó, Araquari, Aurora, Biguaçu, Blumenau, Bocaiúva do Sul, Bom Retiro, Braço do Norte, Braço do Trombudo, Brusque, Capivari de Baixo, Florianópolis, Guaropaba, Gaspar, Grão Pará, Guabiruba, Guaraciaba, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Laguna, Laurentino, Maravilha, Mirim Doce, Nova Trento, Palhoça, Palma Sola, Paulo Lopes, Petrolândia, Rio do Sul, Salete, São Ludgero, Trombudo Central, Tubarão, Vidal Ramos, Xanxerê.

Todos foram convidados para esta reunião, porque têm a ver com o objetivo da situação atual do Ipsc e mesmo da situação futura.

Há um indicativo de greve, inclusive posto pelas entidades prestadoras de serviço ao Ipsc, para o dia 17 de abril, de paralisação dos serviços, conforme a assembléia geral que foi realizada em 10 de março, devido aos atrasos de pagamento.

Neste íterim, ocorreram conversações, negociações com o Presidente do Ipsc, que, por sua vez, tem buscado a possibilidade de um plano de pagamento, de parcelamento, inclusive junto a todos esses órgãos do Poder Público estadual, de Prefeituras Municipais, de Câmaras de Vereadores, de autarquias, que têm atrasos, que são devedores ao Ipsc e que têm procurado, pelo menos nas conversações que nós temos tido, um parcelamento dessas dívidas, uma regularização dessa situação para poder aumentar o fluxo de caixa do Ipsc e poder atender à necessidade da regularização do pagamento aos prestadores de serviço.

Vamos ouvir depois na explanação do Presidente do Ipsc como está realmente essa situação e todas essas tratativas que têm sido realizadas.

Então, um dos objetivos desta reunião é nós tomarmos conhecimento desta situação atual, de como está a situação do Ipsc, o cronograma de pagamento, porque, numa conversa inicial que tivemos, havia uma previsão de até o dia 17 poder regularizar. Quer dizer, no dia 17 de abril estaria sendo paga a parcela correspondente a 15 de abril; pelo que eu entendi, em 15 de abril estaria sendo paga a parcela correspondente vencida em 15 de março. Quer dizer, não sei como é que está, porque já faz uns dez dias da última conversa que tive com o Presidente do Ipsc.

Esse cronograma está colocado e há possibilidade de cumprir essa necessidade, até para evitarmos essa paralisação dos serviços aos usuários do Ipsc, por todos os transtornos que isso acarreta. São mais de 450 mil usuários no Estado, ou seja, um grande contingente que também ficaria dependente diretamente dos serviços do SUS, que apresenta todas essas dificuldades que nós já sabemos. Então, todos os esforços que pudermos envidar neste sentido serão muito importantes.

Vamos dividir a nossa reunião em duas etapas. Num primeiro momento, debateríamos essa situação atual dessa crise dos pagamentos, para podermos evitar inclusive a paralisação.

O segundo objetivo desta reunião é o de restabelecermos uma comissão de trabalho mista, com Deputados-membros desta Comissão de Saúde e mesmo com Deputados de todas as Bancadas que queiram participar, também convidando representantes de todas as demais partes relacionadas com o Ipsc, desde representantes do próprio Ipsc como dos prestadores de serviço, dos próprios servidores públicos estaduais, para, através desta comissão mista de trabalho, podermos nos debruçar sobre a situação atual e trabalharmos sobre um projeto futuro para o Ipsc.

É um projeto futuro, mas é para ainda neste Governo, porque podemos ir agilizando providências até de adaptação de legislação previdenciária. Várias propostas, com certeza, poderão ser agilizadas ainda neste Governo, mas como é um ano eleitoral, que nós possamos ter em mãos, dentro de um prazo hábil, digamos, até o final deste semestre, um projeto, uma proposta discutida por todas essas partes, que possamos, inclusive, debater esta proposta e apresentar a todos os candidatos ao Governo do Estado, para que haja efetivamente um compromisso do futuro Governo também com o Ipsc.

Então, que Ipsc nós queremos? Quais os caminhos que o Ipsc pode trilhar para resolvermos essa situação em definitivo e não ficarmos, de tempo em tempo, sempre tendo que apagar incêndio em função dessas crises que, em grande parte, são geradas pela inadimplência de instituições públicas, instituições do próprio Governo, quer municipais ou estaduais.

Portanto, a proposta é que possamos estabelecer aqui um compromisso de término da reunião. O ideal seria que até as 11h pudéssemos terminar esta reunião, até porque os Deputados têm sessão plenária. Assim, vamos nos esforçar ao máximo aqui nas propostas para podermos até às 11h finalizar a reunião e tirarmos os encaminhamentos objetivando os nossos propósitos.

Neste primeiro momento, vamos discutir essa situação, naturalmente se alguém quiser adiantar alguma proposta sobre o Ipsc, algum projeto, fica em aberto essa possibilidade. Nós poderíamos tirar um prazo inicial de uma hora para debatermos essa situação e depois mais meia hora para debatermos propostas de projetos futuros.

Na seqüência, da parte do Governo, o Presidente do Ipsc, senhor Ari Martendal, usará da palavra, em tempo suficiente para expor a situação.

Em seguida concederemos a palavra aos prestadores de serviços, das entidades médicas, associações de clínicas e federação dos hospitalares - depois veremos o tempo que caberá a cada um, em função do número de participantes. E em seguida daremos a palavra ao representante dos servidores públicos estaduais, às entidades, a partir do Antônio Battisti, que representa de uma forma geral os servidores públicos, e também às demais entidades presentes. Após todas as exposições daremos a palavra aos Deputados-membros da Comissão de Saúde e daí formalizaremos os encaminhamentos.

Em seguida, partirmos para a segunda etapa, que seria a constituirão de uma Comissão Mista de Trabalho, estabelecendo dia, hora e o cronograma de trabalho dessa Comissão Mista.

Passo a palavra ao Presidente do Ipsc, senhor Ari Martendal.

O SR. ARI MARTENDAL (Presidente do Ipsc) - Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Presidente desta Comissão, Deputado Volnei Morastoni, o Deputado Lício Silveira, os representantes das entidades médicas, hospitalares, clínicas e laboratórios, os sindicatos dos servidores públicos e todos os presentes.

Primeiramente, gostaria de fazer uma retrospectiva sobre a questão da crise do Ipsc. O próprio Deputado colocou muito bem: nós temos que discutir duas reações: a crise financeira que hoje causa esse atraso de pagamentos aos prestadores de serviços da área médica e também a questão do futuro do Ipsc, essa crise administrativa, política e existencial do Ipsc, que eu acho importante, principalmente para o futuro. Será um fundo de pensão ou um fundo de aposentadoria? É um tema interessante para ser discutido.

Eu serei bastante sucinto, em números arredondados, até para que o público aqui presente tome conhecimento da situação do Ipsc.

A contribuição do Ipsc, em números redondos, é de responsabilidade, 8%, do servidor público e 4% do empregador. Isso corresponde a 12%, e o que ocorre? Qual é a responsabilidade do Estado? Hoje o Estado acumula, desde 1980, uma dívida de R\$640.000.000,00, isso refere-se apenas à cota patronal, os 4%.

Depois, o Ipsc tem a receber em torno de 140.000.000,00 - R\$80.000.000,00 de empresas, autarquias ou de órgãos ligados ao Governo, R\$30.000.000,00 dos Poderes Públicos, isso é, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Assembléia Legislativa, e mais R\$30.000.000,00 das Prefeituras e Câmaras Municipais.

Enquanto isso, o Ipsc deve - que é o grande problema hoje do Ipsc - R\$8.000.000,00. Esse é o atraso das faturas vencidas em 15 de fevereiro e em 15 de março, inclusive hoje está vencendo uma outra fatura, a de 15 de abril. Porém, hoje, eu estou pagando a de 15 de fevereiro.

Acho muito importante, e quero agradecer às entidades médicas e aos Deputados por esta discussão, porque na prática, hoje, talvez não teríamos essa situação, em termos, privilegiada, porque houve fluxo de caixa do Ipsc, e melhorou significativamente, inclusive, dando para cobrir todas as despesas, tanto da fatura vencida no mês como o custeio operacional do Ipsc. Ela só não dá para pagar as duas atrasadas, no valor de R\$8.000.000,00. Eu não tenho esse valor hoje para pagar essas faturas, que são justamente as reivindicadas pelas entidades.

Havia um compromisso, assumido com o ex-Secretário da Fazenda, Nelson Wedekin, de que tão logo fosse assinada a rolagem da dívida e liberado o empréstimo junto ao BNDS, assumido entre os Governos Federal e Estadual, e com a venda das ações da Casan, ele me repassaria essas duas faturas atrasadas para regularizar a situação do Ipsc.

Por isso, acho lamentável o não comparecimento do Secretário da Fazenda, porque se estivesse presente, teríamos como cobrar.

E que fique bem claro que antes eu era candidato, hoje não sou mais candidato a Deputado. Assim, posso falar mais tranquilamente, porque não terá cunho político pessoal.

Então, hoje é de defesa realmente da instituição e dos servidores públicos, que têm pago essa conta. O único que tem pago a conta é o servidor público, e na prática - eu estava discutindo com o pessoal da área médica - o servidor público não teria nada a ver com isso, porque ele cumpriu o seu compromisso, já foi descontado em sua folha de pagamento, ele não tem nada a ver com a história.

Por outro lado, eu acho que as entidades médico-hospitalares, as clínicas, os laboratórios deviam acionar Governo do Estado, para que este repassasse. E eu, acionaria quem? O Tribunal de Justiça? O Ministério Público? O Tribunal de Contas? A Assembléia Legislativa? A Prefeitura? A Prefeitura ainda é a única que eu posso acionar, a única que eu tenho poder de fogo e com resultados concretos.

A Prefeitura de Florianópolis tinha assinado um parcelamento de uma dívida anterior, e assinou na semana passada mais cinco milhões de parcelamento. Laguna também assinou o parcelamento, era um milhão e trezentos. Tubarão também assinou o parcelamento. Então, Florianópolis assinou, ainda tem uma dívida, mas que a própria Prefeita me colocou e eu aceitei a posição. Porque existe algum entendimento em alguns órgãos, como, por exemplo, a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Contas e algumas Prefeituras, em dizer que não incide Ipsc sobre o 13º, e existe isso.

O próprio art. 195, § V, da Constituição diz que você não pode criar uma despesa sem ter a fonte de custeio. Está bem claro isso. Mas alguns órgãos já reconhecem, porque eu pago a pensão. Para mim seria muito fácil estar lá pendente para pagar, porque não foi pago o 13º aos que ganham acima de R\$500,00. Eu tenho lá R\$7.444.000,00, então, eu vou pegar essa quantia e vou pagar os médicos, não vou pagar o 13º. Será que o Tribunal de Contas, a Assembléia Legislativa e a Prefeitura de Florianópolis vão aceitar? Não vão aceitar!

Então, têm discussões desse tipo que prejudicam muito também o funcionamento do Ipsc.

Outro grande causador da crise foi a Lei Complementar nº 129, de 07 de novembro de 1994. Antes, as pensionistas recebiam 45% do valor percebido pelo falecido mais 5% para cada dependente; hoje ela recebe 100% mais triênio, mais gratificação e todos os direitos que ele teria se ainda fosse vivo. Então, hoje ele vale muito mais morto do que vivo.

Hoje existem pensões no Ipsc que dobraram. Se eu estava gastando em torno de 4 a 4,5 milhões com pensões, eu passei para R\$9.200.000,00. E ali têm pensões - os próprios Deputados já estiveram visitando o Ipsc - de 12, 13, 14, 15 mil reais. E discutir com quem? A Justiça dá ganho de causa! Então, essa é a situação financeira do Ipsc.

Quero dizer a todos os servidores que o Ipsc é uma instituição viável, é uma instituição interessante para garantia, principalmente como fundo de aposentadoria, de pensão ou de prestação de serviços suplementares, como saúde, ou voltar ao de habitação, odontológico, financeiro, etc., como já foi no passado.

Quanto à questão dos atrasos de pagamento, eu devo oito milhões e não nego. Agora, nós temos que viabilizar, eu esperava uma posição mais clara. Lógico que todos sabemos que não foi liberado nem o empréstimo nem os recursos das Letras da Casan. Então, por isso ficamos até meio amarrado. E ele pode dizer: não dei, porque o compromisso nosso é após essas operações concretizadas.

Portanto - e o Secretário infelizmente não está e não pode dizer isso -, lógico que não vou me furtar de continuar negociando e achar nesse momento alternativas para viabilizar o pagamento junto a prestadores de serviço, para evitar que o servidor pague mais uma vez essa conta.

Inicialmente era essa a posição que eu queria colocar, para inclusive iniciar o debate junto com os interessados, que são os prestadores de serviços na área de saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço ao Ari Martendal, Presidente do Ipsc.

Em seguida, vamos passar à palavra aos representantes das entidades dos médicos e prestadores de serviço.

Com a palavra o Dr. Roberto D'Ávila, Presidente do Conselho Regional de Medicina.

O DR. ROBERTO D'ÁVILA - Cumprimento a todos, agradecendo o convite e a oportunidade de estar aqui discutindo.

Vou ser breve, porque acredito que a Associação Catarinense de Medicina e o próprio Sindicato dos Médicos têm muito mais a falar, muito mais a oferecer, até porque são as duas entidades que estão mais à frente na discussão desse problema com o Ipsc.

O Conselho Regional de Medicina, por ser um órgão normatizador, disciplinador, fiscalizador do exercício profissional, tem evitado participar ativamente, diretamente dessa discussão, porque no momento em que a categoria decidir por um não-atendimento aos usuários, certamente muitos conflitos aparecerão, e a grande preocupação nossa é, primeiro, que tem que ser garantido, de qualquer maneira, o atendimento nas urgências e emergências. E isso é para qualquer cidadão, independente de ser SUS, Ipsc, Unimed, não interessa para nós. A urgência e emergência o médico tem o compromisso de atender.

Então, isso tem que ser garantido, até porque nós não queremos estar nas barras do Tribunal respondendo por omissão de socorro. O mais interessante é que o próprio Ministério Público - e não só ele, a maioria dessas entidades que devem ao Ipsc aplicam um golpe conhecido no famoso art. 171, que é o estelionato -, que deve ao Ipsc, vai nos acusar de omissão de socorro caso nós não atendamos nestes casos específicos de urgência e emergência.

Portanto, isso terá que ser garantido, terá que ser passado a todos os colegas, mas esperamos não ter problemas em julgarmos os médicos ou diretores técnicos de clínicas e hospitais, os responsáveis pelas clínicas e hospitais por omissão de socorro.

O usuário do Ipsc tem esta garantia de que será atendido na urgência e na emergência. Às vezes é difícil caracterizar urgência e emergência, o que para nós é uma urgência e emergência, nem sempre o usuário assim entende. Para a população, qualquer dor, qualquer problema é sempre a maior urgência, a mais importante emergência que existe.

Então, existe uma pequena zona cinzenta com que certamente nós teríamos que fazer uma avaliação técnica do atendimento. E as denúncias, que com certeza acontecerão, serão levadas ao Conselho de Medicina e nós, então, teremos o papel de julgadores desses fatos.

Com esse papel de julgador, não é interessante nem é recomendável um pronunciamento prévio, uma manifestação prévia por parte do Conselho Regional de Medicina, até porque pode ser questionando que, ao chegar a denúncia, o fórum se tornaria incompetente para julgar ou dirimir essas questões.

Então, nós estamos tendo cuidado, e esta é uma combinação que funciona muito bem entre as três entidades médicas, e neste caso particular, a Associação Médica e o Sindicato ficam na frente, tomam a dianteira, e o Conselho Regional de Medicina fica por trás, atento a estas decisões.

Então, o importante aqui a frisar é a garantia, é o atendimento ao usuário na urgência e na emergência. Em segundo lugar, a garantia de que nós vamos processar, vamos punir os médicos, as clínicas e hospitais, através dos seus diretores, que desobedecerem, que se postarem contra uma manifestação, uma decisão majoritária em assembleia.

Assim, se a assembleia dos médicos decidir amanhã pela paralisação e o Conselho Regional de Medicina homologar essa decisão como uma decisão justa da categoria, uma decisão em defesa dos seus interesses nobres de não trabalhar mais dessa maneira, o Ipsc já recebe um tratamento diferenciado das entidades médicas, dos próprios médicos. É uma tabela especial para o Ipsc, e estamos cansados de participar dessa mesma história, dessa mesma conversa, que não é de agora com o Ari Martendal, mas que vem de vários anos atrás.

Decidida a greve, nós vamos garantir que essa decisão majoritária se cumpra e vamos então processar ... (defeito na fita)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço ao Dr. Roberto D'Ávila, Presidente do Conselho Regional de Medicina.

Passo a palavra ao Dr. Remaclo Fischer, Presidente da Associação Catarinense de Medicina.

O SR. REMACLO FISCHER - Cumprimento os componentes da Mesa, os senhores Deputados, as senhoras e os senhores aqui presentes.

O que entendo também ser objeto importante dessa reunião é a busca da objetividade para que se obtenha o máximo êxito nessa discussão. Parece-nos muito claro que temos duas situações para serem discutidas no problema estrutural crônico do nosso Ipsc: o aspecto político e o aspecto administrativo.

O Presidente Ari Martendal relatou muito bem as dificuldades crônicas, novamente, dos devedores (e o Deputado Volnei Morastoni relatou até com alguma demora a longa lista de devedores), o que caracteriza muito bem o hábito que se gerou de não pagar mais, de não se fazer mais o repasse ao Instituto de Previdência.

Parece muito claro que se criou um hábito em Prefeituras, autarquias, Governo, Ministério Público de não se realizar mais os

repasse para o Ipsc. Isso caracteriza uma situação administrativa que torna inviável a gestão desses recursos e o pagamento dos prestadores de serviço.

Por outro lado, analisando a questão estrutural do Ipsc, existe um problema político na sua estrutura. Fica difícil, com o atual modelo, o Presidente da instituição tomar medidas (e ele declarou isso agora mesmo) mais enérgicas no sentido da busca de solução, à medida em que é órgão ligado diretamente ao Governo do Estado.

É fundamental que se abra definitivamente a discussão sobre isso, que foi já bastante enfatizado. Nós estamos aqui pela enésima vez discutindo a questão do atraso dos repasses, e temos que entrar na questão estrutural de uma vez por todas. Temos os entraves administrativos e políticos, e é fundamental que sejam rediscutidos e ampliados os entendimentos nesta área.

Em novembro foi criada, numa audiência pública aqui realizada, uma Comissão de Deputados para avaliar o Ipsc. Então, eu queria solicitar também do Deputado Volnei Morastoni alguns esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos dessa Comissão, porque nós entendemos que são fundamentais os resultados da mesma, para que surjam propostas claras no sentido de uma reorganização estrutural.

Outro fato bastante lamentável é a ausência do senhor Secretário, tendo em vista que, numa reunião há dois dias com o Presidente do Ipsc, ficou claro uma dívida de oito milhões da Secretaria da Fazenda, eis que se poderia ter alguma notícia aqui, de curto prazo, sobre a situação desse recurso.

Bom, entrando na questão atual, são oito meses de negociação, e a classe médica tem discutido e procurado esgotar o processo de negociação para não tomar nenhuma medida radical que afaste o atendimento e a prestação de serviço ao servidor público estadual. Isso está claramente demonstrado através das audiências públicas, de contatos com os servidores públicos estaduais, com o Presidente do Ipsc, com o senhor Governador, em uma audiência pública há quarenta e cinco dias, com o Secretário da Fazenda, senhor Nelson Wedekin.

Foram oito meses de tolerância que culminaram com a realização de uma assembleia realizada pela classe médica, no dia 10 de março, que, novamente preocupada com a prestação de serviço e de como solucionar o fato, estabeleceu o prazo do dia 17 de abril, na próxima sexta-feira, para a quitação dos débitos.

Cabe-nos ressaltar a nossa busca incessante de uma solução negociada para esse impasse. E cada vez isso fica muito claro nas nossas assembleias. Todos os nossos colegas prestadores de serviços, hospitais e clínicas, estão tendo dificuldades financeiras, porque eles têm um custo administrativo para manter a sua estrutura de atendimento. E isso, ouvindo depoimentos de colegas nessa assembleia, fica muito claro, mas está chegando na fase do insustentável.

É importante também frisar, pois nós estamos na Casa Legislativa, que cabe, agora, um posicionamento mais forte da nossa classe política em colaborar com a solução, no sentido de tomar decisões mais fortes na Assembleia Legislativa para que haja a quitação dessa situação.

Há dois anos a situação do Ipsc só foi resolvida quando os senhores Deputados paralisaram as votações dos projetos do Governo até uma solução imediata. E é isso que a gente também quer trazer hoje para discussão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradecemos pela manifestação do Dr. Remaclo, Presidente da Associação Catarinense de Medicina.

Com a palavra ao Dr. Ari Rocha, Presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina.

O DR. ARI ROCHA - Inicialmente gostaria de cumprimentar o Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Comissão de Saúde, os demais integrantes da Mesa e as senhoras e senhores presentes.

Nós temos que fazer uma análise, inclusive, já foi muito falada. Vou procurar ser breve, do ponto de vista administrativo e do ponto de vista político.

Do ponto de vista administrativo, nós temos o Ipsc, além das suas atribuições de aposentadorias, de pensionistas, etc., como prestador de serviço de saúde, com quatrocentos e cinquenta mil usuários a um custo estimado em dez reais/mês por usuário. Um plano de saúde - vamos dizer assim, eu sei que o Ipsc não é um plano de saúde - que oferece todos os serviços, sem restrições, sem carência, a um custo de dez reais. É o que o Bill Clinton está procurando fazer nos Estados Unidos. Eles estão querendo resolver o problema do financiamento da saúde, quer dizer, aqui nós conseguimos resolver isso, inclusive, com a possibilidade, caso os pagamentos sejam feitos em dia, de rever a tabela de prestação de serviço, que é uma tabela defasada.

Então, nós temos o Ipsc, como prestador de serviço na área da saúde, como um grande plano de saúde. Resolve toda essa

questão, essa problemática de plano de saúde que se está discutindo no Senado, se tem carência ou não tem, se trata de câncer ou não, quer dizer, o Ipsc faz tudo isso a um preço de dez reais por usuário.

É um instrumento que eu acho que todo governante inteligente gostaria de ter em mãos, que todo governante honesto gostaria de ter em mãos para fazer jus a praticamente quatrocentos e cinquenta mil votos diretos, sem considerar o que se pode conseguir de maneira indireta.

A questão administrativa fica mais ou menos aí. Aí não se repassa as questões que já foram comentadas no Ministério Público.

Então, se analisa a questão política da seguinte maneira: nós temos um Governo do Estado que há pouco tempo teve o escândalo dos precatórios, que furou a Constituição, que foi contra a Constituição deliberadamente, declaradamente, numa operação ilegal e que poderia ter sido cassado ou poderia ter sofrido um impeachment. Foi para a Assembléia Legislativa que, me perdoem os senhores Deputados aqui presentes, por mecanismos que a imprensa divulgou até a exaustão, deu um aval para esse Governo do Estado continuar.

Logo em seguida, esse mesmo Governo do Estado, através do seu Secretário da Fazenda e através do Presidente do Ipsc, conseguiu esses oito milhões e meio, que dizer, foram retirados do Ipsc também através de artifícios. Então, a dívida que a Secretaria da Fazenda tem hoje para com o Ipsc é responsabilidade do Governo do Estado. É uma pena o Secretário da Fazenda não estar aqui, mas aqui está o Presidente do Ipsc, que também avalizou essa transação, participou dela e também é responsável por esse processo.

Então, a nossa questão momentânea são os oito milhões e meio relativos a dois meses. O mês de dezembro foi pago hoje, a prestação de serviços do mês de dezembro foi paga hoje, portanto, faltam o mês de janeiro e o mês de fevereiro.

Nós temos alguns fatores positivos, como a vantagem desse plano de saúde para os servidores, que é um plano de saúde bom, bonito e barato. E temos os fatores negativos, onde todas as instituições, com as quais nós estamos lidando, são instituições públicas que devem aos seus cidadãos.

Nós temos uma Assembléia Legislativa que deve explicação no processo do impeachment. Nós temos um Governo do Estado que deve satisfação no uso indevido de dinheiro que não era seu. Nós temos as Prefeituras que devem o pagamento de um serviço que ofereceram aos seus funcionários, mas não quitaram.

Então, eu não sei se a gente se desespera ou se daqui a gente consegue tirar alguma questão prática. Nós tivemos em novembro - o Remaclo bem disse - uma audiência pública aqui, e na ocasião o atual Secretário da Fazenda também não compareceu. Nós fizemos críticas ao seu não-comparecimento. E depois ele ficou indignado com as entidades médicas e se recusou a recebê-las numa segunda ocasião, porque tinha sido caluniado, tinha sido difamado, tinha alguma interpretação dele.

Na ocasião o atual Secretário da Fazenda também não compareceu. Nós fizemos críticas ao seu não-comparecimento, e ele ficou indignado com as entidades médicas e se recusou a receber essas entidades numa segunda ocasião, porque tinha sido difamado, tinha sido caluniado. Essa foi a interpretação dele. Ele deve, não paga, e nós somos os difamadores.

Eu acho que nós temos que resolver a questão administrativa, não é tão difícil, mas ela depende basicamente da questão política. Quer dizer, nós vamos ter que esperar o ano que vem, esperar novas autoridades, uma nova Assembléia Legislativa, um novo Governador, novos Deputados e novos Prefeitos.

Nós temos uma situação de momento, que é o pagamento e um prazo até sexta-feira para uma paralisação, caso essa dívida não seja quitada.

Eu acho que numa situação emergencial, e já bem disse nos disse, numa reunião na segunda-feira, o Battisti, as pessoas realmente interessadas em resolver esta questão devem tomar medidas e atitudes corajosas.

Fazer meio de campo, fazer discurso para o jornal, para a televisão e tentar tirar o corpo, empurrar a responsabilidade, ou assumir funções e ações que não estão sendo tomadas, não cabe mais, nós estamos saturados, já são oito meses.

Eu acho que as medidas práticas devem ser estas: eu acho que a Assembléia Legislativa tem que se posicionar, como se posicionou de maneira digna da vez anterior, tem que pressionar, e deve existir mecanismos legais para isso, tem que pressionar Secretário da Fazenda, Governo do Estado e Ipsc.

Se não sairmos ou não tirarmos medidas práticas, vamos evoluir para a semana que vem com paralisação, que é uma coisa desgastante. A paralisação não interessa ao prestador de serviço, não interessa ao usuário. Mas ela vai significar, naturalmente, economia para os órgãos públicos, vai significar economia para as mesmas pessoas que hoje não estão fazendo o devido pagamento. Em outras palavras, o servidor público vai continuar descontando na sua folha o Ipsc, se tiver paralisação, não tem que pagar, o problema fica resolvido.

Eu acho que nós temos que evoluir. A sugestão é válida de posicionamento. Temos que evoluir no sentido de medidas práticas, não só a paralisação, mas nós temos que fazer uma avaliação política e temos que envolver as pessoas que se dizem interessadas na resolução do problema dos quatrocentos e cinquenta mil usuários do Ipsc.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado ao Dr. Ari Rocha, que é o Presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina.

Passo a palavra ao senhor Roger da Associação das Clínicas.

O SR. ROGER MISONNAVE - Senhores Deputados presentes, senhores membros da mesa e demais convidados. Procurando com bastante clareza e objetividade trazer a posição da Acesc e demais entidades, é prudente frisar que desde novembro do ano passado, dentro desta Casa, houve um empenho do Presidente do Ipsc e também do Secretário da Fazenda em colocar em dia os atrasos do Ipsc em caráter definitivo. Esse prazo inspirou e não foi colocado em dia, lamentavelmente.

A parte do que o Dr. Roberto D'Ávila falou, o Dr. Ari, o Dr. Remaclo, eu acho que já ficaram bem esclarecidos os fatos que antecedem o presente momento.

É importante frisar que no dia 17 de abril teremos uma assembléia, reunindo todas as entidades, representantes da categoria médica, laboratórios hospitalares e clínicas, e lamentavelmente, novamente, creio eu, estaremos paralisando os serviços, deixando de atender os usuários.

São quatrocentos e cinquenta mil dependentes do Ipsc que deixarão de ter atendimento, novamente, à saúde, pelo fato do pequeno empenho do Governo, pela representação do Secretário da Fazenda, e das demais Prefeituras que continuam inadimplentes junto ao Ipsc.

Até a falta de empenho do Ipsc, na tentativa de quitar com esses devedores, nos levam novamente a paralisar o atendimento, conforme carta que nós tentamos distribuir a todos os presentes aqui. Lamentavelmente o servidor do Ipsc, mesmo tendo desconto compulsoriamente a sua parte, para tentar ter um atendimento na clínica, tem que fazer um pagamento à vista na recepção de nossas clínicas.

Esse é um fato lamentável, mas não nos leva a outra opção, creio, se não forem colocados em dia o saldo de março e abril.

Eu creio que essa é a posição da Associação das Clínicas. E, lógico, que se for de fato consumada a paralisação, manteremos um canal aberto junto à Assembléia, às entidades representativas dos funcionários públicos, junto ao Ipsc, ao Secretário da Fazenda, no empenho de que, com a máxima brevidade, podemos paralisar o atendimento ao servidor e voltar à rotina novamente. O que se quer simplesmente é o pagamento de serviços atrasados.

Não se questiona aqui honorários que estão extremamente defasados, mas eu acho que o momento é simplesmente de pagar um serviço que já foi realizado dentro das nossas clínicas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado ao senhor Roger Misonnave, da Associação das Clínicas.

Passo a palavra ao senhor Canísio Winkelmann, Vice-Presidente das Associações dos Hospitais de Santa Catarina.

O SR. CANÍSIO WINKELMANN - Bom-dia a todos. Na pessoa do Deputado Volnei Morastoni cumprimentamos todos os representantes desta mesa.

Não gostaríamos de ser repetitivos neste instante, e acho que todas as entidades falaram o suficiente. E nós, em nome da Associação dos Hospitais, da Federação dos Hospitais, clínicas e laboratórios, temos uma posição concreta. Na qualidade de prestador de serviço, realizamos o trabalho e esperamos o pagamento. Não é mais suportável nas nossas Casas manter os serviços sem a contraprestação, que é o pagamento, e sermos exigidos por uma qualidade que a entidade, o Ipsc, não mantém.

Não temos mais condições de planejamento e de investimento junto ao Ipsc, para atendermos os usuários dentro das instituições, sem que haja com isso um cronograma de pagamento. Então, não podemos ser comparados com um botequim de esquina, um baile, um clube, onde possamos demitir conforme a necessidade.

O nosso trabalho é árduo dentro do segmento da saúde, pois necessitamos da continuidade do serviço, e chegamos quase às vésperas do dia 17 de abril praticamente na mesma situação que há trinta e sete dias atrás.

Acho que é lamentável essa posição do Governo, esse desprestígio aos catarinenses, essa situação. Nós, da Associação dos Hospitais, da Federação dos Hospitais, estamos, diante da situação proposta, viabilizando a paralisação dos serviços para o dia 17.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, senhor Canisio Winkelmann, Vice-Presidente da Associação dos Hospitais de Santa Catarina.

Passo agora a palavra, ao senhor Antônio Battisti, Presidente do Sintesp.

O SR. ANTÔNIO BATTISTI - Bom-dia a todos e integrantes da mesa.

Nós realizamos uma reunião recentemente na sede do Sindicato dos Médicos, juntamente com entidades médicas, sindicatos ligados aos servidores estaduais, Assembléia Legislativa, Prefeitura Municipal de Florianópolis, e debatemos coisas que já vimos conversando desde 1987, ou seja, há treze anos.

Primeiramente, a autonomia limitada, ou poderia dizer até a falta de autonomia, das ações da Presidência do Ipsc no que tange aos inadimplentes.

Em segundo lugar, que o Ipsc chegou ao fim, ou seja, vamos chegar ao final do ano com boa parte das nossas Prefeituras Municipais sem condição de pagar os servidores. O Governo do Estado, a continuar como está, vai chegar ao final do ano provavelmente com o 13º salário atrasado e talvez com duas folhas também atrasadas. Isso significa que tudo que estaremos fazendo aqui, mesmo forçando a cobrança dos oito milhões, ainda não resolverá a agonia crônica que vive o Instituto de Previdência.

Se o Instituto vive do recolhimento do servidor e se várias Prefeituras Municipais estão com seus salários atrasados há três meses, isto significa que muito das inadimplências das Prefeituras resultam inclusive do não-desconto do servidor, porque ele não recebeu o salário; outras porque as Prefeituras trabalham com os 8% como se fosse uma economia para aquele momento - paga o pouco que deve ao servidor e não recolhe os 8% que ficam dentro do fluxo de caixa. Então, eles nem têm o do caixa para pagar e para recolher para o Ipsc.

Esse é um problema conjuntural que vivemos, porque o primeiro é um problema político, é a falta de autonomia.

Um outro problema é a falta de responsabilidade para com os governantes, e a maioria dos integrantes da Assembléia Legislativa votam leis sucessivamente sem saber (ou sabem) o que votam, mas reservam-se ao direito de não preservar o direito mínimo dos 450 mil clientes que tem o Ipsc hoje, que são os nossos servidores e os nossos dependentes.

As pensões, como falou o Presidente do Ipsc, pularam de quatro mil para nove milhões, e isso recentemente, porque antes de 94 estava em dois milhões e meio. Portanto, elas tiveram em menos de três anos um aumento de 400%.

Agora vocês observem o que vai acontecer com o Ipsc tão logo a reforma administrativa e a reforma da Constituição estejam em vigor, quando o teto salarial, em nível nacional, deve ficar em 12.800 reais, quando, em efeito cascata, os Deputados Federais passam para 12.800 e os Deputados Estaduais passam para 70% desse valor. E pela Constituição, esse ponto não foi reforma e era para ter sido, mas continuam vinculados os salários dos Desembargadores, dos promotores, dos delegados, do Ministério Público ao salário de Deputado Estadual.

O curioso da reforma administrativa é que acabaram com a isonomia salarial dos servidores dos três Poderes, mas não acabaram com a isonomia salarial de quem efetivamente consome 70% da folha do funcionalismo aqui, e talvez em todos os nossos Estados brasileiros, talvez em nível nacional inclusive.

Nós temos um problema tão crônico no Instituto da Previdência que mesmo que transformássemos o instituto do Ipsc num instituto de previdência só para pagamento de pensões, poderíamos dizer que dentro de dois anos, no máximo três, teríamos toda a nossa contribuição, que daria de 9 a 12%, canalizada para pagamento de pensões. E conforme palavras do próprio Presidente do Ipsc, as 450 maiores pensões consomem aproximadamente 70% dos nove milhões de reais!

Isso é terrível, porque na situação, Deputado Volnei Morastoni, as pessoas que estão recebendo essas pensões não contribuíram para recebê-las. Então, nós queremos uma solução de imediato, que é não termos a paralisação dos médicos, não permitir que os nossos servidores passem por essa humilhação mais uma vez, no sentido de ficar sem assistência médica.

Segundo, nós queríamos, na verdade, que fosse constituído um fórum de debate com integrantes da Assembléia Legislativa, com as entidades representativas de servidores, professores, os três Poderes, com as entidades médicas, para que nós pudéssemos fazer a discussão, ver os pontos de vista que temos e qual a solução a médio prazo do Instituto da Previdência para o problema das pensões e para o problema da assistência médica e dos laboratórios.

Mas, de imediato, nós entendemos que esta Casa pode dar uma contribuição. Ela, que vota as leis, que permite que o Ipsc esteja na situação que está, deveria se preocupar neste momento com as 450 mil pessoas.

Portanto, nós não estamos falando em algo corporativo, estamos falando em algo que é sagrado, que é o direito ao atendimento da saúde. Estamos falando aqui que 10% da população de Santa Catarina vai ficar jogada à sua própria sorte, engrossando e prejudicando ainda mais o Sistema Único de Saúde, que já não comporta mais o atendimento em nosso Estado.

Então, o nosso pedido, por consenso, saindo da reunião na sede do Sindicato dos Médicos, é que desta reunião conclamásemos os demais Parlamentares a obstruir todas as votações aqui na Assembléia Legislativa como forma de chamar o senhor Secretário da Fazenda a assumir a sua responsabilidade, como forma de chamar a responsabilidade do Governador do Estado.

Na última paralisação que os médicos e os prestadores de serviço realizaram, uma repórter perguntou ao Governador se ele não estava preocupado com a falta de atendimento médico para os servidores. Ele disse que não estava nem um pingão preocupado, porque o servidor sabia que todos os hospitais do Sistema Único de Saúde estavam com as portas abertas para atendê-lo. Entretanto, ele manteve o desconto de 9,12% mensal nos nossos salários. Então, essa vai ser a resposta do Governador aos médicos.

Se os médicos paralisarem durante três meses, na verdade eles vão economizar os oito milhões de reais que o Ipsc deve a eles, e aí, daqui a dois ou três meses o Ipsc vai pagar sem precisar o Governador repassar. Isso é duro, mas isso é matemático, é a realidade.

Infelizmente, nós não conseguimos num momento deste levantar no conjunto dos servidores, porque sentimos necessidade de um atendimento bom quando ficamos doentes. Só que isto acontece de forma individualizada.

Então, Deputado Volnei Morastoni, estes são os nossos dois pedidos: conchamar aos Deputados para que não votem e exijam que o Secretário da Fazenda esteja aqui, porque não é a primeira vez que isto acontece, na época do Nelson Wedekin também acontecia.

E quanto ao nosso 13º salário, Deputado, cuja metade não foi paga, o desconto do Ipsc também não foi providenciado sobre essa parcela da folha de pagamento, que é grande. Portanto, essa seria uma forma de repassar imediatamente para o Instituto da Previdência sem entrar no mérito dessa dívida atrasada de oito milhões.

Então, eu queria trazer esta preocupação do 13º para os dois Deputados aqui presentes, pois nós queremos uma solução para o 13º salário, porque a coisa está sendo enrolada. O último Secretário, durante os quatro meses programou o pagamento para o dia 25, no mais tardar dia 30; no mês seguinte para o dia 12, no mês seguinte para o dia 17, e disse que antes de sair ele pagava. Pois saiu e não pagou, e estamos vendo o cronograma se estender, vai acabar batendo o 13º só no final do ano. Daí eles ficam um mês atrasados e um ano atrasados no 13º, e fica tudo certo!

Este é o nosso pedido, que eu acho um pouco forte, mas o momento exige decisões firmes e a decisão da Assembléia Legislativa, para que as entidades médicas não tenham que fazer essa paralisação, que para nós é nociva, mas entendemos e somos solidários a ela também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço ao Antônio Battisti, Presidente do Sintesp. Em nome dos servidores públicos, é importante o apelo que faz no sentido de envidarmos todos os esforços para evitarmos essa paralisação dos serviços.

Sem dúvida nenhuma, como parte dos encaminhamentos finais desta reunião, precisamos, ainda ouvindo as partes que têm que se manifestar, chegar a uma forma de poder resgatar esta dívida que a Secretária da Fazenda tem com o Ipsc em torno de oito milhões, que possibilitará a regularização dos pagamentos atrasados. Até porque uma vez colocados em dia, pela manifestação que o Presidente já proporcionou, há um fluxo de caixa que permite manter a regularidade dos pagamentos.

Portanto, é maior ainda neste momento a responsabilidade do Governo do Estado, porque proporcionada esta dívida de oito milhões, que, na verdade, a Secretaria tem com o próprio Ipsc, regulariza a situação e impede essa condição - que o Presidente do Sintesp, em nome dos servidores, coloca até como uma situação de humilhação, o que não deixa de ser -, para os servidores públicos estaduais, para todos os seus dependentes, seus familiares, de não poder dispor dos serviços do Ipsc em todo o Estado. E representam aí 10% da população do Estado.

Os demais encaminhamentos, depois, no final, vamos ver um a um. Mas precisamos caminhar no sentido de realmente garantir o

pagamento que o Governo tem com o Ipesc, na ordem de oito milhões de reais, para regularizar a situação.

Antes de passar a palavra ao Deputado Lício Silveira, deixo a palavra em aberto para outros representantes de sindicatos, de demais órgãos do Estado que queiram se manifestar.

Quero aproveitar também para anunciar aqui a presença do Prefeito Matias Weber, de São Ludgero, e do Vereador Dário Rodrigues Neto, de Urubici.

Com a palavra ao Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Senhores e senhoras, escutei atentamente todos os depoimentos feitos pelos componentes da mesa.

Agora, duas coisas chamaram-me a atenção com relação ao mesmo assunto: a carta que o Secretário nos enviou com relação à sua não-presença no dia de hoje e também o depoimento do Presidente do Ipesc, Ari Martendal.

O que eles disseram? O compromisso do Secretário de que, resolvendo o problema da venda das ações Casan, imediatamente repassaria em torno de oito milhões de reais.

Essa técnica - e quero colocar aqui que não tenho nada contra o senhor Ari Martendal -, eles vem usando aqui desde 1995. Uma hora é com AROs, outra hora é com Invesc, outra hora é com outros tipos de empréstimos.

Agora, quanto à Casan, se hoje está sendo feita de forma obscura a venda, ninguém sabe. Tenho trabalhado nisso incessantemente e ainda não sei como esses cidadãos que nos governam estão processando a venda da Casan. O que se sabe é somente através da imprensa, ou seja, que 49,9% das ações serão vendidas, que eles não podem vender mais do que isso, porque senão passaria o controle acionário, conseqüentemente teria que passar pela Assembléia. Como não pode passar por este Poder, serão vendidas 49,9% das ações. Esse percentual vai render um preço mínimo, pela modelagem que está sendo feita por esse banco, R\$75.000.000,00.

Ora, se já devem aos senhores 16 milhões de reais... Só às fundações educacionais devem 45 milhões de reais; à Defesa Dativa, em torno de 8, 10 milhões de reais; às creches, eles não repassam há cinco meses; aos bombeiros voluntários, há quase oito meses; o 13º, que eles vão pagar, são 70 milhões de reais que devem! Eu não sei de onde vão tirar o dinheiro vendendo a Casan para pagar os senhores. Francamente, não vejo como.

Estou só esclarecendo para o senhor não cair nessa, tem que achar um outro mecanismo para arrecadar esse dinheiro, porque, no meu modo de entender, já estouraram o dinheiro da Casan há muito tempo!

Isso para não falar da Invesc, e irei falar um pouco sobre a Invesc para que tenham conhecimento do que está acontecendo. E estou aqui falando desapaixonadamente, não por ser oposição ao Governo.

A Invesc foi a engenharia financeira do século. Criaram essa empresa de investimento há dois anos e seis meses, e neste período de operação só fez uma atividade: pegou 88 milhões de reais de ações ordinárias da Casan, jogou como lastro, lançou debêntures, buscando 104 milhões de reais no mercado. Dos 104 milhões de reais do mercado, 5,6 milhões de reais foram pagos em comissões. E sabemos para quem foi pago este valor, foi pago pelo senhor Fausto Solano, que tem um amigo René sei lá aonde.

Bom, sobraram 98,8 milhões de reais, que diziam que iriam aplicar na Saúde. Não vi praticamente nada aplicado neste setor. Em estradas, foi aplicado? Sim, foi aplicado. Foi aplicado em outros serviços? Sim, foi aplicado.

Posteriormente, esses 98,8 milhões de reais foram vencendo. Em 1996 teve um vencimento (são cinco anos para resgatar as debêntures), o Governo pagou, em 1996, 17,5 milhões de reais de juros desse dinheiro. Em 1997, pagou com o dinheiro das Letras, está no relatório do Tribunal de Contas. Em 1997, venceram 20,5 milhões de reais de juros, não tendo dinheiro para pagar, também devem esse valor.

Aí, o que os debenturistas, que são entidades financeiras poderosas, fizeram? Foram em cima do Governo. E o Governo veio com um solução diferente: vamos liquidar a Invesc. De que forma? Foram ver as contas. Os 100 milhões que estão lá de lastro, que são os 88 milhões de ações, corrigidos hoje valem 142 milhões de reais; mais 20 milhões que devem, são 162 milhões de reais; mais 17 que pagaram de juros, são 179 milhões de reais. Isso, 179 milhões de reais, em dois anos e cinco meses, para obter simplesmente 98,8 milhões de reais.

Ora, eu acho, e faço toda essa explanação, que temos que ter uma outra estratégia. Eu vi aqui perfeitamente órgãos do Estado inadimplentes. São 19 órgãos, está aqui nesta listinha que o nosso Presidente leu. Mas a maioria deles não repassa, e a Assembléia também não repassa, porque não estão recebendo os percentuais devidos aos Poderes. Então, como os Poderes têm condições de pagar o Ipesc? Não têm condições.

Então, essas 19 entidades, na sua maior parte, estão inadimplentes com o Ipesc, porque o Governo está inadimplente com eles. E ainda tem mais essa dívida, que nem coloquei ali, com as vendas das ações da Casan. Não vai ter dinheiro para pagar tudo nem com a venda do Besc.

As Prefeituras inadimplentes são em número de 56, e apenas três fizeram parcelamento, pelo relato do nosso Presidente do Ipesc: Florianópolis, Laguna e Tubarão. Foram só essas três.

Eu tenho notado, pela procura dos Prefeitos, a dificuldade deles parcelarem isso. Ora, é um dinheiro que tem que ser buscado a qualquer custo. As câmaras são em número de 35.

Bom, feita essa breve explanação, este breve relato, eu não creio que o Governo do Estado acerte o problema de vocês com a venda da Casan.

Então, vou tentar sensibilizar minha Bancada na reunião de hoje a este respeito, e dependendo da situação, vou também convidar algumas das autoridades que estão aqui em cima.

O primeiro passo, que eu acho que é unânime, e acho que o Presidente também vai dar este encaminhamento, é não votar mais nenhuma matéria do Governo. Eles vão ter que buscar dinheiro de algum lado. A Casan não tem. Mas vão ter que achar uma maneira, vão ter que pagar os senhores, porque é questão de saúde, em detrimento de outros setores. Isto eles fazem todo dia. Então, esta tem que ser uma medida a ser tomada imediatamente.

Precisamos de outra solução, pois temos que achar uma saída para esta negociação da dívida com as Prefeituras e com as Câmaras. Nós não podemos ficar naquele patamar. Temos que achar outros mecanismos, e aí o senhor pode contar conosco. O senhor pode fazer uma proposição aqui para a Casa, no sentido de facilitarmos mais o seu diálogo com as Prefeituras e com as Câmaras Municipais, porque é a única forma que temos de imediato para buscar recursos para que possa cumprir os seus compromissos.

Então, o senhor poderia fazer uma proposição fugindo dessa que aí está, que dificulta as coisas, como o senhor bem sabe, pois tem recebido uma série de Prefeitos nas suas audiências pedindo para fazer a negociação, mas não pode cumprir, porque são valores muito altos.

Então, o senhor mande uma proposição que eu tenho certeza de que as comissões específicas farão de tudo para aprovar este novo tipo de negociação.

Eu poderia me exceder um pouco mais, mas não vou. Poderia falar sobre os empréstimos que a Celesc fez. Foram feitos R\$130.000.000,00 em lançamento de ações. Este dinheiro vem dos Estados Unidos. São ações preferenciais que foram vendidas. Este dinheiro era para investir na Celesc, a maior parte, R\$60.000.000,00, foi para o adiantamento de ICMS que até hoje o Governo deve. E agora querem lançar mais R\$100.000.000,00.

Eu me preocupo com isto. É muito dinheiro, é a Invesc, são as letras. É uma fábula de dinheiro, é dinheiro para caramba, e devem para todo mundo.

Então, como o assunto hoje é específico, a saúde, eu acho que temos que tomar estas medidas, ou seja, a posição forte de não votar aqui no Plenário nenhuma matéria do Governo, a negociação da dívida com as Prefeituras e logicamente vamos achar uma outra solução para pensarmos um pouco mais no futuro do Ipesc.

Eu peço desculpas se me alonguei, mas fiz questão de fazer estes esclarecimentos, porque esta situação não é tão fácil. Os senhores podem ser levados pela promessa do Governo do Estado de que só vendendo a Casan resolve, e não é só isso aí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço ao Deputado Lício Silveira e convido o Deputado Wilson Wan-Dall, que é membro da Comissão de Saúde, para que possa fazer parte da mesa. É importante também, porque é Líder da Bancada do PFL, e com certeza esses encaminhamentos aqui propostos, como os de obstrução das votações de interesse do Governo, precisam da aceitação, da participação dos Líderes de Bancada.

Quero também anunciar a presença do senhor Orlando Kurts, representante do Sindicato Único dos Servidores Públicos de Blumenau, do senhor Pedro Linhares, Coordenador-Geral deste sindicato em Blumenau, do senhor Jucélio Voltolini, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde da Grande Florianópolis, da Deputada Ideli Salvatti, que já está presente e depois já vai nos prestar informações sobre esta Comissão Especial que realiza uma auditoria com técnicos do Tribunal de Contas sobre o Ipesc.

Eu passo a palavra agora ao João Batista Berto, Secretário-Geral do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina.

O SR. JOÃO BATISTA BERTO - Sou Secretário-Geral do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina, Presidente da Associação Médica Regional de São José, também sou servidor do Estado e usuário do Ipsc.

Hoje mesmo, antecipando-me à greve dos servidores de Saúde, levei meu filho para fazer um exame no laboratório antes que chegue o dia 17. A frase que o Battisti citou do Governador, quando se pronunciou junto ao repórter, demonstra não só a irresponsabilidade de um Governo, mas a insensibilidade e a ignorância de um governante, porque o não-atendimento dos 450 mil, quase 500 mil usuários do Ipsc, significa um prejuízo para os cinco milhões de cidadãos desse Estado.

Não são só os 450 mil que vão ficar no prejuízo, porque quando esses 450 mil forem para a porta do SUS, estarão concorrendo, e nós sabemos a situação que está hoje, estarão concorrendo com todo o resto da população de Santa Catarina, com exceção daqueles que podem fugir desse Estado ou mesmo pagar uma consulta particular.

Então, a insensibilidade e a ignorância do Governador chega ao ponto de desconhecer que o não-atendimento aos 450 mil usuários do Ipsc significa prejuízo a toda a população de Santa Catarina.

Se os Deputados não se sensibilizarem com os 450 mil usuários do Ipsc, por favor, se sensibilizem com os cinco milhões de cidadãos de Santa Catarina. Nós temos que pensar em uma forma de devolver para os orçamentos dos respectivos organismos estaduais essas pensões, que são pagas através do Ipsc hoje, como antigamente eram feitas.

Se nós quisermos viabilizar o Ipsc daqui para a frente, nós precisamos tirar esse ônus do Ipsc de pagar alguma coisa que nunca recebeu, porque essas pessoas nunca contribuíram para o Ipsc para hoje estar recebendo a pensão pelo Ipsc.

Precisamos de uma lei que possa ser feita na Assembléia para que as pensionistas do Tribunal de Justiça recebam pelo orçamento do Tribunal de Justiça, para que as pensionistas desta Casa recebam pelo orçamento da Assembléia e assim por diante, que não recebam mais pelo Ipsc, a não ser que a gente consiga voltar ao passado e fazer com que essas pessoas que já morreram contribuam para o Ipsc. Como isso não é possível, nós só temos uma saída: devolver essas pensões para os órgãos de origem.

Para o Ipsc não vai ser mais viável, principalmente com essa oneração que vai ser cada vez mais crescente, o Presidente sabe disso, porque os valores dessas pensões tendem a crescer numa progressão geométrica, não apenas aritmética.

Eu acho que duas questões são importantes: a primeira é o bloqueio de toda a votação aqui na Assembléia, através da sensibilização dos Deputados para uma resolução imediata. Uma outra resolução, que é mais para o futuro, é que nós tenhamos uma desoneração do Ipsc em relação a essas pensões.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado a João Batista Berto. Já é uma proposta que depois vai ser acatada e avaliada por essa comissão mista de trabalho, ou seja, a proposta de um futuro projeto para o Ipsc.

Estão inscritos para falar Jucélio Voltolini, do Sindicato dos Servidores da Saúde de Florianópolis, e o senhor Braz Vieira, Diretor da Federação dos Hospitais.

O SR. JUCÉLIO VOLTOLINI - Senhor Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, senhores Deputados, eu gostaria de trazer uma outra preocupação, além da já falada, com relação aos usuários do Ipsc, porque o nosso Sindicato representa tanto os trabalhadores da área pública quanto na área privada, e a crise do Ipsc nos tem gerado uma série de transtornos.

O Canisio, aqui presente, também Presidente do Sindicato dos Hospitais e Clínicas da Região da Grande Florianópolis, e eu nos sentamos algumas vezes para a negociação de salários. E quando se tem negociação de salários, se tem presente crise no Ipsc e com isso dificuldade para todos os trabalhadores na saúde e também na área privada.

Hoje temos inúmeras clínicas e laboratórios partindo para a redução dos seus quadros funcionais devido à falta de pagamento e aos valores baixos pagos pelos serviços, mas principalmente pelos valores atrasados. Então, nós temos duplamente a preocupação com relação a uma solução para essa crise do repasse da prestação de serviços pelo Ipsc.

Nós gostaríamos de empenhar também o nosso desejo em cima da proposta que já foi levantada com relação ao bloqueio nas votações de todos os projetos de origem governamental, deixando somente a tramitação nesta Casa Legislativa de todos os projetos de origem do Legislativo e não de origem do Executivo, para tentar de uma

forma pressionar o Governo do Estado para que dê sim aos servidores e aos trabalhadores, o que ele não tem feito, ou seja, ele não cumpre promessas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado! Com a palavra o senhor Braz Vieira.

O SR. BRAZ VIEIRA - Senhores Deputados, senhores membros da mesa, eu gostaria de manifestar o inconformismo e a indignação com a falta de vontade, ou a falta de manifestação, do Governo em solucionar esse problema, e tem falado muito que é em benefício dos catarinenses, mas não é o caso.

Não é concebível que o Secretário da Fazenda recém-nomeado use a mesma prática de estar ausente e de deixar o Presidente do Ipsc sem o respaldo suficiente para dar uma posição a uma rede prestadora de serviço, eis que tem uma assembléia marcada para o dia 19, a qual vai ser levada a efeito, e as decisões vão ser tomadas, e não acontece nada!

Simplesmente o Presidente do Ipsc apresenta para nós quem são os seus devedores e não apresenta uma posição firme por parte do Governo, não dispõe dessa posição do Governo para dizer qual posição vai ser tomada em relação à assembléia do dia 19.

Eu ratifico também aquela colocação do Battisti de que se deva fazer o bloqueio de todos os projetos do Governo. Em 1996, os senhores estão lembrados, o Governo, pela pressão que foi feita, depois daquele bloqueio das suas contas, dos projetos de seu interesse, fez uma manifestação. Só que a negociação feita foi com o parcelamento de seis meses, e para rede hospital não interessa esse tipo de projeto.

Reforçando este projeto da Deputada Ideli Salvatti, sugiro de se fazer um estudo efetivo, no sentido de se buscar efetivamente alternativas que viabilizem o Ipsc como uma entidade de assistência à saúde dos seus usuários. Acho que Santa Catarina merece e precisa ter isso com uma certa urgência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Obrigado, senhor Braz Vieira, Diretor da Federação dos Hospitais de Santa Catarina.

Com a palavra a senhora Deputada Ideli Salvatti, que também prestará informações a respeito da Comissão Especial, que já foi instalada em novembro do ano passado e que tinha entre as suas atribuições um trabalho de aditar as receitas e despesas, pagamentos de pensões, entre outras várias atribuições aqui relacionadas ao Ipsc.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, eu quero cumprimentar todos os membros da mesa. Nós estamos com esta Comissão constituída desde o mês de novembro, esta Comissão é composta pelo Deputado Lício Silveira, Deputado Herneus de Nadal, Deputado Norberto Stroisch, eu e o Deputado Jaime Mantelli.

Nós estivemos no Ipsc acompanhados com técnicos do Tribunal de Contas no início de dezembro e estabelecemos os assuntos prioritários a serem aditados. Nesses assuntos que seriam aditados estão a questão de receita e despesa do Ipsc, em especial o pagamento das pensões, a venda das ações da Celesc, já comentada na mesa, a retenção de consignações e de repasse referentes a desconto em folhas de servidores. Seriam estes os quatro pontos em especial.

Estabelecido isto, nesta audiência, os técnicos do Tribunal de Contas realizaram os seus trabalhos. Inclusive, no mês de janeiro, quando o Tribunal estava em recesso, um dos funcionários do Tribunal de Contas permaneceu em atividade fazendo esta auditoria.

Depois desta decisão, o Deputado Lício Silveira já esteve em conversa com o Dr. Moacir Bertoli, e umas quatro semanas atrás nós também tivemos audiência com o Dr. Moacir para saber do andamento da auditoria. Fomos informados que os técnicos estavam na fase final deste levantamento, e a orientação do Dr. Moacir Bertoli foi de que nós designássemos servidores da Casa, servidores da Assembléia, para que pudessem integrar a Comissão, agora, nesta fase final, de tal forma a podermos ter acesso ao resultado da auditoria, inclusive, antes dos procedimentos, porque o Tribunal tem todo um cronograma de procedimento, de prazos, de tempo para as explicações do órgão.

Então, para que nós não ficássemos presos aos prazos que o Tribunal de Contas é obrigado a cumprir, a designação de representantes de funcionários do Poder Legislativo junto ao Tribunal de Contas facilitaria a obtenção desses dados já aditados pelos técnicos do Tribunal.

No dia 06 de abril, a Presidência da Assembléia Legislativa já designou três servidores, Florindo Testoni Filho, Técnico de Atividades aqui, na Casa, o Claudemir Levandro Cazzoni, que é Secretário Parlamentar, e o Manoel Renato Back, que é Contador efetivo da Casa.

Então, esses três servidores estão designados para, junto à equipe de auditoria do Tribunal de Contas, obter a documentação que é do nosso interesse.

Então, nós estamos, dia 6 de abril, providenciando que esses servidores possam obter os dados para podermos fazer a análise pela Comissão a partir da documentação que nos chegar em mãos.

Além das informações, eu gostaria de fazer uma observação. O Ipsc não tem solução. Do jeito como está não tem solução! Se não conseguirmos resolver o impasse criado pela questão das pensões integrais, se não conseguirmos mexer nisso, não tem solução para o Ipsc a partir da contribuição dos servidores, porque pela contribuição dos servidores o Ipsc, antes das pensões integrais, se mantinha e se mantinha, inclusive com atendimentos que, hoje, quando nós lembramos, até nos arrepiam, porque o Ipsc concedia empréstimo pessoal, concedia empréstimo odontológico, para a habitação, enfim.

É uma história do Ipsc que só podemos atribuir, evidentemente, ao fato de que aquilo que os servidores contribuíam com o Ipsc era suficiente para a sua manutenção, até porque a falta do repasse da parte patronal, esta, é histórica. Mesmo quando tínhamos todos esses benefícios do Ipsc, o patronal não repassava, tanto que a dívida do Estado com o Ipsc é de aproximadamente 640 milhões. Certo, então esta dívida não se acumula em um dois anos, mas se acumula em décadas.

Portanto, entendemos que a situação das pensões é aquilo que criou o agravamento da crise do Ipsc. Então, eu não sei, Jucélio, se parte somente para a história de devolver as pensionistas para os órgãos de origem, porque eu ainda acho que isso ainda é muito pouco.

Nós temos decisão de Justiça em nível federal proibindo pagar além do teto. Mas o Governo do Estado se baseia pelas decisões aqui, do Tribunal de Justiça, que concede pensão integral.

Então, precisaríamos ter uma solução legislativa, jurídica, que buscase resolver a questão das pensões. Eu acho que esta é uma situação possível de ser mexida, de ser modificada a sua relação.

Na questão do débito, dos patronais, da parte patronal, da questão das Prefeituras, eu acho que aí nós teríamos também que ter algumas ações.

Mas continuo achando, desde quando a amaldiçoada lei foi aprovada no final de 94, que a questão das pensões integrais foi o verdadeiro enterro do Ipsc. E precisaríamos de uma vez por todas ter a capacidade de transformar o Ipsc num órgão administrado por quem o sustenta, que são os servidores.

Hoje o Ipsc (não é só de hoje, há muito tempo) é administrado contra o interesse daqueles que o sustentam, contra o interesse dos servidores. Os servidores não têm poder de decisão no Ipsc, apesar de sustentarem esse Instituto exclusivamente. A arrecadação do Ipsc é exclusiva de servidor e o servidor não é ouvido, ele não tem poder de decisão em nenhuma instância do Ipsc.

Não temos Conselho Deliberativo dentro do Ipsc, com participação de representação dos servidores, e nós, do movimento sindical do funcionalismo há muito tempo defendemos a eleição direta para o Presidente do Ipsc e não a nomeação como cabo eleitoral de Governos.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Bem, Deputada Ideli Salvatti, inclusive um dos propósitos desta reunião é a constituição de uma Comissão Mista de Trabalho que vai se debruçar sobre essas propostas para se rediscutir o modelo institucional, a gestão do Ipsc. Esse é um dos objetivos.

Agora, independente de termos uma solução futura para o Ipsc e de medidas que podemos tomar já ainda neste Governo, nesta nossa Legislatura, sem dúvida, como já dissemos anteriormente, nós precisamos estabelecer um prazo dessa Comissão Mista de Trabalho e termos um projeto que possamos debater com os candidatos ao Governo do Estado, já que é um ano eleitoral. E além do que possamos avançar neste ano, possamos ter também o compromisso assumido com o futuro Governo do Estado.

Também independente da crise gerada pelas pensões milionárias de uma parcela privilegiada em relação ao Ipsc, ainda assim o Ipsc hoje tem um fluxo de entrada e saída equilibrados. O problema crucial aqui, através inclusive desta reunião, é podermos nos encaminhamentos agora, de hoje para amanhã ainda, junto à Secretaria da Fazenda, buscar uma parcela de R\$8.000.000,00, que é uma dívida que a própria Secretaria tem com o Ipsc. Ou seja, regulariza as duas parcelas atrasadas; das três parcelas, uma está sendo paga hoje, e esse repasse possibilita a regularização das duas outras parcelas vencidas uma em 15 de março e outra a vencer em 15 de abril. Regulariza a situação e dá para manter o equilíbrio, depois, ainda, com o fluxo de caixa também que está vindo desses parcelamentos junto a Prefeituras e órgãos do próprio Poder Público, os quais são devedores ao Ipsc.

Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Udo Wagner, que é membro da Comissão de Saúde. E antes de passar a palavra ao Deputado Wilson Wan-Dall, o Presidente Ari Martendal está solicitando um aparte, então, eu vou proporcionar a palavra ao Presidente do Ipsc em primeiro lugar.

O SR. ARI MARTENDAL - Eu queria solidarizar-me com a Deputada Ideli Salvatti, que esteve visitando o Ipsc.

Passai todos os dados que foram solicitados e realmente concordo. Realmente quem sepultou definitivamente o Ipsc foi a Lei Complementar nº 129, de 07 de novembro de 1994, que deu as pensões integrais acrescentadas a triênios e gratificações. Um absurdo! Isso elevou a mais do que o dobro. Eu gastava na época em torno de quatro milhões e foi para nove milhões e duzentos.

Então, é um dado interessante. São sete mil e trezentas e poucas pensionistas. Quinhentas e trinta e uma pensionistas recebem 47.6 desse valor. Então, quinhentas e trinta e uma recebem mais do que seis mil e quinhentas.

Então, isso é uma distorção muito grande que existe.

Agora, eu só queria fazer uma ressalva à questão dos devedores. Hoje o grande problema, principalmente de não-repasse inclusive da cota previdenciária do funcionário, são os Poderes Públicos. E eu tive a preocupação, antes de vir para cá, de pegar uma certidão junto à Fazenda sobre o que realmente o Governo deve para alguns órgãos, essas autarquias.

Para um o Governo deve 16 mil, me deve 8 milhões, então, não tem comparação. Ao Ministério Público, por exemplo, o Governo não deve nada. Ele já recebeu, até ele tem um crédito negativo, ele recebeu mais do que o Governo deveria repassar. Eu tenho a certidão. Então, ele me deve quatorze milhões.

Agora, ele recebe o duodécimo. Eles têm que gerenciar esse recurso. Agora, é uma forma fácil não repassar ao Ipsc o recurso. E hoje me preocupa (e coloco isso a público) o seguinte: por exemplo, ontem, na segunda-feira, era o dia de pagamento e o Tribunal de Justiça não repassou o recurso, que é mais de um milhão, e nem o que ele descontou do servidor.

Então, todos esses fatos têm que ser discutidos claramente, sem conotações políticas. E acho que é importante. A instituição só é viável desde que realmente não tenha conotações político-partidárias dentro do Ipsc.

Eu sou Presidente, porque o sistema hoje funciona desse tipo. Mas sou plenamente favorável de que ele não tenha nada de indicações políticas ou cargo comissionado, que é uma estrutura monstruosa. E eu também sou vítima de todo esse sistema.

Eu sou Presidente, mas tenho indicação e às vezes não posso cobrar competência de gerentes e diretores, porque não são indicados por mim e talvez nem tenham as qualificações devidas.

Então, louvo a idéia da Deputada Ideli Salvatti, porque tem que ser por esse caminho a discussão.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Agradeço ao Presidente do Ipsc e posso a palavra ao Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente da Comissão, demais membros, convidados, diretoria do Ipsc e demais presentes aqui no plenarinho da Casa, realmente, eu acho que um ponto fundamental foi tocado aqui. A gestão do Ipsc tem que ser mudada, senão, não tem como funcionar.

Eu cheguei um pouco tarde à reunião, até porque nesta Casa tem muitas reuniões de Comissões no mesmo horário, e já estão me chamando, porque na Comissão de Finanças precisam de mais uma pessoa para dar quórum, e tenho lá quatro projetos para relatar.

O Ipsc precisa mudar o jeito de administrar. Eu acho que o Ipsc, pelos depoimentos aqui, está mais quebrado do que arroz de terceira. Tem que haver uma maneira para solucionar o problema.

Agora, também não é justo que o funcionário desconte da sua folha e não seja repassado ao Ipsc. As próprias Prefeituras e o próprio Governo, quanto à sua contribuição patronal, também não repassam. E agora, eu tive a surpresa de saber que o Ministério Público, que é o órgão que tem que mostrar exemplo, que é o vigilante da coisa, também não está em dia com a sua contribuição. Tem alguma coisa errada nesse negócio.

A Comissão mista, eu acho, pode contribuir muito para ajudar a solucionar esse problema. Eu quero dizer que como Líder do PFL eu não reuni a Bancada, mas eu, pessoalmente, acho que temos que tomar uma decisão: não votar nada o que é do Governo enquanto não resolver esse problema!

Vou levar isso à Bancada, mas eu, Wilson Wan-Dall, Líder do PFL, vou tomar essa posição e vou consultar a minha Bancada para ver se, em conjunto, tomemos essa posição, porque não é possível deixar do jeito como está! Temos que resolver essa situação!

Então, contem conosco.

Senhor Presidente, eu vou me retirar um pouco para dar quórum na Comissão de Finanças e se houver possibilidade, ainda retorno para cá. Mas a nossa Bancada do PFL está junto neste processo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Eu agradeço, Deputado Wilson Wan-Dall, e passo a palavra ao Deputado Udo Wagner.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Eu apenas queria registrar e solidarizar-me com o Presidente do Ipsc pela sua coragem. Alguém que exerce um cargo de presidência e indicado pelo Governo ter essa posição, tem que ter coragem e personalidade. Por isso, quero parabenizar V.Exa.

Eu penso que as medidas só são tomadas quando o caos está instalado totalmente. Eu vejo isso em muitas questões abordadas em qualquer administração. E para mim a administração pública está falida nos diversos estágios. Isso já é histórico. Mas parece que as providências só são tomadas quando realmente não tem mais saída! Ai se vê a barbaridade dos privilégios, de uma minoria recebendo a maioria e a maioria recebendo migalhas. Alguma coisa tem que ser feita, sim!

Eu acho que a Assembléia sempre teve e terá esse grande papel como intérprete do desejo da população e, desta vez, dos usuários do Ipsc, que sempre se viu como modelo e hoje está falido. Alguma coisa tem que ser feita, sim!

A nossa Comissão de Saúde sempre tem estado atenta a esses problemas, mas eu acho que agora chegamos numa parede, e algo tem que acontecer.

Por isso, eu quero deixar de público o meu registro pelo posicionamento claro do Presidente e que as coisas têm que ser administradas com competência. Se a iniciativa privada, até pressionada pela globalização, tem que enxugar custos, tem que diminuir despesas para ser eficiente, porque o setor público não tem que ser?

Então, é a hora e a vez de ter uma posição clara com relação a esse assunto.

Eu quero ser solidário e participe da mudança dessa estrutura que é necessária ser implantada.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Eu agradeço, Deputado Udo Wagner.

Em função do adiamento da hora e de todas as manifestações, vamos para os encaminhamentos finais das propostas aqui apresentadas.

Sem dúvida há várias propostas apresentadas, com essa que diz respeito a situação de pensionistas e outras propostas de gestão do Ipsc, dos servidores públicos, que ficam remetidas para a Comissão Mista de Trabalho, que devemos restabelecê-la agora, aqui.

O problema mais urgente, imediato, sem dúvida, é essa situação gerada até pelo indicativo de paralisação da prestação de serviços aos usuários do Ipsc a partir do dia 17, na próxima sexta-feira.

O Sr. Battisti - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra o senhor Battisti.

O SR. BATTISTI - Considerando essa disposição de Líderes de Partidos, da Comissão de Saúde, em constituir a Comissão e até não votar nenhum projeto, eu acredito que deveríamos também buscar uma fórmula de não prejudicar o nosso servidor e rediscutir a possibilidade de não termos uma paralisação já no dia 17.

A paralisação deve ser, sim, um instrumento para ser colocada a partir do momento desta Assembléia não tomar posição, para ela ser responsabilizada, no momento que o Judiciário não tomar posição, num momento que o Ministério Público não tomar posição!

Essa paralisação dos médicos tem que ser julgada não só contra os servidores, deixando-nos numa berlinda, mas contra os Poderes, contra quem efetivamente tem condições de solucionar!

Então, esse é um pedido que estamos fazendo, enquanto entidade representante dos servidores para as entidades, para uma classe que, democraticamente, com autonomia, vai deliberar na assembléia do dia 17.

Agora, temos que ter uma aceno mais concreto da Assembléia Legislativa no sentido de efetivamente oficializar, a partir das Bancadas, a sua disposição concreta de não votar, porque isso cria um obstáculo muito grande para o Governo do Estado.

Mas se também tiver uma paralisação do atendimento da Saúde, essa paralisação não serve como pressão em cima do Governo neste momento, serve, sim, contra os servidores.

Então, sei que não é possível antecipar nada, mas é uma reflexão que estamos colocando na mesa, no sentido de buscarmos o menor prejuízo possível para o Governo e uma maior classificação possível.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - A proposta seria que as entidades médicas prestadoras de serviços reavaliassem, então.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Desde que na data da assembléia a Assembléia Legislativa, a partir das Bancadas, tomasse a posição de suspender todas as votações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Antes de passar a palavra ao doutor Remaclo, eu gostaria de concluir os encaminhamentos da seguinte maneira.

Nós temos que constituir aqui essa Comissão mista pelos Deputados da Comissão de Saúde ou Líderes de Bancada, ou por Deputados de todos os Partidos, juntamente com prestadores de serviços e com representação, aqui, das entidades dos servidores.

Essa Comissão mista, neste momento, vai ter, inclusive, a responsabilidade de, a partir desta reunião, acompanhar os desdobramentos, as negociações que teremos a respeito dessa situação mais imediata e ao mesmo tempo estabelecer um calendário de reuniões para começar a elaborar esse projeto futuro do Ipsc.

Então, um encaminhamento seria constituir aqui essa Comissão mista, com essa representatividade onde todas entidades e o próprio Ipsc devem estar presentes - os prestadores de serviços, as entidades médicas, os servidores públicos e os Deputados Estaduais.

Em segundo lugar, o propósito da Comissão de Saúde é no sentido dos Deputados da Comissão de Saúde, a partir desta reunião, já agora, em Plenário, buscarem conversa com os Líderes de Bancada, através de uma reunião com Líderes de Bancada, a Presidência da Casa e a Mesa Diretora, para dar conhecimento dos encaminhamentos das propostas desta audiência pública sobre a situação emergencial do Ipsc, propondo duas questões.

Primeiro: essa questão da obstrução das votações, de não se votar nenhuma matéria de interesse do Governo enquanto não ficar regularizada essa situação financeira de repasse ao Ipsc e, consequentemente, aos prestadores de serviços, com o objetivo, então, de se evitar essa paralisação.

Segundo: assim como na outra audiência pública, e mais uma vez lamentando a ausência da Secretaria da Fazenda, num esforço conjunto da Comissão de Saúde, dos Líderes de Bancada e da Presidência da Casa estabelecermos contato imediatamente com a Secretaria da Fazenda, convidando o Secretário para uma reunião aqui, na sala da Presidência, hoje ou amanhã, ou, caso contrário, na própria Secretaria, com o objetivo de podermos obter da Secretaria esse compromisso do repasse imediato de 8 milhões de reais, um valor que pode, inclusive, regularizar de imediato a situação.

Então, entendo que ao mesmo tempo que nós encaminhamos a proposta da obstrução das votações até segunda ordem, também faremos todos os esforços no sentido de, hoje ainda ou no máximo até amanhã, podermos ter esse encontro com o Secretário da Fazenda, através de uma reunião que a princípio, e vamos solicitar, esteja aberta para a presença, além dos Deputados Estaduais, também dos representantes das entidades dos prestadores de serviços, porque na outra vez o Secretário da Fazenda exigiu uma reunião exclusiva com os senhores Deputados.

Então, vamos gestionar no sentido de que possamos submeter essa reunião em conjunto ou no mínimo com os Deputados, com a Presidência da Casa, com os Líderes de Bancada, com os Deputados da Comissão de Saúde, para que possamos obter esse compromisso da Secretaria da Fazenda de hoje para amanhã.

Acho que temos todos os motivos, todas as justificativas; existem todas as razões para que possa haver esse compromisso urgente do Governador do Estado, até porque, e o Deputado Lício Silveira fez a avaliação aqui, a depender da questão da rolagem da dívida, de deliberação de recursos do BNDS, ou da própria venda de ações da Casan, quer dizer, não podemos ficar, em absoluto, nessa dependência para resolver a situação imediata.

Pagando esses 8 milhões que a Secretaria deve ao Ipsc, regulariza-se a situação, mantém-se o equilíbrio dos pagamentos, enquanto nós vamos debater esse projeto futuro para o próprio Ipsc.

Então, da parte do Deputado Lício Silveira, do Deputado Udo Wagner, que estão aqui ainda pela Comissão, a proposta seria de agora já, em Plenário, eis que ainda há sessão, nós precisaríamos providenciar esse encontro com os Líderes de Bancada, com a Presidência da Casa, para tratarmos sobre esse assunto e podermos dar esses encaminhamentos no decorrer desse dia.

Com a palavra o doutor Remaclo.

O DOUTOR REMACLO FISCHER - Vimos com bastante satisfação que as diversas representatividades de diversos Partidos praticamente são unânimes em identificar os problemas de gestão, seja administrativo ou político. AS manifestações são muito claras numa situação que nós temos lutado muito, que é uma alternativa, a criação de uma alternativa nova de gestão do Ipsc, uma modificação na estrutura.

Então, ouvimos os representantes do PPB, do Partido dos Trabalhadores, do PFL. Não tivemos uma manifestação dos Deputados, hoje, do Governo, das lideranças do PMDB, mas parece que há uma nítida intenção em mexer na real causa desta ferida que aflige todos os servidores públicos estaduais e com reflexos claros sobre os prestadores de serviços.

Esperamos que isso prossiga, que não fique apenas nos discursos e que eventualmente quando esse problema venha para a pauta de proposta, para a pauta de votação, esses mesmos posicionamentos sejam confirmados.

Respondendo ao colega Battisti, quanto à questão da paralisação, a assembleia do dia 10 de março definiu que a abertura da assembleia já é para discutir os mecanismos de paralisação. Nós não vamos votar paralisação ou não vamos discutir os mecanismos, caso os débitos não sejam quitados até esse momento.

É claro que existem aqui, e à medida que existam propostas concretas, ou seja, propostas de encaminhamentos políticos do Legislativo, nós precisamos ter propostas claras do Governo Estadual, à medida em que haja um posicionamento forte da Casa Legislativa.

Precisamos ter propostas claras do Governo Estadual até a data da assembleia, para se abrir a discussão novamente de um posicionamento. Eu reforço que a situação dos prestadores de serviços é muito difícil. Está praticamente insustentável a sua manutenção.

Estou trazendo essas considerações para novamente enfatizar: nós, durante oito meses, estamos negociando e temos procurado ao máximo não ser radicais e chegar ao momento de paralisação.

Então, reivindicamos que tenhamos hoje uma proposta clara da parte legislativa de se obstruir as votações, mas também uma proposta clara do Executivo no sentido de se trazer propostas para o saneamento das dívidas atuais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Pela ordem, senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Eu só gostaria de fazer um outro encaminhamento: acho que V.Exa. não colocou no resumo que eu fiz uma solicitação ao Presidente para que faça uma proposta à Assembleia, se for o caso, por parte do Ipsc, a respeito do processo de renegociação com as Prefeituras e Câmaras.

Eu peço licença, porque nós temos Plenário agora à tarde.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Certo! Muito bem, está aqui anotado. A proposta do Deputado Lício Silveira é de que a Assembleia Legislativa coloque-se à disposição para auxiliar nesse processo de negociação com as Prefeituras Municipais, com as Câmaras Municipais, nessa questão de parcelamento das dívidas.

Aliás, já começaram a tratar dessa questão com os Líderes de Bancada e com a Mesa Diretora. Nós vamos finalizar, até porque precisamos ir ao Plenário.

Fica, então, restabelecida essa Comissão Mista de Trabalho, com a participação dos prestadores de serviço, das entidades que aqui participaram dessa reunião, como os representantes das entidades médicas, os prestadores de serviços, as entidades sindicais que representam o universo dos servidores públicos estaduais, do próprio Ipsc e dos Deputados Estaduais.

Eu, inclusive, diria o seguinte: essa Comissão teria que ficar meio que de sobreaviso, porque, dependendo do andar da carruagem, de hoje para amanhã haverá a necessidade de algum chamamento para uma reunião mais emergencial.

Independente dessa reunião emergencial, eu até proponho para amanhã de manhã, às 8h30min, já uma reunião dessa Comissão, rápida, de uma hora, para podermos encaminhar um plano mínimo de trabalho. Essa reunião pode ser numa das salas de reuniões aqui, da Assembleia, para podermos dar encaminhamentos. Já faríamos um informativo de como está a tentativa de negociações de hoje para amanhã, a posição das Lideranças, da Mesa Diretora, dos Deputados, e poderíamos tirar alguns encaminhamentos.

Nós vamos ter que estabelecer um dia de reunião, um horário. Enfim, tem que acertar um plano de trabalho, um cronograma mínimo de atividades, para podermos dar andamento já aos trabalhos da Comissão, porque já vem o final de semana, o feriado. Quer dizer, o tempo vai passando e precisamos estabelecer já de imediato um plano de trabalho.

Eu proponho que amanhã, então, às 8h30min, estejam aqui todos os representantes de cada entidades, para, digamos, restabelecer esse encaminhamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Presidente, só um minuto, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Pois não!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - O senhor deu uma idéia que é importante, e eu acho que esse deveria ser o primeiro passo: convocar ou ir até o Secretário uma Comissão de Deputados ou seja lá de quem for, porque ele daria a palavra final, ele é que daria as condições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Nós vamos tratar disso a partir desse momento, agora, vamos envidar todos os esforços para...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO - Eu acho que seria o primeiro caminho. Inclusive, a própria Fazenda tem mecanismos de bloquear esses que estão retendo o dinheiro dos funcionários, dos Poderes Públicos. Em vez de repassar cinco milhões, desconta lá o valor do Ipsc. Poderia fazer tudo isso!

Enfim, eu acho que isso poderia ser tratado com o Secretário da Fazenda, porque é muito importante essa idéia do senhor.

O SR. ANTÔNIO BATTISTI - Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Pois não!

O SR. ANTÔNIO BATTISTI - Eu entendo o seguinte: as entidades médicas estão chamando à assembleia para sexta-feira, e, portanto, eles têm que ter algo de concreto, além da vontade de decisão política, até esta data.

A solicitação é que o Presidente da Comissão faça o relato ainda hoje em Plenário, se possível, para que as Bancadas tomem posição frente a esse nosso pleito de não votar nenhum projeto.

Sabemos que não existem grandes projetos importantes, mas há a viagem do Governador para participar de uma atividade do Mercosul. Seria constrangedor para um Governador ser proibido de viajar.

Entretanto, também não é um bom exemplo para os demais países termos um Governador viajando sabendo que 450.000 pessoas ficam sem atendimento médico.

Essa decisão tem que chegar até sexta-feira para as entidades, seja no sentido do bloqueio da votação dos projetos, seja no sentido inclusive de proibir viagens do Governador, para eles sentirem que a coisa é realmente para valer e na perspectiva de pressionar o Secretário da Fazenda para estar aqui amanhã de manhã!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - Sim!

O SR. ANTÔNIO BATTISTI - Mesmo que ele não tenha o que dizer, mesmo que ele não saiba o que fazer, nós na conversa poderemos encontrar uma saída que talvez para ele seja difícil politicamente assumir, mas a base do conjunto, do coletivo, assumindo a responsabilidade, ele poderá tomar algumas medidas.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Volnei Morastoni) - É isso!

Também fica o apelo aqui às entidades médicas, aos prestadores de serviço, embora, como bem disse o Dr. Remaclo...

Eu inclusive participei daquela assembleia do dia 10 de março, a convite da Associação Catarinense, das entidades médicas. Eu participei daquela assembleia geral, onde houve o encaminhamento no sentido de que a assembleia do dia 17 seja aberta já com os encaminhamentos sobre a paralisação dos serviços em si, porque a decisão já estaria tomada.

De qualquer maneira, naturalmente, no início da assembleia sempre poderá haver uma reconsideração disso. Quer dizer, poderá ser apresentado ao plenário - fica esse apelo aqui, em nome dos servidores públicos a possibilidade - até em função dessas tratativas que a Assembleia vai proporcionar internamente, aqui, na obstrução das votações, e também no empenho de ter essa audiência com o Secretário da Fazenda - de protelar até segunda ordem também essa decisão da paralisação do atendimento.

Quer dizer, é um apelo que fica aqui, digamos, para ser apresentado à assembleia geral, como um apelo que partiu dessa audiência pública, de todas as partes aqui envolvidas, em função, então, dos encaminhamentos aqui propostos.

Então, a continuidade dos trabalhos fica a partir dessa Comissão Mista, como ela foi proposta, e amanhã de manhã, às 8h30min, nos reuniremos para as informações e os encaminhamentos. Todos estão convidados.

Por isso, então, quero agradecer pela presença de todos aqui.

Muito obrigado!

Está encerrada a reunião.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1998.

Deputado VOLNEI MORASTONI - Presidente

Deputado LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Membro

Deputado UDO WAGNER - Membro

Deputado WILSON WAN-DALL - Membro

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Aos 9 (nove) dias do mês de junho de um mil, novecentos e noventa e oito, compareceram ao Plenarinho da Assembléia Legislativa para participar da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, os seguintes senhores Deputados: Deputado Reno Caramori - Presidente, Deputado Leodegar Tiscoski - Vice-Presidente, e os membros Gelson Sorgato, Manoel Mota, Norberto Stroisch Filho e Volnei Morastoni. Presentes ainda o senhor deputado Eni Voltolini e o deputado federal Valdir Colatto e os convidados para participar da reunião: Dr. José Norberto D'Agostini, Secretário de Estado dos Transportes e Obras, Dr. Oscar Gayer, Diretor Geral do DER, Dr. Fernando Camardo Daghum Diretor de Contrato, Aluisio Coutinho, Gerente de Obras e Mário Garcia, Engenheiro, todos da C B P O, Dr. Manoel Carlos do Rosário, Supervisor Geral e Francisco José de Abreu, Assessor, ambos da Empresa Figueiredo Ferraz, Dr. Wenceslau Jerônimo Diotalleve, Gerente de Obras da Via Expressa Sul, também representando o Superintendente da Construção da Via Expressa Sul, Vereadores Alcino Vieira, Jaime Tonello e Lázaro Bregue Daniel, da Câmara Municipal de Florianópolis, Dr. Carlos Alberto Riederer, Presidente do IPUF, José Agrício Gonçalves, Presidente da Associação da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, representando também o Presidente do Conselho Comunitário da Costeira do Pirajubaé, João Nascimento Vieira, Presidente da Associação dos Moradores do Morro do Limoeiro e Dione Raizer da Escola do Saco Grande. Havendo "quorum" regimental, o senhor Presidente deu início à Reunião, fazendo a composição da mesa, explicando o motivo do convite às autoridades presentes para que fossem dirimidas dúvidas quantos aos problemas e o prosseguimento das obras da Via Expressa Sul, passando a palavra inicialmente ao Vereador Alcino Vieira, autor de correspondência ao senhor Presidente solicitando providências para execução dos trabalhos de desassoreamento das valas localizadas no aterro daquelas obras. VEREADOR ALCINO VIEIRA: - " Senhor Secretário, depois de insistentes apelos diretamente à Superintendência da Via Expressa Sul e que depois de dois meses constatamos que não era má vontade daquela Superintendência, mas sim, falta de recursos à sua disposição. Então, se não tinham recursos, não tinham máquinas, não tinham recursos financeiros para contratar ou qualquer tipo de serviços que pudessem executar, nós começamos a fazer outras diligências, até juntamente com outros colegas e inclusive fizemos um requerimento através da Câmara solicitando providências e nós entendemos perfeitamente, e a comunidade também, que a paralisação da obra, até se entende porque se não tem recursos para tocar a obra vamos entender que a obra não dá para realizar e vamos esperar a oportunidade para acabar. Agora, o que nós não concordamos e muito menos a comunidade que vive o problema do dia a dia é que não exista manutenção daquilo que foi feito ou seja, os canais estão assoreados; o canal paralelo à Avenida Waldemar Vieira e à Avenida Jorge Lacerda estão insuportáveis e existem certos setores que não dá para passar porque a água do mar não chega mais no canal e consequentemente não tem salinidade e não há um fluxo de modificar aquela água parada. Só quando chove é que ameniza um pouquinho mas, o que o pessoal não quer é que chova, pelo menos nesse período, enquanto a obra estiver naquela situação porque, a cada enchente que dá, inunda muito nos dois bairros. Então, o que a comunidade deseja é que haja uma manutenção permanente. Não é só tirar areia dos canais até o mar, mas também tem que haver a limpeza daquele canal porque aquela região não tem esgoto tratado; agora é que esta começando a ser implantada a rede mas vai levar tempo ainda, provavelmente dois anos para ser ligado. Nós já também solicitamos à Saúde Pública para que houvesse colheita de material de água em vários cantos daquele canal para fazer um exame, principalmente tendo em vista o problema da dengue. A situação também está se agravando pois já tem pessoas residindo debaixo do primeiro viaduto, quem vai daqui para o Saco dos Limões. Eu volto a repetir, a paralisação da obra como um todo se entende mas não se pode é permanecer no estado em que se encontra. Então era esse o apelo, e quando eu contatei com o Deputado Reno Caramori, encaminhei ofício pedindo que a Assembléia pudesse, pelo menos, convocando as autoridades estaduais, dar uma atenção e pudessem dizer para nós o que efetivamente vai ser feito daqui para a frente". VEREADOR JAIME TONELLO - " Eu gostaria de corroborar as informações que o Vereador Alcino prestou e dizer das nossas dificuldades e que lamentamos até que a Câmara do município não tenha recebido nenhuma informação e isso já aconteceu em outra vez e que nós

tenhamos que nos socorrer da Assembléia Legislativa para tentar resolver uma situação que é bastante dramática naquela região. Cada enxurrada que dá as pessoas ficam espreitando a água invadir, danificar seus materiais, e são pessoas que vivem praticamente de um salário e cada vez que a água entra, estraga seus móveis, a geladeira queimando, é uma série de coisas, além de toda a situação já colocada. É isso." DEPUTADO RENO CARAMORI: - " Então passamos a palavra ao senhor Secretário dos Transportes e Obras para nos fale, paralelamente, da abertura das valas e sobre a paralisação dos obras". DR. JOSÉ NORBERTO D'AGOSTINI - Secretário de Transportes e Obras: - " Cumprimentando todos os presentes, eu diria, uma feliz coincidência do Secretário estar aqui e a máquina ter chegado há pouco tempo, lá. Eu estive visitando essa obra logo após termos assumido e tenho que assinar em baixo das preocupações das colocações, sejam da Assembléia, sejam dos vereadores Alcino e Jaime. Efetivamente o problema lá se encontra e era um problema que, realmente ocorrendo uma enxurrada, como colocou o vereador, nos traria problemas seríssimos. Dentro das questões possíveis e legais nós determinamos, não a presença de uma máquina para fazer a limpeza daquilo que se faz necessário, mas que, uma máquina, a partir de agora, se faça lá de forma intermitente ou seja, a curto espaço de tempo, obrigatoriamente, estará lá, enquanto não se equacione a situação financeira que é uma dificuldade que a secretaria tem, que nós temos e coloco aqui de forma pública pois temos dificuldade de equação financeira para dar o prosseguimento que nós desejamos, porém temos mantido, nesse aspecto, permanentes contactos, seja com os órgãos financiadores para que tenhamos sucesso até um prazo bastante curto com a relação à retomada. Lá, além dessa máquina, nós temos uma pequena draga que continua em serviço, limpando o canal e que também é um trabalho de importância para extravasar. Com relação ao canal extravasar nós temos uma dificuldade de ordem legal e que eu vou solicitar ao Diretor Geral para que exponha e tomemos ciência disso e de repente até junto à Assembléia, junto à Câmara e junto à comunidade, nós consigamos somar esforços e com isso conseguirmos aquilo que é vontade do vereador e já foi tentado fazer e não foi possível. Então, antes de eu fazer uma interferência, solicitaria ao Engenheiro Oscar Gayer que colocasse a questão sobre o canal que lhe preocupa tanto, e é correto, também sobre a cobertura de argila sobre o aterro." DR. OSCAR GAYER - Diretor Geral do DER: - "Em relação à Via Expressa Sul acho que é bom voltarmos a lembrar algumas decisões e alguns encaminhamentos que nós decidimos e que comentamos na época que seriam feitos, isso na reunião passada, em novembro do ano passado. Naquela reunião houve uma preocupação muito grande por parte das comunidades e de seus representantes no sentido de que, com a possibilidade da vinda do El Niño e face às chuvas que poderiam ser de grande monta, a preocupação era que canais, naquele momento, já estariam relativamente assoreados, o que poderia comprometer, ainda mais, a questão de inundações nas regiões do Saco dos Limões e Costeira. Bem, primeiro é importante que se diga o que já se afirmou anteriormente: a questão da drenagem do lado da Costeira é um problema eminentemente urbano. Se hoje nós estivéssemos com a Via Expressa Sul pronta, com toda a drenagem pronta e que são canais extremamente largos e altos, nós teríamos um problema sério que seria fazer a ligação desses canais com a quantidade de água que desce pelos morros, ou seja, haveria a necessidade de ser feito, a curto ou médio prazo de tempo, por parte do município, o reestudo da drenagem das encostas. Essa é uma questão eminentemente técnica, já colocada em reuniões passadas e que nós temos o dever e a responsabilidade de esclarecer: mesmo com a drenagem pronta da Via Expressa Sul, os problemas de inundações do lado da Costeira, se continuar a drenagem urbana como é hoje, certamente haverá problemas de inundações. Em relação aos canais que estavam assoreados na época, nós tínhamos duas decisões tomadas: uma, e que foi a nossa tentativa, solicitamos à empresa no sentido de que pudesse executar esse serviço, mesmo tendo essa dívida do Estado com a Empresa. No dia 25 de setembro de 1997 nós demos uma Ordem de Serviço. Lamentavelmente a empresa, no dia 30 de setembro, mandou uma resposta, ratificando a posição anterior que era só de executar serviços naquela Via, depois que tivesse sido feita a equação financeira daquilo que devíamos naquela oportunidade. Diante disso, na reunião seguinte, eu anunciei que nós iríamos partir para uma licitação pública no sentido de contratar os serviços de drenagem visando resguardar os interesses de todas as comunidades e garantir a segurança que todos nós desejávamos e tentando minimizar os efeitos eventuais do fenômeno El Niño. Isso fez com que nós lançássemos um Edital de Concorrência de nº 124/97, cujas as propostas seriam abertas no

dia 13 de novembro e o objeto era a limpeza dos canais existentes, a execução de canais extravasores, a remoção de bueiros existentes e o encapsulamento de tubulações metálicas drenantes existentes no aterro hidráulico da Via Expressa, na região compreendida pelo Saco dos Limões e Costeira do Pirajabué. Nós saltamos essa licitação na praça e lamentavelmente o Tribunal de Contas julgou que esse nosso processo era contrário à Lei de Licitações visto que já havia um outro contrato que era o da Via Expressa Sul como parte desses grande contrato onde já se previam serviços de drenagem, sendo desta forma e em respeito ao Tribunal de Contas que suspendemos o processo licitatório. Então, o que temos hoje de concreto e de real em relação aos canais existentes e também ao canal dissipador de energia que hoje é o que mais preocupa a todos? Torna-se necessário realmente que sejam feitas manutenções praticamente contínuas. O Secretário esteve duas vezes na obra e na segunda visita que foi a questão de um mês atrás nós procuramos viabilizar através do DER com uma escavadeira disponível e também com o apoio da CIDASC no sentido que nós tivéssemos duas escavadeiras hidráulicas trabalhando no desassoreamento dos canais existentes. Hoje nós temos uma escavadeira trabalhando no canal dissipador de energia que fica lá próximo do trevo que vai para o Aeroporto e, hoje, o maior problema de água parada é naquela região e nós estamos fazendo, um canal no meio desse outro canal, aprofundando uma canal no meio dele, formando uma bacia no sentido de que haja a sanilização. Em relação aos canais mais próximos à Waldemar Vieira e aos canais que dão também acesso ao mar já estamos trabalhando, talvez não na velocidade que seja a desejada mas na velocidade possível pois nós temos hoje duas máquinas para minorar esses problemas a curto e a médio prazo e, após a conclusão dessa primeira fase nós devemos manter lá, de forma praticamente permanente, a questão de manutenção".

DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI: - "Estão sendo comentados os trabalhos de manutenção enquanto a obra paralisada. A minha preocupação é quanto o reinício da obra. A paralisação da obra, nós estamos sabendo que empresa contratada está na eminência, se não retomarem os serviços, a abandonar definitivamente a obra e sabemos o que isso significa: desmobilização, custo de mobilização e tudo mais, e o que está sendo feito em termo de equação para que a obra efetivamente seja retomada, que é o mais importante. Nós vamos ficar fazendo manutenção de uma obra inacabada e é dinheiro jogado fora. Nós temos realmente é de retomar a obra, dar continuidade a obra e é esse o grande questionamento: saber se nós temos alguma resposta nesse caminho".

DR. JOSÉ NORBERTO D'AGOSTINI: - "A questão da retomada da obra, ela paira em duas situações que devem ser deixadas bem definidas: a primeira são as dificuldades financeiras as quais reconheci e voltei a frisar aqui. A outra questão, como um expert que é, o deputado entende e deve entender que temos mantido o diálogo e a empresa que é construtora da obra que detém contrato está aqui nos acompanhando e nós sempre procuramos ter o melhor relacionamento e já realizamos inúmeras reuniões desde que eu assumi o cargo, porém eu tenho uma posição de ordem pessoal, entendendo que nós temos que primeiro deixar todas as definições da obra, as consequências de contrato, perfeitamente definidas antes dessa retomada. Estamos quase lá. A que nível, essa situação, deputado? A empresa solicitou a paralisação da obra dentro de um arcabouço perfeitamente legal e não poderia ser diferente, e o DER acatou. Agora, nós estamos colocando análise muita profunda para que uma obra que foi licitada no governo passado, foi dada uma ordem de serviço no governo passado e foi tocada até o presente por este governo, não se torne um motivo para uma discussão política ou em um motivo para que alguém que esteja executando, seja parte do governo passado que teve a intenção com a obra ou o atual que está executando, de ser criticado por algumas consequências que a obra apresentou durante a sua execução, que é de pleno domínio, acredito, do deputado, como por exemplo as questões dos túneis que nos levam a percentuais de variação contratual por uma falha de análise de sondagem e nós sabemos que a análise e a sondagem ela é feita por amostra pontual e, quando em obra, lá se apresentou uma situação completamente diferenciada daquilo que estava previsto. Isso, hoje, apresenta diferença de orçamento da ordem de 28% do valor total da obra. Perfeitamente justificável de ordem técnica porém esbarra nas questões de limites da Lei 8666. Então, nós temos que ter essa flexibilização de contrato também discutida de forma aberta e franca. O projeto que beira os vinte anos de existência também previa algumas coisas que, no momento, a realidade que se apresenta, é outra. Então, nós precisamos primeiro, e esse é o nosso objetivo e para tanto temos discutido e deixado extremamente claro com as empresas que nos assessoram na área, seja com a consultoria, seja com os

profissionais do DER que constantemente têm discutido e trazido o problema até nós, para que deixemos claro, não só para a Assembléia com quem temos obrigação, por representar todas a comunidade, mas deixar claro à comunidade, principalmente dos reflexos que trouxeram, por exemplo, as questões do aterro hidráulico, que, volto a frisar, o deputado com todo o seu conhecimento, sabe dessas alterações e dos volumes que ocorreram. Então nós precisamos deixar isso bem formatado para a opinião pública juntamente com a retomada da obra. A retomada da obra é uma vontade de Sua Excelência, o Governador, é uma vontade da Secretaria de Transportes e Obras e é uma vontade, certamente, da empresa que lá está, ou das empresas de consulta. Se o deputado me solicitasse uma data de reinício, eu não tenho a data hoje, porém eu quero que o deputado entenda que nós temos permanentemente trabalhado no sentido de retornar a obra e nós batemos, às vezes, com as questões de ordem legal e às vezes com as questões de ordem financeira, mas em momento algum deixou-se de ter empenho em revitalizar essa obra".

DEPUTADO RENO CARAMORI: - "Eu faria aqui uma pergunta ao Secretário e ao representante da CBPO: Eu lembro que na época em que nós mantivemos contato e reuniões, a Secretaria dos Transportes nos prometia que devia viabilizar, no início deste ano, a retomada das obras. Eu falava com o Dr. Paulo, que era o representante na época, e me dizia que só retomaria as obras a partir do momento em que o Estado sinalizasse alguma coisa em termos de cumprimento com a dívida antiga. Por isso não concordaram inclusive de efetivar o trabalho de drenagem. Agora eu perguntaria ao Dr. Fernando: Nós ficamos aqui numa situação difícil porque, a obra, nós a vemos deteriorando, com chuvas, com ventos, e a obra está cada vez mais prejudicada. Qual seria sua opinião quanto ao posicionamento do nosso Secretário?"

DR. FERNANDO (CBPO): - "Na verdade a gente não gostaria de estar aqui discutindo esse assunto; a gente gostaria de estar executando a obra e sem tempo para esse tipo de discussão. Eu discordo do deputado quando diz que o que está feito lá, está deteriorando. Isso não é verdade. Os túneis estão sendo acompanhados pela Consultoria, pelo Consórcio CNO/CBPO e pelo próprio DER para que a segurança e técnica sejam mantidas e preservadas. No caso do aterro hidráulico ele está executado na perfeita segurança e quanto ao problemas dos canais eu tenho que concordar com todos vocês pelo fato único de serem provisórios, visto que o projeto está sendo elaborado para que esses canais tenham a sua perfeita utilidade. Esse projeto está em fase de elaboração porque deparamos com outro problema, além daqueles dos túneis, além daquele do aterro hidráulico nos quais as quantidades inicialmente contratadas tiveram que ser acrescidas. O Consórcio CNO/CBPO se mantém no canteiro de obras disposto a reiniciar as obras imediatamente. A posição não muda. Precisamos do equacionamento da dívida. É uma posição empresarial que deve ser respeitada visto que temos que entender que uma dívida de 9 milhões gera encargos ativos e efeitos financeiros elevadíssimos. Mas estamos lá; não desmobilizamos o canteiro; estamos com engenheiros e técnicos presentes no canteiro em discussão permanente com o Secretário e com o escalão do DER para que nós tenhamos essa solução e essa equação financeira em breve. A Organização Odebrecht se faz aqui presente para esclarecer todos esses fatos e deixar claro que, em nenhum momento, exceto pelo problema dos canais, por serem provisórios, a comunidade ou o Estado terá prejuízos por conta daquilo que está parcialmente executado".

DEPUTADO RENO CARAMORI: - "Se eu entendi, fico feliz, pois a informação que me deram não condiz pois era a de que a água estava levando a areia de volta para o mar em alguns pontos e isso é importante que não ocorra. Eu insisto ainda: qual é a atitude da empreiteira quanto ao reinício das obras?"

DR. FERNANDO (CBPO): - "As tratativas estão ocorrendo e nós concluímos que o Estado tem uma única alternativa, no momento, para alavancar esses recursos. Em breve, durante esta semana e a outra, estarão sendo feitas diversas tentativas de alavancagem de recursos via operações financeiras. O Estado está disposto, em tendo essa alavancagem de recursos, retomar a obra imediatamente. Nós sabemos que fica muito difícil, hoje, para o Estado, dispor de ativos para pagar a dívida pois esses ativos não estão disponíveis, estão vinculados a algumas operações que estão prontas para ocorrer".

DEPUTADO RENO CARAMORI: - "Quer dizer que paira no ar; não existe uma definição?"

DR. D'AGOSTINI: - "Eu colocaria de uma forma como o Engenheiro Fernando colocou: existe uma dívida e efetivamente de forma empresarial, há que ser respeitada a posição da empresa porque ela faz a ação correta. Agora, a equação financeira do Estado, nós temos buscado as negociações, as possibilidades de parcelamento, de retomada e nós temos essas duas situações: a primeira delas é o emperramento de ordem financeira que temos

de deixar claro aqui. Deputado Reno, se Vossa Excelência fosse o Governador do Estado, certamente teria a mesma vontade que tem o Governador Paulo Afonso Vieira que é de concluir a obra." DEPUTADO RENO CARAMORI: - "Secretário, eu tenho uma afirmativa para lhe fazer: se fosse eu no lugar do Governador, como empresário que sou, não teria deixado acontecer o que aconteceu. Não teria deixado chegar onde chegou, em 9 milhões, o que hoje é irreversível e que eu acho que é difícil e gostaria de acreditar que realmente neste ano se retomem as obras". DR. D'AGOSTINI: - "Mas o senhor deve acreditar. Até que, como deputado, eu acredito que o senhor torça por isso." DEPUTADO RENO CARAMORI: - "Sempre torci por isso, mas é que já, em setembro do ano passado, nós estávamos aguardando." DR. D'AGOSTINI: - "Mas nós temos dificuldades financeiras, deputado, e eu acho que, dentro da minha modesta opinião, a questão obra pega no financeiro, mas, o problema financeiro, seria uma outra discussão." DEPUTADO RENO CARAMORI: - "Esta reunião, Secretário, é para que tenhamos uma informação de como vai ser equacionado o problema. A empreiteira está aqui e diz que não toca sem receber. É importante, pois nós temos que dar uma resposta a quem nos questione sobre qual foi a atitude e a decisão tomada nesta reunião e a nossa preocupação é neste segmento. Mas, deputado Mota, eu lhe concedo o aparte solicitado. DEPUTADO MANOEL MOTA: - "Saudando a todos, quero dizer que poucos governos tiveram coragem; falaram muito, comentaram muito. E já passaram tantos governos. Nós aprovamos a privatização da 401, no início do governo que passou. Ficou só no papel e este governo acabou colocando em prática e, hoje, já é uma realidade. Também se falou na Via Expressa Sul. Mas só se falou. Na prática, só quem tinha coragem. E a coragem foi exagerada e por essa razão o que já foi feito era para estar, nesse ponto, agora, mas como o governo teve coragem, teve competência até aquele instante de colocar recursos para fazer essa obra que é fundamental para Florianópolis, para Santa Catarina inteira e ele não esperava que tudo isso acontecesse; essa queda de braço que aconteceu na Assembléia Legislativa, no Congresso Nacional, ele não esperava tudo isso. De repente, aqueles que cobram a realização, são aqueles que votam contra o Governo para que este não possa colocar recursos para dar continuidade a essas obras. Isso é uma realidade que ninguém pode esconder. Agora é importante que a sociedade conheça, a imprensa conheça, que esses parlamentares que cobram ação, que cobram as obras e que ali do outro lado votam contra, impedindo qualquer ação do governo. Agora, me parece, que hoje teve uma outra ação onde o governo podia alocar alguns recursos para amenizar todos esses problemas de Santa Catarina, pagar o 13º salário, amenizar os problemas com as empresas, tocar as obras, me parece que outra ação tentando impedir, sabendo que é inconstitucional, mas acontece que cria um problema com aqueles que vão investir e, evidentemente, não investem e, quem perde é o povo de Santa Catarina. Então, nós temos que ser claros em nossas ações; temos obras paralisadas, sim, assumimos isso porque o Governo não esperava; o Governo enquanto pode alocar recursos, buscar para investir, ele fez; quando, infelizmente, pegaram no contra-pé teve que parar. Enquanto em outros Estados pode-se investir em tudo que é área, aqui não, aqui é diferente, aqui é proibido. São essas ações que deixam a gente triste. Daqui a dez dias, eu tenho a certeza que a empresa vai recomençar. Alguém pode garantir isso? Ninguém. E por isso ninguém pode dar um prazo para recomençarem as obras. Lamentavelmente quem perde não é Paulo Afonso, quem perde é Santa Catarina; quem perde é o povo". DEPUTADO RENO CARAMORI: - "Deputado Mota, isso é até assunto para Plenário mas eu gostaria de dizer que a rolagem da dívida, houve promessa, a INVESC fez a promessa, agora vão vender ações e vai ser a promessa e aí vão vender a CELESC e vai ser a promessa, e não sai a obra. Tem uma série de questionamentos. Mas, tudo bem, Deputado Mota, o senhor sabe perfeitamente que não é este o motivo. O aparte é seu Deputado Sorgato". DEPUTADO GELSON SORGATO: - "Realmente nós precisamos nos deslocar para o aeroporto pois nós somos do Oeste. Nós temos que ser realistas pois o Governo teve competência de iniciar uma obra. Se hoje o Governo está devendo, nós aqui, também, nesta Casa, onde foi discutido o projeto do ICMS e que eu espero também que esta Casa não dificulte o andamento desse projeto. Quem mais efetivou e mais pagou dívidas contraídas de governos anteriores está sendo o governo atual. Nada mais justo que desafogar o governo. As obras são necessárias; os governos são transitórios; pode repetir o mesmo governo ou vir outro governo e aí nós vamos ver como ouvimos a discussão lá e pegar depois as fitas e ver os discursos do passado e repetir: não, hoje, é ruim privatizar, amanhã, vai ser bom. Eu acho que não é por esse caminho, não vai ser isso que vai levar Santa Catarina ao Estado que nós queremos. Nós temos que agilizar. Nós temos que

oferecer condições. Infelizmente a Casa Legislativa trabalhou ultimamente para dificultar as ações do Governo. Se for INVESC, se for antecipação não importa. Inclusive o jornal publica que, atrasando a obra, o candidato pelo PPB e pela coligação, não terá dificuldades em conseguir os recursos pelo BNDES. Isso não leva a nada. O que nós temos que fazer é trazer o Secretário, trazer as empresas, agilizar esses recursos, tocar a obra e daí sim, quem vai ganhar é a população catarinense. Eu acho que esse é o papel das Comissões, da Assembléia Legislativa e é o papel do Governo do Estado". DEPUTADO RENO CARAMORI: - "Deputado Sorgato, só para clarear a idéia de quem não sabe: eu entendi que esse dinheiro vai ser carimbado; se vierem os 9 milhões ou dinheiro para prosseguimento das obras é carimbado? É dinheiro que vem especificamente para essa obra? Porque, se não for, o Governo deve 13º, deve 55 milhões para as fundações Educacionais, deve para o IPESC, deve para a Defensoria Ativa e se vai para a vara comum, eu não sei qual seria a prioridade. Eu quero saber se esse dinheiro que está sendo negociado é para botar no Tesouro do Estado ou é para tocar essa obra? Porque se cair no Tesouro tem um monte de credores que vão cair em cima do dinheiro. Essa é a minha preocupação. Mas eu passo a palavra para o deputado Norberto. "DEPUTADO NORBERTO STROISCH F.: - "Cumprimentando os presente, eu gostaria de fazer, antes de algumas colocações e comentários, uma indagação. Eu me recorde que a bancada federal de Santa Catarina, de forma conjunta, reservou ou garantiu no orçamento da União, uma rubrica de um volume de recursos consideráveis para a continuidade desta obra, mas que estes recursos não poderiam ser aplicados para saldar dívidas e sim dar andamento a novos serviços. Gostaria de saber em que pé se encontra, se ainda está garantida, esta participação no orçamento da União na continuidade da obra". SECRETÁRIO D'AGOSTINI: - "Realmente está deputado e inclusive tem valores disponíveis na Caixa Econômica Federal, cinco milhões e meio de 97 e ainda previsto em orçamento mais dez milhões e meio para 1998. Nós estamos buscando uma equação financeira pois esses recursos são para novos investimentos cabendo uma equação financeira para saldo devedor e é isso que estamos buscando e que até o presente momento não temos". DEPUTADO NORBERTO: - "Eu quero fazer algumas colocações em cima das manifestações contundentes, tanto do Deputado Mota quanto do Deputado Sorgato, do comportamento do Legislativo que vem acontecendo nos últimos sessenta dias, tendo uma cautela bastante forte com relação a alguns procedimentos e intenções do Governo do Estado. No meu entendimento, se a Assembléia, hoje, vem adotando determinados procedimentos é fruto da falta de clareza quanto aos objetivos do Governo, quando ele busca através de uma venda de debentures, enfim, de procedimentos de negociações em bolsa ou coisa neste sentido. Eu acredito que se o Governo encaminhasse uma mensagem ao Legislativo na busca de uma linha de crédito, no valor de nove milhões, com destinação específica, eu tenho certeza que esta mensagem receberia a unanimidade do "aprovo" dos senhores parlamentares. Eu sei que o Governo, hoje, busca levantar recursos, através da venda de debentures, para saldar uma dívida da INVESC que está em quase duzentos milhões de reais. Quando captou cem, e os juros, a falta do cumprimento das várias fases de pagamento de juros, fez com que, hoje, na busca de captar, na faixa de trezentos milhões, duzentos milhões são para pagar a INVESC e, posteriormente, na seqüência, liquidá-la. Como mesmo manifestou o eminente Secretário o dinheiro cai na vala comum, o Tesouro do Estado; na conta única ou caixa única. E não só essa obra, também a continuidade da de Capinzal-Campos Novos. Enfim, essas obras são contratadas com recursos específicos do tesouro e que não tem fôlego para dar continuidade e são obras paralisadas. Certamente, se houver clareza nas ações ou nas intenções como, por exemplo, o encaminhamento de uma mensagem na busca de uma linha de crédito específica para saldar a empreiteira e a partir daí poder contar com os recursos da União via Caixa, poderemos contemplar esta importante obra para Florianópolis e para Santa Catarina, como sendo a rodovia de entrada como um cartão postal para todos os turistas que adentram a nossa Capital, concluída no mais breve espaço de tempo possível. Mas, eu acho que acima de tudo, hoje, está carecendo de uma vontade e de uma determinação política do Governo em querer resolver este impasse porque, senão certamente, a Assembléia Legislativa seria a parceria nesta solução que já vem se arrastando há praticamente um ano e nós nos deparamos ainda sem uma solução". DEPUTADO RENO CARAMORI: - "Perfeitamente. Eu passo a palavra ao Agrício". JOSÉ AGRÍCIO GONÇALVES - (Presidente da Associação da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubá): - "Cumprimentando as autoridades presentes, a gente acompanha algumas discussões e, às vezes, a gente entende que a face da política é discutir e

encontrar caminhos. Eu aqui represento a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubá, da qual sou o Presidente. Criada com objetivo que o Brasil precisava urgentemente ter realmente uma Reserva Extrativista; somos a primeira, criada por Decreto Federal e hoje temos pessoal treinado para realmente defender nosso meio ambiente. Quando o empresário fala que tudo está correto, que tudo está certo, nós que vivemos o dia a dia, vemos que na realidade não é bem assim. De princípio não temos nada contra a obra achando que se faz necessária mas muitas vezes as coisas acontecem e a comunidade acaba sempre levando um produto, ao mesmo tempo em que é feita a obra, que são as consequências. Nós acompanhamos esse trabalho, desde o RIMA, das reuniões do Saco dos Limões, que teria sido um grande trabalho na educação ambiental e nós vemos que muitas coisas não estão acontecendo. Nós participamos em novembro, no IBAMA, de uma reunião com a participação também do Governo do Estado a respeito dessas valas e canais já colocadas pelo DER. A manutenção disso se faz realmente necessária e urgente. Onde nós tínhamos uma coisa linda, onde o mar entrava, uma passagem bonita, hoje estamos numa situação realmente triste. Têm pessoas que chegam a chorar pela situação de desespero que está a nossa situação lá. É o mato se criando, é o rato, as pessoas para pegarem o seu pescado têm que andar cerca de quinhentos metros com aquilo nas costas. A nossa luta, agora, é para ver alguma coisa que se possa dar ao nosso pescador à nossa comunidade, que é o seu maior bem estar". VEREADOR LÁZARO BREGUE DANIEL: - "Quero saudar as autoridades presentes e dizer que estou aqui, não para falar daquela obra lá da Costeira do Pirajubá, do Saco dos Limões que muito preocupa, mas dizer também daqui da nossa preocupação para que se dê uma solução sobre a SC-401, mais precisamente sobre a questão da Unidade de Educação Infantil do Saco Grande, que se encontra afetada, com problema de segurança, onde a obra de duplicação foi alterada e, em vez de trazer segurança para as crianças daquela escola, trouxe a insegurança. Se a modificação traz a segurança para a estrada até o norte da ilha, em compensação uma centena de crianças passam a ter preocupação no dia-a-dia com aquela obra que está sendo construída naquele local, e até hoje não tivemos o encaminhamento satisfatório para que se resolva esse problema. Então, eu gostaria de ouvir do Secretário ou do representante do DER, qual a solução que será dada para aquela escolinha já que um viaduto foi feito nas proximidades do colégio e a alça deste viaduto passa quase que em cima da Escola. Temos reclamado diariamente da Secretaria da Educação para que se resolva o problema mas ela diz que depende do Governo do Estado, do DER, e até o momento não foi dada uma solução". DEPUTADO RENO CARAMORI: - "Vereador, eu me permito a ler aqui um documento que recebi da Secretária em resposta a um telefonema que lhe dei e que diz: "conforme solicitação telefônica, encaminho-lhe a situação atual quanto à Unidade de Educação Infantil - NEI - Santo Antonio de Pádua, funcionando junto ao Viaduto do Saco Grande, na SC-401 que a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Educação vem trabalhando junto à Unidade Escola e a Associação de Moradores e Pais. Em dezembro de 97, através do laudo técnico do IPUF e da Secretaria de Transportes e Obras apontaram risco de segurança das crianças para funcionamento de uma Unidade Escolar naquela localidade. A Prefeitura Municipal de Florianópolis já localizou o terreno nas imediações para viabilizar a construção da nova Unidade. Em maio do ano em curso, a Sra. Prefeita Municipal encaminhou expediente ao DER, solicitando indenização ou outra forma que ajudasse a viabilizar a nova construção. No dia 3 de junho em reunião com pais, professores e representantes comunitários da unidade escolar ficou decidido que, enquanto não houvesse uma definição por parte do DER, a Prefeitura Municipal não autorizaria nenhuma ação nessa propriedade". A resposta a isto, caberia ao nosso amigo, engenheiro Gayer". ENGº. OSCAR GAYER: - "Bem, em relação à SC-401, no que se refere à Escola, na altura do viaduto, o que nós estamos para fazer, na semana que vem, é o entendimento, que nós pensamos ser final com o município de Florianópolis, porque, nós não achamos justo, estar sendo investido nessa obra, hoje, mais de 125 milhões de reais e que a Prefeitura não possa colaborar, pelo menos, em não cobrar a indenização dessa área e nós fazermos juntos uma parceria para viabilizar a construção da escola. O que nós achamos que não é justo, é que haja, agora, como já houve no passado. Pelo ofício, me parece que mudou a posição da Prefeitura, e era que se imaginasse que a solução fosse apenas por parte do Estado. Então, nos sempre procuramos ponderar isto de forma muito cordial com a Prefeitura, principalmente através do IPUF, no que se referia às áreas que eram da COMCAP e a área da escola municipal, no sentido de que, ao invés de haver a cobrança que a Prefeitura, vendo o grande esforço que o Estado está fazendo para

resolver uma rodovia que é estadual, mas, mais que isto, ela é muito mais inserida de uma visão toda municipal, que houvesse este entendimento de parceria com o intuito a viabilizar. Eu acho que a Prefeitura, no nosso entendimento, tem que, pelo menos, abrir mão da indenização. E, enquanto isso não acontece, vereador, nós estamos, a partir da semana que vem, com a equipe da Polícia Rodoviária Estadual e do DER, fazendo um levantamento de todos os pontos da 401, no que se refere a garantia da segurança porque têm surgido algumas notícias nos jornais e que não são verdadeiras, de que o DER teria autorizado a Empresa a fazer a cobrança do pedágio a partir do dia 6 de agosto. Isso não é verdade. O que nós definimos foi quais são os requisitos técnicos que a Empresa tem que cumprir para que possa solicitar formalmente ao DER que seja feita uma vistoria e para isso existe uma Comissão de Vistoria que fará o levantamento de todos os pontos e possa preparar um documento. Foram atendidos todos os requisitos da obra? Foi. Então o DER vai autorizar a cobrar o pedágio. Não foi? O DER não irá autorizar, como não fez até agora. E volto a insistir: a partir da semana que vem nós estamos como uma equipe técnica correndo toda a obra, inclusive este ponto, para verificar, neste interim, enquanto não se faz a relocação da escola para um novo lugar mais adequado, uma solução provisória no sentido de garantir, neste momento a segurança que for possível. Esta é que é, a intenção nossa". DEPUTADO RENO CARAMORI: - "Eu passo a palavra, agora, para a professora Dione Raizer, representante da Escola Santo Antonio de Pádua, do Saco Grande". PROFESSORA DIONE RAIZER: - "Sou professora lá há dez anos; acompanhei toda a transição; agora o que me preocupa é que a empresa está trabalhando ao lado e estão faltando três metros para chegar na minha sala de aula; me parece que as coisas estão continuando; tem máquina onde é o acesso das crianças por baixo do viaduto. Então o senhor coloca se esta solução com a Prefeitura não foi acertada. A Secretaria nos colocou em reunião dia três, que não tem verba, quer dizer, ela não tem como tirar a escola dali e colocar para o prédio do lado, da COMCAP, ali mesmo. Então, o que me preocupa é se não houver o entendimento. A obra está ali. Há segurança para quem passa. E as crianças? Esta é a nossa preocupação". ENGº. OSCAR GAYER: - "Bem, mas eu penso que, face a evolução, até do entendimento do próprio município, que na semana que vem, ou nos próximos dias, deverá ser encaminhada uma parceria entre o Município e o Estado junto com a Linha Azul para que encontremos uma solução para que seja resolvida essa questão de segurança dos escolares". DR. CARLOS ALBERTO RIEDERER - Presidente do IPUF: - "Cumprimentando a todos, eu queria informar que esta questão da escola na SC-401 já tem bastante tempo e que a avaliação que foi feita no local é que, se tentássemos, hoje, instalar uma escola no local, não seria permitido, só que a escola já estava lá. Então, o que se conseguiu, inclusive com a comunidade, foi encontrar uma área onde a escola poderia ser construída; agora, nós teremos que equacionar a questão; pelo menos, o entendimento na época, não é a indenização pela indenização; seria a indenização para se construir uma nova escola, ou se houver uma forma para se equacionar, a empreiteira construir, enfim, nós temos que dar uma solução porque a segurança das crianças é importante e já a escola estava lá, já antes da estrada ser alargada. Mas, disposição sempre houve, tanto com a SC-Sul, DER, a disposição de encontrar uma solução, e temos encontrado soluções e impasses. E com relação à Via Expressa Sul há interesse do município em retornar isso e acho que o nosso relacionamento com a SC-Sul é de longo tempo; temos encontrado soluções e estamos juntos com o DER, com a Secretaria de Obras do Estado, no sentido de concluir esta obra que é importante para a cidade. Não podemos, como foi dito, isolar o Aeroporto em função de um jogo de futebol, isolar uma comunidade no sul da Ilha em função de um jogo de futebol ou qualquer problema que tenha na estrada. Nós temos que encontrar uma solução que viabilize a sua conclusão". DEPUTADO RENO CARAMORI: - "Obrigado Dr. Carlos. Então vamos aguardar essa reunião entre DER, IPUF e Prefeitura e nós gostaríamos de ser informados dessa reunião para que possamos acompanhar. Vereador Lázaro, está esclarecido? É importante uma comunicação à Câmara Municipal de Vereadores para que o Vereador Lázaro possa acompanhar isso, juntamente com o corpo docente e o corpo discente desse Educandário. Não havendo mais quem queira usar da palavra, nós vamos encerrar a reunião agradecendo a presença de todos os senhores da imprensa, dos engenheiros, dos representantes comunitários, dos deputados que aqui se fizeram presentes, dos nossos empreiteiros, dos nossos empresários que vêm aqui preocupados com essas obras. Mas nós temos certeza que vamos tentar equacionar esse tipo de problema juntamente com o Governo, e Deputado Mota, o senhor pode ter certeza que a nossa Bancada, como todos os senhores

Disciplina regras sobre a ocupação de vagas em estacionamentos de veículos localizados em imóveis pertencentes a órgãos ou empresas da administração direta, indireta e ou autárquica do Estado de Santa Catarina e adota outras providências

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos de veículos em locais pertencentes a órgãos ou empresas da administração direta, indireta e ou autárquica do Estado de Santa Catarina, quando explorados comercialmente através de qualquer regime pela iniciativa privada, obedecerão as seguintes determinações:

I - gratuidade na ocupação de vagas nos primeiros 15 (quinze) minutos;

II - para efeito de cobrança, o valor monetário do tempo de permanência será determinado por fração de 15 (quinze) minutos.

Art. 2º Aplica-se o estabelecido nos incisos do artigo anterior às áreas de estacionamento regulamentado ou especial estabelecidos no Estado de Santa Catarina, que funcionem em vias e logradouros públicos de uso comum e exijam o pagamento de preço instituído pelo Poder Público.

Art. 3º A aplicação das disposições previstas nesta Lei, deverá também garantir a reserva de vagas para os veículos automotores que estejam transportando ou sendo conduzidos por pessoas portadoras de deficiência física.

Parágrafo único. O número de vagas a ser reservado, previsto no "caput" deste artigo, será estipulado em regulamentação própria.

Art. 4º O estabelecido nesta Lei será afixado, pela administração dos estabelecimentos e pelo órgão gerenciador do estabelecimento regulamentado ou especial, em locais de fácil visualização pelos usuários.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês posterior à sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 23 de julho de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Gervásio Maciel - 2º Secretário

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3779/98

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do artigo 54 da Constituição Estadual, comunico a esse Colendo Poder Legislativo que decidi vetar integralmente o projeto de lei que "Institui o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais, e estabelece outras providências", por ser contrário ao interesse político e inconstitucional.

O parecer da Fundação Catarinense de Cultura, que acato integralmente e permito-me incluir como parte integrante desta mensagem, fornece os elementos justificados do veto.

Saliento a essa Casa Legislativa que, atendendo manifestação da Fundação Catarinense de Cultura e de entidades culturais organizadas do Estado, encaminharei, em seguida, projeto de lei baseado em estudos e propostas elaborados por estes setores e enviados ao Poder Executivo em forma de reivindicação.

Palácio Santa Catarina, 29 de julho de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/98

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA

PARECER TÉCNICO

A Fundação Catarinense de Cultura vem coordenando, desde 1996, estudos para a elaboração de uma Lei Estadual de Incentivo à Cultura, com base na proposta de dedução do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, já existente em diversos Estados da União. Para isso, foram ouvidas as principais entidades de classe que representam as diversas modalidades das artes e do patrimônio cultural, chegando-se à versão final em dezembro de 1997.

O ante-projeto de lei foi então encaminhado, no primeiro semestre do ano corrente, à análise do Conselho Estadual de Cultura, órgão máximo de acompanhamento da política cultural em Santa Catarina, rearticulado através da Lei 10.308 de 26 de dezembro de 1996, com o

concurso do Poder Legislativo Catarinense. Na estrutura do Conselho, após análise criteriosa de sua Câmara de Legislação e Normas, o referido ante-projeto foi aprovado por unanimidade em sessão plenária.

Cabe salientar que na estrutura do Estado de Santa Catarina é o Conselho Estadual de Cultura depositário dos maiores anseios da sociedade catarinense, definindo as prioridades para o Plano Estadual de Cultura, de acordo com os termos do Art. 173 da Constituição Estadual. Representativo dos diversos segmentos da comunidade, o Conselho Estadual de Cultura possui membros indicados democraticamente por instituições reconhecidas, como a Academia Catarinense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, a Associação Pró-Música, a Federação Catarinense de Teatro, a Associação dos Artistas Plásticos de Santa Catarina, a União Brasileira dos Escritores/Regional Santa Catarina, a Cinemateca Catarinense, a Comissão Catarinense do Folclore e a Coordenadoria Regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além de artistas e dirigentes culturais das diversas regiões do Estado.

Em vista do exposto, com a devida vênia, a Fundação Catarinense de Cultura entende que a conjuntura supra relatada impõe veto total ao Autógrafo Legislativo emanado da colenda Assembléia Legislativa, de origem parlamentar, que "Institui o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais e estabelece outras providências", visto que o mesmo não provê o interesse público, já demonstrado através de seus representantes no Conselho Estadual de Cultura. Igualmente, verificam-se ainda obstáculos de ordem constitucional nos Art. 6º, 7º e 8º do Autógrafo Legislativo **sub examine**, cujas temáticas, a teor do Art. 50, parágrafo 2º, inciso 6º da Constituição Barriga-Verde, figuram na iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual.

De outro lado, sugere o encaminhamento imediato do projeto-de-lei elaborado pelo Executivo, confiando no reconhecimento dos parlamentares catarinenses a todas às instituições culturais envolvidas na elaboração do mesmo.

É o parecer

PAULO ROBERTO ARENHART

Diretor Geral

Florianópolis, 20 de julho de 1998.

Institui o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às atividades culturais, e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo aos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS que realizem, na forma desta Lei, aplicações em projetos culturais.

Art. 2º Os contribuintes que financiarem projetos culturais poderão compensar até 75% (setenta e cinco por cento) do valor aplicado com o ICMS a recolher, discriminando em Guias de Informação e Apuração (GIA) ou Livro Registro de Apuração do ICMS, limitado a 3% (três por cento) do saldo devedor de cada período de apuração, respeitado o montante global da receita líquida, conforme o art. 4º desta Lei.

Art. 3º A aplicação em projetos culturais é caracterizada pela transferência de recursos financeiros por parte do contribuinte para o produtor cultural, devidamente cadastrado, em favor de projetos culturais apresentados e aprovados segundo o disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei.

Art. 4º Anualmente, a Lei fixará o montante global que poderá ser utilizado em aplicações culturais, equivalente a, no mínimo, 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) da receita líquida.

Art. 5º Poderão ser beneficiados por esta Lei projetos culturais nas áreas de:

I - artes plásticas e grafismo;

II - artes cênicas e carnaval de rua;

III - cinema e vídeo;

IV - literatura;

V - música;

VI - artesanato e folclore;

VII - acervo e patrimônio histórico e cultural.

Art. 6º Fica instituído no âmbito da Fundação Catarinense de Cultura, o Cadastro Estadual de Produtores Culturais, abrangendo pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos e pessoas físicas, conforme as características próprias de cada segmento cultural.

Art. 7º Os projetos culturais que pretendam obter incentivos deverão ser apresentados à Fundação Catarinense de Cultura de acordo com o disposto pela regulamentação desta Lei.

Art. 8º O Conselho Estadual de Cultura definirá, dentro os projetos regularmente habilitados, aqueles considerados prioritários, aprovando-os a partir de pareceres por escrito e segundo critérios de relevância e oportunidade definidos previamente e publicados em resolução específica, de modo a possibilitar que sejam contemplados, eqüitativamente, todas as regiões do Estado.

§ 1º As entidades representativas de classe, nos ramos da cultura, terão acesso a qualquer documentação referente à tramitação de projetos culturais na Fundação Catarinense de Cultura e no Conselho Estadual de Cultura.

§ 2º Dentre os critérios utilizados pelo Conselho Estadual de Cultura, necessariamente constará a exigência de que 30% (trinta por cento) dos profissionais envolvidos em cada projeto sejam comprovadamente estabelecidos no Estado de Santa Catarina há, pelo menos, 3 (três) anos.

Art. 9º É vedada a utilização de incentivos fiscais quando houver vínculo de parentesco, até segundo grau, entre o produtor cultural e o contribuinte.

Art. 10. O Estado poderá participar, no âmbito do sistema criado por esta Lei, de empreendimentos conjuntos com a iniciativa privada, com Municípios, os demais Estados e a União, não excedendo sua participação à 25% (vinte e cinco por cento) do custo total de cada empreendimento.

Art. 11. As instituições culturais do Estado ficam autorizadas a destinar espaço físico para a divulgação das empresas financiadoras ou patrocinadoras de atividades e serviços culturais.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 08 de julho de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Gervásio Maciel - 2º Secretário

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3780/98

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse Colendo Poder Legislativo que decidi vetar integralmente o projeto de lei que "Dispõe sobre a descentralização da merenda escolar e estabelece outras providências", por ser inconstitucional.

O parecer da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, que acato integralmente e permito-me incluir como parte integrante desta mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Palácio Santa Catarina, 29 de julho de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/98

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO CONSULTORIA JURÍDICA

EXMº Sr.

Dr. ADEMAR FREDERICO DUWE

DD. SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL

NESTA

OF. COJUR Nº 133/98

Florianópolis, 17 de julho de 1998.

Senhor Secretário,

Em atenção ao Ofício nº 1908/CC - DIAL, dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar parecer técnico à respeito do autógrafo de Projeto de Lei de iniciativa parlamentar aprovado pela Assembléia Legislativa que "**dispõe sobre a descentralização da merenda escolar e estabelece outras providências**".

O projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa, cujo autógrafo foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador, resta evidente a sua inconstitucionalidade.

A Constituição Federal, bem como a Magna Carta Estadual, dá ao Chefe do Poder Executivo a competência privativa para a iniciativa das leis que disponham sobre "**a organização e o funcionamento da administração estadual**" (Constituição Federal, artigo 61, § 1º, "b", Constituição do Estado Artigo 50, § 2º, inciso VI).

Compete ainda ao Governador, de acordo com o artigo 71, inciso I, da Carta Estadual, a direção superior da administração estadual, o projeto em comento fere este dispositivo.

Não pode o Poder Legislativo por vontade própria administrar a coisa pública, sob pena, como no presente caso, ofender o princípio e a norma constitucional de independência dos poderes, conforme artigo 2º da Magna Carta Federal, caracterizando no caso do projeto em tela a ofensa ao preceito constitucional.

Além destas questões acima aduzidas, há que se observar que a norma do artigo 3º além de aumentar a despesa pública, o Estado ficará obrigado a contratar nutricionista para as unidades escolares, havendo necessidade de criação de cargos, violando, entendo, o artigo 169, Parágrafo único, inciso I da Carta Federal e 118, Parágrafo único, inciso I, da Constituição Estadual.

Há de se ressaltar ainda que a despesa orçamentária prevista para a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, no presente exercício, não levou em consideração mais este volume de despesa, necessária a criação de crédito suplementar, ferindo o disposto no artigo 167, inciso I da Constituição Federal.

Concluimos, pois, que merece o veto integral o autógrafo apresentado para exame por violar os artigos 161, § 1º, b, 169, Parágrafo único, inciso I e 167, inciso I da Magna Carta Federal.

Aproveito a oportunidade para externar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Pedro Ludgero Averbeck

Secretário de Estado da Educação e do Desporto, em exercício

.....
Dispõe sobre a descentralização da merenda escolar e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Decreta:

Art. 1º Os recursos destinados a programas de alimentação escolar em estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental, serão repassados, em parcelas mensais, às unidades escolares.

§ 1º O montante de recursos repassados será diretamente proporcional ao número de matrículas efetivamente existentes em cada unidade.

§ 2º Os recursos destinados a programas de alimentação escolar nos estabelecimentos de ensino estaduais poderão ser administrados pelos municípios.

§ 3º É facultado ao Estado celebrar convênios com as Associações de Pais e Professores para que estas entidades administrem os recursos que competem a cada unidade.

Art. 2º Fica assegurada às Associações de Pais e Professores a fiscalização da aplicação dos recursos destinados à merenda escolar.

Art. 3º Na elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, a unidade destinatária valer-se-á de nutricionista capacitado e será desenvolvido de acordo com o conselho de alimentação escolar do Estado de Santa Catarina e respeitará os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e a preferência pelos produtos in natura.

Parágrafo único. O Estado prestará assistência técnica aos municípios e às unidades escolares, em especial na área de pesquisa em alimentação e nutrição, elaboração de cardápios e na execução de programas relativos à aplicação de recursos de que trata esta Lei.

Art. 4º Na aquisição de insumos, serão priorizados os produtos de cada região, visando a redução dos custos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 08 de julho de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Gervásio Maciel - 2º Secretário

*** X X X ***

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3782/98

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do artigo 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que sancionei o projeto de lei que "Dispõe sobre o estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública", opondo, entretanto, veto ao art. 11, por ser inconstitucional.

O veto se impõe pois, sendo da competência do Poder Executivo a direção da administração estadual, conforme dispõe o art. 71, I e IV, da Constituição do Estado, qualquer ingerência do Poder Legislativo nesta atividade típica do outro poder, implica violação ao princípio da independência dos poderes do Estado, insculpido no art. 2º da Lei Maior.

Além disso, é flagrante a incoerência do dispositivo vetado em relação às demais normas do projeto pois condiciona o que ele já faculta a outra autorização legislativa.

Assim sendo, espero que esse Colendo Poder Legislativo acolha essa decisão de governo, especialmente em nome dos interesses do povo catarinense.

Palácio Santa Catarina, 29 de julho de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 03/08/98

.....
Dispõe sobre estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública.

Art. 1º É facultado aos órgãos e às entidades da administração pública direta e indireta conceder estágio a aluno matriculado em curso regular de ensino mantido pelo poder público ou pela iniciativa privada, com funcionamento autorizado ou reconhecido pelos órgãos competentes.

Parágrafo único. A concessão de que trata o "caput" deste artigo fica condicionada à existência, no órgão ou na entidade, de estrutura que assegure ao estagiário experiência prática em sua área de formação, sob supervisão e orientação de profissional habilitado.

Art. 2º Para obtenção do estágio, o aluno deverá comprovar frequência e bom aproveitamento em curso de nível superior, profissionalizante de 2º grau, ou de educação especial.

Parágrafo único. Considera-se bom aproveitamento a obtenção de média global igual ou superior a 60% (sessenta por cento) dos pontos previstos nas matérias cursadas no período letivo imediatamente anterior ao da concessão do estágio.

Art. 3º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo o estagiário receber bolsa, ajuda de custo ou outra forma de contraprestação acordada em instrumento específico, ressalvado o disposto na legislação previdenciária.

Art. 4º Na contratação de estudante estagiário, serão observadas as seguintes condições:

I - celebração de convênio entre o órgão ou a entidade pública e a instituição de ensino;

II - assinatura de termo de compromisso pelo estudante ou por seu responsável, quando menor de 18 (dezoito) anos, e pelo representante do órgão ou da entidade pública concedente do estágio, com a intervenção obrigatória da instituição de ensino;

III - pagamento, pela entidade concedente, de bolsa de estudos ou de qualquer outra forma de contraprestação especificada no convênio e no termo de compromisso;

IV - contraprestação, pelo estagiário, através de atividades definidas no termo de compromisso, com jornada de trabalho diária em horário compatível com a vida escolar;

V - correlação comprovada entre as atividades desenvolvidas no estágio e a área de formação escolar do estagiário.

Art. 5º Os órgãos e as entidades públicas poderão recorrer aos serviços de agentes de integração, que atuarão junto ao sistema de ensino e à comunidade.

§ 1º Poderão atuar como agentes de integração entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, em funcionamento há pelo menos 2 (dois) anos na data da celebração dos convênios.

§ 2º É vedada a cobrança ao estudante de taxa relativa a providências administrativas para a obtenção e a realização de estágio.

Art. 6º Compete aos agentes de integração:

I - identificar as oportunidades de estágio existentes e informar as instituições de ensino a respeito delas;

II - prestar serviços administrativos, providenciando o cadastramento de instituições de ensino e de estudantes e pesquisando oportunidades de estágio;

III - selecionar, obedecidos os requisitos do art. 2º, os estudantes e encaminhá-los ao órgão ou à entidade concedente do estágio;

Art. 7º A instituição de ensino, diretamente ou por meio de atuação conjunta com os agentes de integração, providenciará seguro contra acidentes pessoais em favor do estudante, sob pena de anulação do convênio.

Art. 8º O estágio terá duração máxima de 1 (um) ano, permitida uma única renovação por igual período, mediante novo termo de compromisso.

§ 1º Extingue-se o estágio:

I - pela desistência, por escrito, do estudante;

II - pela não-renovação do termo de compromisso até a data de seu vencimento;

III - pelo abandono ou pela conclusão do curso;

IV - por iniciativa do órgão concedente, a qualquer momento, no caso de conduta inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas pelo estagiário, comunicados, nessas hipóteses, os fundamentos da decisão à instituição de ensino e ao agente de integração.

§ 2º A renovação do termo de compromisso pelo estagiário fica condicionada à comprovação de seu bom rendimento escolar, nos termos do art. 2º desta Lei.

Art. 9º O convênio poderá prever a contraprestação de serviços pelo estagiário nos períodos de férias e recessos escolares.

Art. 10. O órgão ou a entidade concedente emitirá certificado de conclusão do estágio, no qual deverá constar a especialização de sua natureza, a carga horária global e a avaliação do aproveitamento do estudante.

Art. 11. Depende de prévia autorização legislativa a implementação do programa anual de estágios a ser desenvolvido pelo Estado, limitando-se o texto legal próprio a relacionar a nomenclatura dos órgãos concedentes, o número de vagas, o valor e a forma da contraprestação.

Art. 12. O disposto nesta Lei não se aplica ao menor aprendiz vinculado a empresa pública ou sociedade de economia mista por contrato de aprendizagem, nos termos da legislação trabalhista.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 10 de julho de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 320/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR PAULO RICARDO GWOSZDZ, matrícula nº 2192, na Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa.

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 321/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR SAULO DE OLIVEIRA, matrícula nº 1138, no Gabinete do Deputado Pedro Bittencourt Neto.

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 322/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a MARIA DA GRAÇA MARQUES, matrícula nº 0622, ocupante do cargo de Diretor de Divisão, código PL/DASU-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 13/07/98.

PORTARIA Nº 323/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a SANTOS JUSTINO TOMÉ, matrícula nº 2185, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 14/07/98.

PORTARIA Nº 324/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a MARIA CANDIDA GOULART CORDOVA, matrícula nº 1478, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 19/07/98.

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 325/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a MARIA SALETE WILLEMMANN, matrícula nº 1145, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 14/07/98.

PORTARIA Nº 326/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Doença Familiar) a NATALINO DA SILVA, matrícula nº 1422, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 19/07/98.

PORTARIA Nº 327/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a WALTER MOREIRA ALVES, matrícula nº 1279, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 25/07/98

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 328/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a WANDA MARIA NUNES, matrícula nº 1115, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 22/07/98.

PORTARIA Nº 329/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a MARIA DE FATIMA DA ROCHA, matrícula nº 0578, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-12-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 03/08/98.

PORTARIA Nº 330/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a MARIA C. FERREIRA MONTEIRO, matrícula nº 1389, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 03/08/98.

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 331/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a DOLMA MAGNANI DE OLIVEIRA, matrícula nº 0741, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-11-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 27/07/98.

PORTARIA Nº 332/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a JAILTON DIAS DA CUNHA, matrícula nº 1218, ocupante do cargo de Programador, código PL/ATM-8-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 29/07/98.

PORTARIA Nº 333/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a MARIA CANDIDA GOULART CORDOVA, matrícula nº 1478, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 03/08/98.

Palácio Barriga-Verde, em 06/08/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 223/98

Acrescenta alínea ao parágrafo único do artigo 14, da Lei nº 9.163, de 23 de julho de 1993.

Art. 1º. Acrescenta alínea e ao parágrafo único do artigo 14, da Lei nº 9.163, de 23 de julho de 1993, com a seguinte redação:

"Art. 14 ...

Parágrafo único. São isentos do pagamento da tarifa:

...

e) veículos, cujos proprietários residam em localidades em que o acesso principal se dê por rodovia localizada integralmente dentro do território de um único município."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, em 03 de agosto de 1998

DEPUTADA IDELI SALVATTI

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/98

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O projeto de lei que ora submeto a apreciação dos demais pares deste Parlamento, tem por objetivo estabelecer isenção de tarifa aos veículos cujos proprietários se utilizem de rodovia localizada integralmente dentro do território de um único município, nos deslocamentos entre a residência e os locais de trabalhos ou de estudo.

As rodovias cuja localização se dá integralmente dentro de território de um município serve, na verdade, de avenida cuja utilização não pode ser restringida sob qualquer forma.

A liberdade de ir e vir é garantia constitucional. Nenhuma pessoa pode sofrer restrições.

Quando não há outro percurso que o cidadão possa fazer os deslocamentos diários necessários, sem aumentar os seus custos, não há como estabelecer restrições através de cobrança de tarifas.

O ordenamento legal não autoriza a cobrança de tarifa, principalmente nos casos em que não há alternativas de tráfego que possam ser utilizadas pelos usuários de tais rodovias.

Assim, a isenção que ora se propõe atende as especificidades dos municípios servidos por rodovias cuja localização se verifique integralmente dentro de seu território, onde se pretende cobrar tarifas em face do uso das mesmas, onerando ainda mais os usuários, limitando o seu direito de ir e vir.

Por tais razões, conclamo os Senhores Deputados a circundar a presente proposta, aprovando-a.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 224/98

"Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CURSO PRIMÁRIO GENTE INOCENTE".

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CURSO PRIMÁRIO GENTE INOCENTE, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 1998

Deputada Ideli Salvatti

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/98

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei, que ora apresentamos nesta Casa, trata-se de declarar de utilidade pública estadual a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CURSO PRIMÁRIO GENTE INOCENTE", com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis - SC, entidade sem fins lucrativos, de direito privado e de caráter educativo.

Entre as finalidades da entidade está a integração Escola-Comunidade em termos de conjugação de esforços e articulação de objetivos, visando:

- Estimular a transformação da Unidade Escolar em Centro de Integração e Desenvolvimento Comunitário;
- Promover a aproximação e cooperação entre pais e professores de modo a interessar os membros da comunidade pelas atividades escolares e da EU pelas atividades da comunidade;
- Promoção de cursos, atividades culturais, campanhas de solidariedade, entre outras, visando atender à comunidade;

O título de utilidade pública estadual, possibilitará a entidade reivindicar a parceria do poder público estadual, tornando-se apta dos benefícios concedidos pela legislação em vigor, em especial para o atendimento das finalidades estatutárias:

Em anexo, segue os documentos da entidade, conforme dispõe a Lei nº 7.540/94, com as alterações dada pelas Lei nº 9.704/94 e Lei nº 10.062/96.

Pela relevância dos serviços prestados pela Associação de Pais e Professores do Curso Primário Gente Inocente, solicitamos aos Exmos. Srs. Deputados a apreciação e aprovação desta proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 225/98

Autoriza o Poder Executivo a prorrogar o prazo de vencimento do Crédito de Emergência.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar os prazos de vencimento do Crédito de Emergência concedido no ano de 1996, com base na Lei nº 10.080, de 15 de abril de 1996 e no Dec. nº 1.149, de 11 de setembro de 1996, através do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC/SA, para o ano de 1999, a primeira parcela e para o ano 2000 a segunda parcela.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
 Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
 Florianópolis,
 Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente
 Sessão de 04/08/98

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Projeto de Lei que ora submetemos a apreciação dos nobres pares do Parlamento Catarinense visa conceder autorização para prorrogação do prazo de vencimento do "Crédito de Emergência", concedido no ano de 1996, com base na Lei nº 10.080, de 15 de abril de 1996, e no Decreto nº 1.149, de 11 de setembro de 1996.

O referido Crédito de Emergência foi instituído com autorização da Lei nº 10.080/96, através da instituição do Programa Emergencial de Crédito de Manutenção e Apoio a Pequenos Produtores Rurais pelo Decreto nº 1.149/96, tendo em vista a estiagem e cheias que assolaram o território catarinense no segundo semestre de 1995 e início de 1996.

As intempéries ocorridas naquele período deixaram consequências desastrosas, mormente aos pequenos agricultores.

Saliente-se, por oportuno, que a agricultura familiar constitui-se hoje em grande campo de produção, empregando mais de 80% (oitenta por cento) da mão-de-obra do campo, além de ser responsável pela produção de cerca 80% (oitenta por cento) do produto alimentar consumido em nosso país.

Mais de trinta e nove mil agricultores familiares foram beneficiados com o Crédito de Emergência.

A autorização para prorrogação do prazo, que ora se pretende instituir, a exemplo do que já ocorreu no vizinho Estado do Rio Grande do Sul, através da Lei nº 11.185, de 07 de julho de 1998, faz-se necessário para manutenção do nível de emprego verificado nesse importante setor da economia catarinense e do país, evitando ainda o êxodo rural que cada vez mais agrava os problemas dos centros urbanos de nosso estado.

Por outro lado, a agricultura familiar teve agravada a sua situação em decorrência da política implantada pelo Governo Federal.

A política de globalização abrupta associada ao abandono das políticas públicas de sustentação da renda setorial, a fragilidade tecnológica e a falta de recursos financeiros fizeram com que, hoje, a agricultura familiar se encontre em grave situação de emergência.

Em Santa Catarina, várias safras foram perdidas em virtude das condições climáticas adversas, impossibilitando os agricultores de constituírem rendas suficientes para o próprio sustento.

Cumprir esclarecer que os recursos relativos ao crédito de emergência não foram utilizados para a produção, mas sim para a manutenção das famílias agricultoras, em face a situação calamitosa por que passaram no período compreendido entre o segundo semestre de 1995 e o início de 1996.

Portanto, tais agricultores não possuem condições para arrecadar recursos suficientes para saldar a dívida decorrente do referido crédito emergencial.

Muitos incentivos foram dados às grandes empresas, principalmente através do PRODEC, sendo que na maioria dos casos, em vez de manter e criar novos empregos, ocorreu um grande número de demissões.

Assim, conclamamos os demais Parlamentares a circundar a presente proposta, aprovando-a, a fim de minimizar a situação em que se encontra a agricultura familiar de nosso estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 226/98

Concede ao servidor público dispensa do registro de frequência no dia do seu aniversário.

Art. 1º Todo o servidor público integrante do Quadro de Pessoal dos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e do Tribunal de Contas, na data de seu aniversário, estará isento de comparecimento ao seu local de trabalho e, conseqüentemente, dispensado do registro de frequência, bastando, para tanto comunicação antecipada ao seu superior imediato.

Art. 2º Caso a data natalícia do servidor recaia em Sábado, Domingo ou feriado, o benefício de que trata o artigo anterior, deverá ser transferido para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,
 Deputado Cesar Souza

Lido no Expediente
 Sessão de 05/08/98

JUSTIFICATIVA

O Projeto em tela, objetiva proporcionar aos servidores públicos dos três Poderes e do Tribunal de Contas do Estado, o direito de gozar o dia de seu aniversário, sem a necessidade de registro de frequência no seu local de trabalho.

A proposta pretende ser um instrumento de reconhecimento àqueles que dedicam sua vida profissional em benefício do coletivo.

Sendo a administração pública composta de agentes políticos e agentes públicos, cabe ao agente público, representado pelo funcionário público estadual, a incumbência de instrumentalizar para que as ações de Governo atinjam seus objetivos, que é o bem comum de toda a sociedade. Assim, como forma de prestigiar o responsável pela melhoria da sociedade, nada do que mais justo a instituição da presente medida.

Assim, solicitamos aos nobres Pares o acolhimento da proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 227/98

Declara de Utilidade Pública

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amparo à Terceira Idade, com sede na cidade de Timbó e foro na Comarca de Timbó.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 03 de agosto de 1998.

Deputado GILMAR KNAESEL

Lido no Expediente
 Sessão de 05/08/98

JUSTIFICATIVA

A entidade apresentada neste Projeto de Lei de Utilidade Pública, a Associação de Amparo à Terceira Idade, tem por objetivo precípuo prestar serviços complementares de assistência à pessoas idosas. Para atingi-lo, objetiva ao mesmo tempo estabelecer convênios com órgãos e instituições públicas ou privadas, arrecadando receitas para a viabilização de seus fins.

Desenvolvendo seus serviços sociais há seis anos, a entidade não tem fins lucrativos, preenchendo desta maneira os requisitos para obter o beneplácito legal.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 228/98

Estende o benefício concedido pelo art. 23 da Lei nº 10.789, de 3 de julho de 1998 aos contribuintes dos créditos tributários decorrentes do ICM e dá outras providências.

Art. 1º Fica estendida a redução total da multa e dos juros de mora previstos no art. 23 da Lei nº 10.789, de 3 de julho de 1998, para os créditos tributários decorrentes do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias - ICM, constituídos até 3 de julho de 1998, inclusive aos declarados em GIA entregue até essa data.

Art. 2º Aplica-se o recolhimento parcelado ao contribuinte do ICM, de acordo com as condições estabelecidas no art. 24 da Lei nº 10.789, de 3 de julho de 1998.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Fazenda implementará redução, na forma no art. 25 da Lei nº 10.789, de 3 de julho de 1998, aos parcelamentos ou reparcelamentos de créditos tributários decorrentes do ICM.

Art. 4º O § 4º do art. 24 da Lei nº 10.789, de 3 de julho de 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24

§ 4º O parcelamento, será concedido pela autoridade competente mediante comprovação, pelo contribuinte, do recolhimento de uma ou mais prestações, como antecipação, até o ato concessório, exigindo-se aval, quando se tratar de parcelamento superior a trinta e seis meses, pelos sócios ou administradores.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,
 Deputado Gilmar Knaesel

Lido no Expediente
 Sessão de 05/08/98

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que estamos submetendo à consideração dos demais pares desta Casa tem o objetivo de preencher lacuna deixada na edição da **Lei nº 10.789, de 3 de julho de 1998**, que não contemplou os débitos do ICM.

Esse imposto, substituído pelo ICMS há quase uma década, ainda remanesce como rubrica de débito de algumas empresas e crédito do Estado.

Não obstante a convicção de que a Lei, ao referir-se a ICMS estaria abrangendo o antigo ICM, sabe-se que, na prática, a Secretaria de Estado da Fazenda não tem acolhido requerimentos referentes a esse imposto pois a interpretação, nesses casos, é restritiva.

Assim, nosso intuito é estender a oportunidade também aos devedores do ICM.

Por outro lado é dispensada, mediante supressão de expressões do texto do § 4º do art. 24 da Lei nº 10.789, de 3 de julho de 1998, a exigência de garantia real ou fidejussória nos processos de parcelamento. O procedimento, além de vir ao encontro de reivindicações dos segmentos interessados, não cria maiores obstáculos ao Estado na medida em que, se não honrados os parcelamentos, são reconstituídas as obrigações na situação imediatamente anterior remanesecendo o erário com os mesmos instrumentos jurídicos para proceder o resgate.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 229/98

Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.781, de 26 de junho de 1998

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.781, de 26 de junho de 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A aplicação do disposto no art. 1º da Lei nº 6.414, de 17 de setembro de 1994, com as alterações da Lei nº 6.521, de 8 de junho de 1985, fica estendida aos ocupantes dos cargos de Nivel Superior e Nivel Médio das ocupações qualificadas como de responsabilidade técnica, com registro em órgão de classe para o desempenho de atividade profissional, no Departamento de Estradas de Rodagem - DER, mantidas as demais disposições da Lei nº 8.065, de 13 de setembro de 1990."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Olices Santini
Relator

Lido no Expediente
Sessão de 05/08/98

JUSTIFICATIVA

A proposta de Lei que ora apresentamos a consideração deste parlamento visa entender gratificação de Responsabilidade Técnica aos ocupantes de cargo de nível superior e nível médio das ocupações qualificadas como de responsabilidade técnica, com registro em órgão de classe para o desempenho de atividade profissional.

A medida representa a inclusão de norma suscetível de representar justiça aos Servidores do DEOH, autarquia vinculada à Secretaria dos Transportes e Obras - STO, como pertence o DER, já agraciado pela Lei que se pretende modificar.

Por se tratar de matéria relevante ao desempenho das atribuições do órgão citado, apelamos aos nobres Pares deste Parlamento pelo seu acolhimento.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 230/98

Dispõe sobre a realização de operações de créditos pelo Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Art. 1º É vedada a contratação de operações de crédito nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Parágrafo único. No caso de operações por antecipação de receita orçamentária, a contratação é vedada no último ano de exercício do mandato do Governador do Estado.

Art. 2º Depende de prévia autorização legislativa a realização pelo Estado de Santa Catarina, ou pelas suas empresas públicas e sociedade de economia mista as seguintes operações:

- I - financiamentos internos e externos em que haja exigência da concessão de quaisquer tipos de garantias;
- II - arrendamentos mercantis;
- III - emissão, lançamento e/ou alienação de debêntures conversíveis ou inconversíveis em ações, com ou sem transferência de controle acionário das empresas públicas e sociedade de economia mista, ou assunção de obrigações contratuais que tenham por objetivo a transferência de qualquer tipo de controle de entidades controladas pelo Estado de Santa Catarina;
- IV - venda, leilão, ou quaisquer outros tipos alienação ou transferência de ações de empresas públicas e sociedade de economia mista, que resultem em transferência, ou não, de controle acionário;
- V - decorrentes de convênios para aquisição de bens e serviços no exterior;
- VI - emissão de títulos da dívida pública.

Parágrafo único - As ações e debêntures de que tratam os incisos III e IV deste artigo, são aquelas de propriedade do Estado de Santa Catarina ou de qualquer órgão da administração direta ou indireta, estabelecidos no inciso II do art. 13, da Constituição Estadual.

Art. 3º Ficam revogados: a Lei nº 10.791, de 13 de julho de 1998, e o art. 9º, da Lei nº 10.639, de 30 de dezembro de 1997.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1998.

Deputado Lício Mauro da Silveira

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/98

JUSTIFICATIVA

Apresento à deliberação dos demais Pares desta Casa, este Projeto de Lei que visa estabelecer condições para realização de operações de crédito e estabelece outras providências congêneres que tenham por finalidade a concretização de outras operações que resultem em aumento do endividamento público, bem como, possibilitem a transferência ou venda, de ações de propriedade do Estado ou de suas empresas ou sociedades de economia mista, que resultem na transferência, ou não, do controle acionário das mesmas.

A proposta advém da necessidade da adequação da legislação estadual às normas estabelecidas pelo Senado Federal, com a edição da Resolução n.º 78, de 01 de julho de 1998, que "dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outra providências".

A revogação da Lei 10.791/98, decorre do fato da mesma ter adequado às normas jurídicas estaduais matérias regulamentadas pela Resolução n.º 69/95, do Senado Federal, revogada pela supracitada Resolução n.º 78/98. Da mesma forma, há necessidade de revogar o art. 9º da Lei n.º 10.639, de 30 de dezembro de 1997, por contrariar o que se pretende estabelecer neste Projeto de Lei.

Esta proposição visa, fundamentalmente, resguardar os interesses maiores da sociedade catarinense e encontra amparo constitucional no art. 13, § 1º, II, "a", art. 39 e art. 115. §1º da Carta Magna catarinense

Por entender que a nós, Deputados Estaduais, cabe a missão constitucional de resguardar os direitos da coletividade, a manutenção do patrimônio público e fiscalizar a administração pública estadual na gestão do bem comum, é que solicito aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 231/98

Declara de utilidade pública

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, com sede e foro na cidade e Comarca de Anchieta.

Art. 2º A Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 6 de agosto de 1998.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/98

JUSTIFICAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

À luz do Art. 50 da Carta Magna Estadual, coadunado com o Art. 111, Inciso I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, honra-me sobremaneira submeter à elevada aquilatação de VV. Exas. projeto de lei que "declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na cidade e Comarca de Anchieta".

Para tanto, acosto à proposição os documentos que a legislação exige.

Por considerarmos justa e merecida a pretensão, solicito a apreciação e posterior aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/98

Determina a Realização de Plebiscito.

Art. 1º - De conformidade com a legislação vigente, fica determinado a realização de Plebiscito junto à população do Distrito de São Roque, no Município de São Lourenço D'Oeste, em toda a extensão de seu território, conforme limites estabelecidos em laudo técnico, com a finalidade de criação de novo Município.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 04 de agosto de 1998.

Deputado JOÃO HENRIQUE BLASI
Relator

*** X X X ***